BIBLIOTECAS E HIBRIDEZ

Organizadoras:
Rosângela Formentini Caldas
Rafaela Carolina da Silva

BIBLIOTECAS E HIBRIDEZ

Rosângela Formentini Caldas
Rafaela Carolina da Silva
(Organizadoras)

BIBLIOTECAS E HIBRIDEZ

Rosângela Formentini Caldas
Rafaela Carolina da Silva
(Organizadoras)

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
UNESP - Campus de Marília

Processo CAPES Nº 23038.007497/2017-11
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
CONVÊNIO AUXPE/PROEX Nº 565/2017 CHAMADA Nº 02/2020
PUBLICAÇÃO DE LIVROS RESULTANTES DE PESQUISAS ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

Ficha catalográfica

Bibliotecas e Hibridez
B582 Bibliotecas e Hibridez / Rosângela Formentini Caldas ; Rafaela Carolina da Silva. - Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020.
202 p. ; 23 cm.

Inclui Bibliografia.
ISBN 978-65-86546-88-0 (Digital)
ISBN 978-65-86546-74-3 (Impresso)
DOI: https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0
1. Biblioteca Híbrida. 2. Biblioteca e Comunidade. 3. Interoperabilidade. 4. Ciência da Informação. I. Título. II. Caldas, Rosângela Formentini. III. Silva, Rafaela Carolina da.

CDD 020

Lucinéia da Silva Batista | Bibliotecária
CRB SP 010373/O

Editora afiliada:

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Rosângela Formentini Caldas
Rafaela Carolina da Silva

No ano de 2015 iniciamos reuniões de trabalho com vistas à elaboração de pesquisas que pudessem apontar a biblioteca como uma instituição ampla e capaz de abranger propostas, ações e políticas conjuntas às suas comunidades, em prol do auxílio no desenvolvimento sociocultural e promoção da qualidade de vida dos cidadãos. Idealizamos, dessa maneira, a realização de um mapeamento de conceitos que melhor se adequassem aos objetivos ora questionados.

No levantamento realizado, o que nos impressionou foi a versatilidade demonstrada no contexto da hibridez para bibliotecas, entretanto, também ficou claro que as pesquisas, nesse campo, haviam se estabelecido na década de 1990, no contexto do Reino Unido e no âmbito brasileiro, pois, encontramos algumas publicações isoladas em suas especificidades regionais, com um espaçamento de cinco anos desde a última publicação. Assim, continuamos a indagar sobre a ausência de uma linha cronológica de publicações para uma área tão expressiva e atual no tangente às bibliotecas e às suas comunidades.

Como resultado, resolvemos iniciar um diálogo entre aqueles pesquisadores partícipes do levantamento anteriormente realizado. Observamos que o professor da Universidade de Robert Gordon, na Escócia, Charles Oppenheim, havia sido um dos pioneiros a trabalhar o conceito de bibliotecas híbridas no Reino Unido e pensamos em lhe escrever uma mensagem, a fim de entender a reciprocidade

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p5-8

entre as partes, para futura aproximação de instituições e pesquisas. Para nossa satisfação, o professor Charles Oppenheim não apenas respondeu nossas indagações, como também se entusiasmou ao ver que pesquisadores de outros países estavam interessados em retomar as pesquisas no campo das bibliotecas híbridas.

A partir do ano de 2016 ocorreu a retomada dos diálogos com pesquisadores que já haviam publicado acerca das bibliotecas híbridas, para o convite de revisitarem este objeto de estudo e de formarem uma rede de colaboradores no pensamento da hibridez. Na continuidade das conversas, destacou-se que o conceito inicialmente proposto para bibliotecas híbridas enfocava a convergência de tecnologias como forma de ação das bibliotecas perante as novas demandas que surgiram no final do século XX.

Com o decorrer do tempo, percebemos que os processos traçados no ambiente da biblioteca incorporaram a tecnologia como uma rotina dessas localidades, não sendo mais, em alguns momentos, o seu foco principal de atuação. Dito isso, as tecnologias passaram a ser vistas como ferramentas estratégicas no desenvolvimento de produtos e serviços para sua demanda institucional.

No crescimento dos diálogos firmados percebemos a necessidade de permanência, como pesquisadoras, em ambientes denominados híbridos, para a vivência numa conjectura bem mais integrada na complexidade que se faz presente na atualidade. Portanto, no Brasil foram exploradas bibliotecas ditas híbridas nos Estados de São Paulo, Distrito Federal e Bahia e, no Reino Unido, em localidades nas cidades de Dundee, Aberdeen, Liverpool e Edimburgo.

A tecnologia nos pareceu fazer parte de um contexto

de ambiente que não apenas é determinado pelas estruturas organizacionais, mas também pelo diálogo firmado com as localidades externas à própria instituição. A reflexão sobre o termo biblioteca híbrida avançou e percebemos um amadurecimento das ideias sobre a representatividade de tal instituição nas regiões às quais ela se apresentava.

Entendemos que sua influência perpassa o contexto sociocultural, pois, visualizamos a sua plena possibilidade de afetar os ambientes políticos e econômicos, o que claramente transcreve o fator de representatividade da biblioteca híbrida para o desenvolvimento local. Nessa perspectiva, hoje, procuramos dialogar não apenas sobre conceitos e as possibilidades de atuação das bibliotecas híbridas, mas também em quais populações ela poderia atuar.

Isso posto, para entender como as bibliotecas impactam, por meio de suas ações, os ambientes socioculturais aos quais estão inseridas, fizemos um levantamento de pesquisadores que pudessem contribuir nos diferentes nichos de estudos acerca da temática bibliotecas. Para tanto, no desenvolvimento deste livro contatamos pesquisadores especialistas atuantes em estudos sobre bibliotecas comunitárias, bibliotecas escolares, bibliotecas especializadas, bibliotecas universitárias e bibliotecas públicas, para além daqueles que trabalham com o conceito da hibridez em bibliotecas.

Sendo assim, este livro é o resultado de um incessante diálogo que se faz presente para destacar a biblioteca híbrida enquanto cerne de infinitas possibilidades de atuação e, desse modo, pode estar presente nas mais variadas tipologias de bibliotecas. Acreditamos que, ao atuarmos em segmentos distintos de bibliotecas, com públicos e profissionais específicos, poderemos alcançar a propagação rápida de um conceito

híbrido amplo, que agregue sua função sócio, político, econômico e cultural, melhorando o cotidiano informacional das populações.

PREFÁCIO

Charles Oppenheim

BREVE HISTÓRIA E POTENCIAL FUTURO DO CONCEITO DE BIBLIOTECA HÍBRIDA [1]

O termo "híbrido" é frequentemente utilizado em descrições de atividades e serviços que combinem dois ou mais recursos reconhecidos. Por exemplo, o termo "gestor híbrido" estava em voga nos anos 1970 e 1980 para referenciar os gestores de companhias de tecnologia da informação (TI), que combinavam a TI com conhecimentos pessoais e humanos. Garrod e Sidgreaves afirmaram, em 1997, que havia a necessidade de os profissionais bibliotecários se tornarem híbridos, uma vez que deveriam combinar técnicas bibliotecárias às habilidades técnicas da computação. Entretanto, contrariamente à alegação da Wikipédia (2019)[2], de que o termo foi cunhado pela primeira vez por Rusbridge, em 1998, o primeiro uso da expressão "biblioteca híbrida" ocorreu em 1996, por Sutton – quase um quarto de século atrás. Sutton considerou modelos de serviços, identificando quatro tipos de bibliotecas, em uma sequência que vai do tradicional ao digital: tradicionais, automatizadas, híbridas e digitais. Sutton também destacou que houve, ou iria haver, uma mudança inevitável ao longo dessa sequência,

1 Tradução de Rafaela Carolina da Silva e de Rosângela Formentini Caldas.

2 O artigo da Wikipédia – ver referência – fornece uma visão geral do entendimento atual do termo..

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p9-14

no decurso do tempo. A biblioteca tradicional é definida por estar localizada em um local específico, com coleções finitas, informações tangíveis e geograficamente restritas. Na biblioteca automatizada, ferramentas digitais apontam para as mídias não digitais, enquanto o foco permanece na coleção local. Na biblioteca híbrida, o equilíbrio entre a informação impressa e a digital inclina-se cada vez mais para o digital. Segundo a proposta de Sutton (1998), na biblioteca híbrida, coleções tradicionais e digitais coexistem com a possibilidade de acesso a fontes digitais em qualquer lugar do mundo para o qual a biblioteca fornece acesso. Além disso, Sutton sugeriu que os funcionários dessas bibliotecas deveriam auxiliar seus usuários, mediando-os no uso de ferramentas digitais – em outras palavras, fornecendo orientações em forma de treinamento, guias de usuários e demais tipos de assistência no uso de tecnologias de pesquisa.

A Circular 3.97[3] do Comitê Conjunto de Sistemas de Informação do Reino Unido (*UK's Joint Information Systems Committee* (JISC)), documento que regula a execução dos projetos de bibliotecas híbridas eletrônicas, declarou, em 1997, que existiam, na época, poucos (ou nenhum) exemplos de práticas em bibliotecas híbridas. Na circunstância, Law (1997) alegou que a circular foi a responsável pela disseminação do conceito de bibliotecas híbridas para o mundo. E, como alguém envolvido nas pesquisas sobre bibliotecas híbridas da época, concordo com Law. Portanto, embora Rusbridge não tenha sido o primeiro a pensar o conceito ou a usar o termo, merece o crédito por popularizá-lo para bibliotecas e profissionais da informação, devendo ser considerado o pai do tema e de sua implementação prática.

3 Infelizmente, essa Circular há algum tempo não está mais disponível online.

As pesquisas que fiz na literatura da área da Ciência da Informação mostram que o termo "híbrido" pode ter variados significados no contexto das bibliotecas, até mesmo diferentes do descrito acima. O termo tem sido utilizado, por exemplo, para descrever as práticas dos profissionais de bibliotecas – bibliotecários híbridos - (designando aqueles que possuem conjuntos de habilidades adaptáveis a contextos diversificados), bibliotecas que combinam objetivos acadêmicos e corporativos, ou propostas de bibliotecas-museus, modos de referenciar a informação (online e presencial), bibliotecas que combinam espaços públicos e privados (a título de exemplificação, a biblioteca-teatro) e acesso aberto à informação (cobrado ou não). O que está claro é que o uso do termo "híbrido" para retomar a combinação de recursos analógicos e digitais entrou em declínio.

Sem dúvida, a principal influência no desenvolvimento da ideia de bibliotecas híbridas ao redor do mundo ocorreu com o JISC, órgão oficial criado para assessorar instituições educacionais do Reino Unido em aspectos de TI e financiamento de programas de pesquisa. Dentre sua atuação, está a criação do Programa de Bibliotecas Eletrônicas (*eLib*), além da produção de uma série de projetos para acelerar a evolução do desenvolvimento das bibliotecas digitais[4]. No outono de 1997, o JISC, em conjunto com o seu programa de financiamento de bibliotecas eletrônicas, começou a trabalhar com projetos de bibliotecas híbridas. O objetivo era combinar serviços eletrônicos com as funções tradicionais das bibliotecas. Ao mesmo tempo, Rusbridge (1998), diretor do

4 O JISLC se mantém ativo atualmente e provém inestimáveis serviços para o ensino do Reino Unido, desde a educação básica, até ensino superior. Uma visão geral dos serviços prestados pode ser observada no endereço www.jisc.ac.uk. O órgão foi fundado em 1996, com um nome diferente do atual. Em https://www.jisc.ac.uk/about/history é possível encontrar um vídeo sobre a sua história, incluindo uma menção ao programa *eLib*.

Programa *eLib*, expressou a necessidade de produção do que ele chama de "propostas ousadas" para a aplicação efetiva do conceito de bibliotecas híbridas. Dentre tais propostas, foram bem-sucedidas as denominadas *Agora*, *BUILDER*, *HEADLINE*, *HYLIFE* e *MALIBU*. Contudo, embora Rusbridge tenha descrito tal sucesso em suas publicações da época, nenhuma avaliação a longo prazo dessas propostas parece ter sido realizada.

O levantamento bibliográfico que realizei[5] acerca do uso do termo biblioteca híbrida na área da Ciência da Informação revelou que grande parte das publicações acadêmicas recuperadas se encontram entre os anos de 1998 e 2001 (mais da metade do total), tratando, em sua maior parte, do projeto *eLib*. Desde então, houve um declínio constante sobre o assunto, já que cerca de 18% dos artigos foram publicados nos últimos dez anos, e apenas dois nos últimos dois anos. Quando o termo biblioteca híbrida foi usado pela primeira vez, o mesmo se tornou moda, parecia fascinante e era frequentemente usado nos títulos dos artigos. Atualmente, praticamente todas as bibliotecas do mundo, de alguma maneira, oferecem funcionalidades híbridas; logo, o termo perdeu a sua exclusividade. Nesse sentido, é possível afirmar que, como observado em outra pesquisa realizada por mim, frequentemente os livros disponíveis nas bibliotecas, ou em outros equipamentos informacionais, não possuem em seus títulos a expressão "biblioteca híbrida", embora o livro de Schopflin (2014), faça menção ao papel dos bibliotecários híbridos.

Assim, se faz necessário que o termo híbrido, quando no

5 A pesquisa foi realizada utilizando-se o termo "hybrid library" nas seguintes bases de dados: *Library Literature and Information Science Abstracts* e *Library Information Science and Technology Abstracts*. No total, foram recuperados cerca de 100 documentos. No entanto, houve considerável sobreposição de arquivos entre as duas bases de dados.

ambiente das bibliotecas, seja revisto, de modo que abranja um contexto maior de atuação. Como mencionado acima, hodiernamente, é esperado que as bibliotecas trabalhem com a convergência de tecnologias analógicas e digitais. Mas é preciso lembrar que algumas publicações, no passado, se referiram ao conceito híbrido de outra maneira: como a interação da instituição biblioteca com outras organizações culturais, como teatros e museus. Essa ideia pode se estender ainda mais; por que não considerar **todas** as atividades em que as bibliotecas promovem interações com a sociedade como exemplos de hibridez? É essa a premissa que este livro procura promover. Logo, na sua primeira parte, são discutidos o conceito, a trajetória, as funções e a atual conjuntura das bibliotecas híbridas.

Na sua segunda parte, o livro traz capítulos que descrevem estudos de pesquisadores e especialistas sobre tipologias de bibliotecas e hibridez, evidenciando as atividades realizadas por essas instituições, em colaboração com a sociedade. Embora o foco deste livro seja o Brasil, o princípio é capaz de ser estendido para as demais localidades do mundo. As bibliotecas podem, e devem, estar mais próximas da sociedade, o que é gratificante para os profissionais envolvidos nesse processo, bem como para os cidadãos que se utilizam desses espaços. Existem diversos exemplos, ao redor do mundo, de iniciativas como as descritas neste livro, que apenas necessitam de um novo codinome - o que é melhor para ser usado do que o termo "híbrido"? Será, então, hora de editar o artigo da Wikipédia aqui mencionado, a fim de atualizar a definição dada pelos autores à expressão "biblioteca híbrida"!

REFERÊNCIAS

GARROD, P.; SIDGREAVES, I. **Skills for new information professionals:** the SKIP project (Joint Information Systems Committee/Library Information Technology Centre. Londres: Library Information Technology Centre, 1997.

HYBRID LIBRARY. *In:* WIKIPEDIA: the free encyclopedia. 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Hybrid_library. Acesso em: 03 out. 2019.

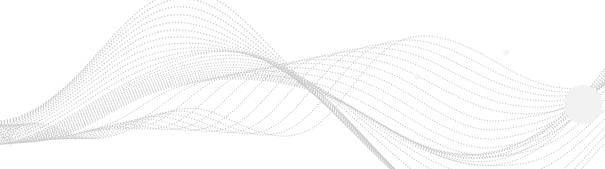
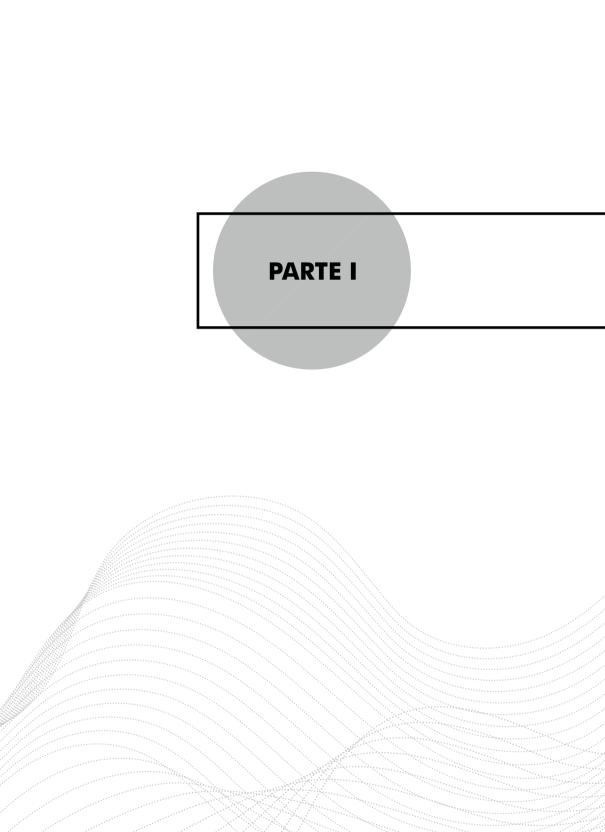
LAW, D. Parlour games: the real nature of the internet. **Serials**, *[s. l.]*, v. 10, n. 2, p. 195-201, 1997.

RUSBRIDGE, C. Towards the hybrid library. **D-Lib Magazine**, *[s. l.]*, v. 7, n. 2, jul./ago. 1998. Disponível em: http://www.dlib.org/dlib/july98/rusbridge/07rusbridge.html. Acesso em: 16 out. 2018.

SCHOPFLIN, K. **A handbook for corporate information professionals**. Londres: Facet Publishing, 2014.

SUTTON, S. Future service models and the convergence of functions: the reference librarian as technician, author and consultant. *In:* LOW, K. (ed.). **The roles of reference librarians, today and tomorrow**. Nova Iorque: Haworth Press, 1996. p. 125-143.

PARTE I

CAPÍTULO 1

Rafaela Carolina da Silva
Rosângela Formentini Caldas

BIBLIOTECAS HÍBRIDAS: POSSIBILIDADES DE ESTUDOS AO DESENVOLVIMENTO

1 INTRODUÇÃO

As mudanças pelas quais a sociedade tem percorrido, impactam o surgimento de novos costumes, histórias, leis, hábitos e comportamentos cotidianos. Aprendemos a lidar com constantes mudanças e podemos afirmar que, desde a inserção da internet em nossas vidas, a tecnologia tem se aprimorado, e a cada dia nos vemos imergidos em um mundo com variadas possibilidades de atuação. A informação passou a ser a base para a escolha de nossas ações, e o mundo parece ter se tornado mais efêmero.

Nesse contexto, as instituições adotaram uma adaptação cotidiana para lidar com as mudanças, observando variados fatores como a relação com os funcionários, a verificação de sua estrutura organizacional e física, e as formas de se fazer presente em todas as instâncias comunicativas, aproximando pessoas e informação, por meio das tecnologias.

As bibliotecas, enquanto instâncias institucionais, também passaram por mudanças e sua interação estrutural para com os seus usuários se alterou. Logo, entende-se que as maneiras pelas quais uma biblioteca cria, organiza e dissemina a informação se transformam de acordo com as

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p17-69

mudanças culturais das comunidades que a frequenta.

As Tecnologias de Informação e Comunicação vêm agregar valor às tecnologias analógicas de tratamento da informação, dando início às discussões acerca do conceito de bibliotecas híbridas. Tal conceito trabalha com a convergência de tecnologias analógicas e digitais para melhor lidar com as mudanças em sociedade e com as novas perspectivas que essas mudanças trazem às bibliotecas.

Segundo Oppenheim e Smithson (1999), um jeito simples de definir uma biblioteca híbrida é designando-a como um espaço de integração entre as bibliotecas tradicionais e as digitais. Dessa maneira, compreende-se que uma das características das bibliotecas híbridas é a convergência de tecnologias analógicas e digitais no ambiente de um equipamento cultural.

De acordo com Pinto e Uribe Tirado (2012), a biblioteca híbrida se constitui não somente por agregar tecnologias analógicas e digitais de tratamento e divulgação da informação, mas também por desenvolver atividades que vão ao encontro de perfis individuais dos múltiplos usuários da instituição. Sendo assim, entende-se que o conceito de bibliotecas híbridas vai além da justaposição de tecnologias, trazendo uma visão de treinamento de usuários e funcionários, já que leva em conta seus diferentes contextos de vivência e atuação, em prol de contribuir para a formação de indivíduos informados e que sabem como utilizar as novas tecnologias que surgem no dia a dia da sociedade.

Nesse cenário, uma vez que estão em contato com treinamentos advindos da sua relação com a biblioteca, os usuários de uma biblioteca híbrida (incluindo os funcionários, que também se utilizam dos serviços da biblioteca) são

capazes de transformar informação em conhecimento de uma maneira crítica e reflexiva. Essa capacidade de reflexão, antes de aceitar uma informação como verdadeira e de disseminá-la, proporciona a interação desses indivíduos em sociedade, de modo que o mesmo contribua para a formação de conhecimento em esfera pública e privada.

Considerando o exposto, este capítulo pretende contribuir com aqueles que se dedicam ou pretendem se debruçar sobre o conceito de bibliotecas híbridas, uma vez que o material para esta área parece ser de acesso limitado e divergente, por meio da apresentação de pesquisas desenvolvidas no contexto nacional e internacional e da sistematização dessa produção, ainda pouco divulgada e que, certamente, traz não apenas significativas contribuições para o contexto da Ciência da Informação, mas também para a sociedade.

Sendo assim, o objetivo deste estudo girou em torno de entender os elementos-chave que constituem o conceito de bibliotecas híbridas. Portanto, entende-se que as bibliotecas híbridas podem ser conceituadas como equipamentos culturais que partem de uma convergência entre aspectos das bibliotecas tradicionais e das digitais, trabalhando não somente com políticas institucionais, mas, com a interligação dessas políticas para com as políticas que regem a cultura do seu público-alvo.

Para tanto, a pesquisa caracterizou-se por ser de natureza qualitativa, do tipo descritiva e exploratória que, por meio de um levantamento bibliográfico realizado na *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), umas das mais famosas, atualizadas e confiáveis bases de

dados especializadas na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, buscou levantar os conceitos de diferentes pesquisadores no âmbito das bibliotecas híbridas. A análise dos artigos proporcionou delimitar as características que, trabalhadas em conjunto, podem vir a criar um conceito mais completo acerca dessas instituições.

Desse modo, ao trabalhar com as políticas inerentes a cada cultura, percebe-se que o conceito de bibliotecas híbridas traz uma proposta de interculturalidade dentro dos equipamentos culturais. Assim, infere-se que a biblioteca híbrida possui princípios institucionais flexíveis que se moldam de acordo com o enfoque dado por cada localidade trabalhada.

Levando em consideração esses aspectos, percebe-se que as bibliotecas híbridas partem da ideia de interoperabilidade, ou seja, da capacidade de comunicação entre os produtos e os serviços oferecidos pela biblioteca e seus usuários, seja por meio de tecnologias analógicas ou digitais. Pressupõe-se, então, 1) a interoperabilidade técnica de padrões de transferência de informação por diferentes canais de comunicação; 2) a interoperabilidade semântica de desenvolvimento de dispositivos que estipulem correspondências entre termos e sejam relevantes para diferentes campos disciplinares; 3) a interoperabilidade política/humana, ou a escolha consciente das instituições para fazer disponibilizar seus recursos de informação; 4) a interoperabilidade multidisciplinar, realizada por meio de iniciativas de equipamentos culturais para identificar problemas e objetivos comuns na realização de processos comuns e; 5) a interoperabilidade internacional, considerando problemas relacionados com o intercâmbio internacional de

dados, tendo em conta as barreiras linguística e diversidade cultural.

De modo geral, três elementos devem ser levados em conta quando se tratando do conceito de bibliotecas híbridas – ambiente interno, estrutura física e tecnologia -, que serão discutidos nas seções que se seguem.

2 CONCEITO DE BIBLIOTECAS HÍBRIDAS

A literatura levantada recuperou 33 artigos nos períodos de 1998 a 2012. Abaixo serão descritas as visões de cada autor no que se refere ao que eles entendem por caracterizar a hibridez em bibliotecas.

De acordo com Pinfiel et al. (1998), a biblioteca híbrida trabalha com o desenvolvimento de mídias para o financiamento de softwares em bibliotecas. Dessa maneira, para os autores, tal biblioteca volta seus serviços para o desenvolvimento tecnológico e o consequente impacto financeiro desse desenvolvimento em sociedade, uma vez que descrevem os projetos de bibliotecas híbridas financiados pelo Programa de Biblioteca Eletrônicas do Reino Unido, investigando as maneiras pelas quais a biblioteca híbrida pode ser implementada e os benefícios que essas trazem ao dia a dia de seus usuários por meio das mudanças que as novas tecnologias trazem à gestão da instituição.

Ao incluir os custos e os benefícios da implementação de uma biblioteca híbrida em sociedade, os autores discutem as questões gerenciais que emergem desses projetos. Nessa perspectiva, as bibliotecas seriam constituídas híbridas quando tratassem da convergência de mídias eletrônicas e analógicas de informação em um mesmo ambiente.

Hampson (1998) define a biblioteca híbrida como um tipo de biblioteca que se situa em um *continuum* entre as bibliotecas tradicionais e as bibliotecas virtuais. Nesse sentido, tal conceito ainda estaria sendo construído ao longo do tempo, levando em conta que o virtual muda a todo instante.

Na visão de Hampson (1998), a biblioteca híbrida estaria voltada tanto para o desenvolvimento tecnológico quanto para o profissional, pois, ao implementarem novos meios de trabalho em uma instituição, torna-se necessária a capacitação de funcionários no uso dessas novas tecnologias. Dessa maneira, compreende-se que a biblioteca híbrida abrange os profissionais da informação e de bibliotecas, o conceito de bibliotecas virtuais, a convergência entre o analógico e o digital, o conceito de documento nas nuvens e o conceito de mídias eletrônicas, a fim de destacar o impacto das bibliotecas nas funções de funcionários dessas localidades.

Segundo Pinfield e McKenna (1998), a biblioteca híbrida é uma instituição que tenta implementar tecnologias digitais aos serviços diários de uma biblioteca. Logo, os autores trabalham com os conceitos de desenvolvimento tecnológico, bibliotecas eletrônicas, convergência de tecnologias e bibliotecas digitais.

Desse modo, o artigo trabalha o "*The Builder Project*", ou "Projeto Construtor", a base da criação do gerenciamento das bibliotecas híbridas, iniciado por Pinfield, em 1998, na Universidade de Birmingham, Reino Unido. O conceito de bibliotecas híbridas, no decorrer do projeto, foi de que a hibridez se encontrava onde a biblioteca tradicional poderia ser executada paralelamente à eletrônica e onde os serviços e os recursos de cada uma se integravam.

O "*The Builder Project*" entende que a biblioteca híbrida faz parte de uma cultura organizacional, em que participam

pessoas internas à instituição (funcionários) e externas (usuários e entidades colaborativas), levando em conta que

> A mudança cultural é importante para a maioria dos grupos, se não todos, associados à bibliotecas híbridas. Em primeiro lugar, os profissionais da informação precisam desenvolver novas habilidades e novos conjuntos mentais no ambiente híbrido. Há uma necessidade particular de uma nova geração de profissionais de informações híbridas que possam operar entre a biblioteca tradicional e o serviço de computação. (PINFIELD; MCKENNA, 1998, p. 307, tradução nossa).

Pinfield (1998) discute os desafios envolvidos na criação e no gerenciamento das bibliotecas híbridas, considerando até que ponto a biblioteca tradicional pode funcionar paralelamente à biblioteca eletrônica. Assim, a melhor alternativa estaria na integração desses dois mundos, sendo a hibridez uma ponte entre esses dois modos de gestão, a fim de permitir que os usuários se movam entre os recursos de informação impressos (analógicos) e eletrônicos tanto local, como remotamente.

Oppenheim e Smithson (1999) destacam que o termo biblioteca híbrida surgiu, no jargão dos profissionais da informação, por volta de 1996, por Sutton, em seu capítulo publicado no livro *"The roles of reference librarians, today and tomorrow"*, no Reino Unido, como um caminho que a biblioteca tradicional percorre até se tornar totalmente digital. Portanto, para os autores, as bibliotecas híbridas trabalham com o desenvolvimento tecnológico por meio do entendimento de como as tecnologias podem ser implementadas no dia a dia das bibliotecas, do conceito de bibliotecas eletrônicas, da convergência de tecnologias e do conceito de bibliotecas

digitais.

De acordo com Oppenheim e Smithson (1999), o desenvolvimento do conceito de biblioteca híbrida depende mais das mudanças culturais do que do desenvolvimento tecnológico, uma vez que se torna necessário que as pessoas entendam a necessidade das tecnologias para sua implementação. Para eles, a biblioteca híbrida é um modelo útil de como todas as bibliotecas um dia irão se transformar para outros tipos de bibliotecas e serviços de informação.

Leggate (1999) define o conceito de biblioteca híbrida como uma instituição que oferece ao usuário acesso a recursos variados em formato de papel ou eletrônico, sob uma perspectiva do desenvolvimento tecnológico. Sendo assim, destaca que os elementos de bibliotecas que precisam estar também em meio eletrônico são: catálogos, controles e circulação de material, bases de dados, periódicos, além dos serviços prestados pelos profissionais da informação, como o serviço de referência, por exemplo – dessa maneira, vê-se a necessidade de desenvolvimento de softwares específicos para essas bibliotecas.

Dent (2000) disserta que as bibliotecas híbridas permeiam o uso de tecnologias em bibliotecas, o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento social dos usuários, o conceito de bibliotecas eletrônicas e o conceito de bibliotecas digitais. Para tanto, descreve o MALIBU, um dos projetos pioneiros de bibliotecas híbridas, desenvolvido em parceria com a Universidade de *Oxford*, a Universidade de *Southampton* e o *King's College*, em Londres.

O MALIBU investigou e testou como os recursos eletrônicos, que podem ser extraídos de recursos locais, nacionais ou internacionais, poderiam ser integrados com

impressão e outros tipos de recursos dentro dos serviços prestados por bibliotecas tradicionais. O desenvolvimento contínuo de tais serviços exige mudanças na organização e na gestão dos serviços e sistemas de informação.

Segundo Guy (2000), as bibliotecas híbridas não somente trabalham o desenvolvimento tecnológico, mas também o desenvolvimento social, na medida em que permeiam o uso de tecnologias em prol das necessidades informacionais de seus usuários. Para defender seu ponto de vista, o autor define que as principais funções das bibliotecas giram em torno da aquisição, retenção, preservação e fornecimento de acesso a materiais que, no contexto híbrido, estariam presentes em formatos impressos e eletrônicos.

Para Guy (2000, p. 46, tradução nossa), é importante considerar em uma biblioteca híbrida "a infraestrutura, as formas de aquisição de material, as formas de acesso à informação, as formas de retenção do material e as formas de preservação da informação em âmbitos interno e externo". Nesse sentido, para se construir uma biblioteca híbrida e promover o desejo de cooperação entre bibliotecas, além do acesso transparente à informação em fontes remotas, é necessária uma seriação de construções de prédios de bibliotecas que comportem essa informação em suporte impresso ou digital, já que isso inclui a infraestrutura técnica – redes de relacionamento e servidores capazes de armazenar tais informações em conjunto com um *software* de acesso controlado (GUY, 2000).

Dito isso, vê-se a necessidade de colaboração entre instituições, contando que a obtenção de recursos e a capacitação de profissionais pode ser facilitada quando trabalhadas em parceria. Desse modo, assuntos como

bibliotecas tradicionais, mídias eletrônicas e bibliotecas digitais são levantados.

Para Mark (2000), o conceito de bibliotecas híbridas está intimamente relacionado com o empréstimo entre bibliotecas e com o intercâmbio de dados entre elas, com vistas a um desenvolvimento tecnológico, em prol do desenvolvimento social de seus usuários (funcionários e comunidade externa). O autor discute as tecnologias de informação e as novas formas de tratamento da informação, tipos de materiais e formas de publicação trazidas por elas, o que proporcionou aos usuários realizarem novas demandas informacionais à biblioteca, mudando o uso tradicional dessas localidades.

No entanto, na maior parte das bibliotecas não houve diminuição do uso do tradicional, logo, elas tiveram que lidar com uma situação de hibridez, em que os serviços tradicionais se combinam com as funções da biblioteca virtual. Nessa perspectiva, o autor questiona a monopolização de documentos por instituições específicas, destacando a sua fraca sobrevivência no futuro das bibliotecas eletrônicas.

Como dissertam Marcas et al. (2000), o conceito de bibliotecas híbridas permeia o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento de softwares, uma vez que se relaciona com o implemento de tecnologias da informação em equipamentos culturais, com o conceito de bibliotecas eletrônicas e com o conceito de bibliotecas digitais. Segundo os autores, as bibliotecas híbridas integram diferentes recursos da biblioteca, como os catálogos públicos online, os bancos de dados online e os periódicos eletrônicos, em um sistema de intercâmbio de dados entre instituições.

Para os autores, ao invés de terminais e estações de trabalho separados, o acesso à biblioteca deve ser facilitado

por meio de uma interface de internet, possível de vincular os catálogos de diferentes bibliotecas. Nesse sentido, entende-se a necessidade de construção de softwares específicos para se trabalhar com a interoperabilidade de dados entre instituições.

De acordo com Murray (2000), as bibliotecas híbridas são, em primeira instância, instituições que voltam suas atividades para o desenvolvimento profissional de seus funcionários, já que, com o advento das TIC, surgiram novas formas de gestão de bibliotecas e, consequentemente, o bibliotecário necessitou aprender maneiras de tratamento e divulgação da informação diferenciados do seu trabalho em bibliotecas tradicionais. O autor defende que, praticamente toda a ação do profissional da informação no século XXI vai ao encontro das práticas das bibliotecas híbridas, ou seja, bibliotecas convencionais modificadas pela inclusão das bibliotecas virtuais que exigem o treinamento apropriado para que os bibliotecários possam agir como intermediários entre os usuários e as fontes de informação, assim como a necessidade de adotar proativamente novas tecnologias, enquanto usando conhecimentos e habilidades tradicionais.

Mlekus (2000) defende que o foco das bibliotecas híbridas é o desenvolvimento de coleções, contando que as novas demandas por recursos diferenciados dos usuários exigem a avaliação das coleções já existentes nas bibliotecas em um contexto de convergência de tecnologias. Para ele, em uma biblioteca híbrida, as coleções são compostas por recursos de informação impressos e eletrônicos, sendo necessária uma avaliação dos meios como esses recursos serão disponibilizados ao público, a fim de se alcançar uma qualidade no desenvolvimento de coleções e no desempenho dessas instituições.

Gambles (2000) conclui que o conceito de bibliotecas híbridas se refere ao desenvolvimento tecnológico, na medida em que trata de assuntos como serviços de referência online, uso da internet para o oferecimento de produtos e serviços, além do intercâmbio de dados entre instituições, assim como o uso de websites para concretizar a utilização de bibliotecas digitais por meio de portais com interface amigável para a pesquisa e acesso à informação. Nesse cenário, infere-se o desenvolvimento de softwares como meio de customização dessas interfaces de internet.

Sob a mesma perspectiva de Murray (2000), Gambles (2000) entende o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento social dentro das bibliotecas híbridas, destacando modelos virtuais de bibliotecas descritos sob o ponto de vista dos usuários. No que se refere aos profissionais da informação, compreende-se a necessidade de seu treinamento para atingirem os objetivos dessas bibliotecas.

Price (2000), voltando sua visão para os desenvolvimentos tecnológico, profissional e econômico, examina os novos conhecimentos, habilidades e estratégias de gestão necessários para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas híbridas. O autor compreende que a aquisição de materiais digitais traz custos às bibliotecas, que devem ser levados em conta em relação aos tipos de fornecedores, *hardware* e *software*, destacando que o conceito de hibridez está presente nas maneiras de gerir essas novas formas de trabalho.

Price (2000) destaca que as bibliotecas híbridas trazem uma complexidade de funcionamento, em que as mudanças, muitas vezes, são difíceis e caras, sendo preciso levar em conta a integração de recursos eletrônicos em um tráfego

de informações entre bancos de dados. Os usuários, nesse contexto, exigem cada vez mais interfaces de bibliotecas que forneçam ambientes integrados disponíveis remotamente, enquanto tais instituições precisam continuar oferecendo serviços de forma remota e, para tanto, a padronização do uso de softwares, os mecanismos de autenticação da informação e os tipos de contatos de licença, que podem abreviar o ônus dessas bibliotecas.

Garrod (2001) sugere que o conceito de bibliotecas híbridas permeia o treinamento de usuários e de funcionários, fornecendo uma visão geral de habilidades relacionadas aos problemas de uso de tecnologias e acesso à informação. Dessa maneira, na interface das bibliotecas híbridas, é importante considerar as auditorias de habilidades e a necessidade de analisar os papéis dos profissionais, primando pelo usuário final.

Trata-se, portanto, de uma mudança no comportamento de funcionários e de usuários para uma perspectiva de convergência de afazeres em prol dos serviços e produtos a serem oferecidos pela biblioteca. Logo, para o autor, a biblioteca híbrida leva em conta a cultura organizacional e a gestão de informações compartilhadas entre diferentes instituições.

Pinfield e Dempsey (2001) partem da ideia de que o conceito de bibliotecas híbridas se relaciona com o desenvolvimento tecnológico, uma vez que entende que as suas palavras-chave são internet, websites, bibliotecas digitais, redes e portais de compartilhamento de dados. Dessa maneira, discute a relação entre as bibliotecas híbridas e a construção de redes de bibliotecas para o compartilhamento de informações, levando em conta os canais de comunicação

utilizados por essas instituições.

Desse modo, o conceito de hibridez estaria presente nas formas pelas quais as informações são compartilhadas, sejam elas em meios analógicos ou digitais. O ideal seria o complemento de tecnologias impressas e eletrônicas, para que a comunicação ocorresse presencialmente ou remotamente, contudo, buscando o menor nível de ruído possível.

Breaks (2001) infere, contribuindo para a complementação dos pensamentos de Pinfield (1998) na construção do "*The Builder Project*", que as bibliotecas híbridas são instituições que trazem novas formas de trabalho e uso da informação em seus ambientes, ou seja, além das bibliotecas tradicionais, trabalham com as bibliotecas eletrônicas e com as bibliotecas digitais em um sistema híbrido de tratamento da informação. Dito isso, o conceito de bibliotecas híbridas estaria intimamente ligado ao desenvolvimento tecnológico de recursos de informação, visando o desenvolvimento social de comunidades.

Para tanto, o autor investiga questões relacionadas com a integração das bibliotecas digitais às tradicionais, visando criar novos modelos de serviços aos quais os usuários podem criar e sustentar espaços de informação pessoais, como a história local da comunidade em questão, sob a perspectiva de um fórum de guarda e acesso a documentos históricos que relatem a história das comunidades de usuários da biblioteca. Assim, as bibliotecas poderiam gerenciar novas maneiras de trabalho como parte de seus serviços diários, uma visão muito decorrente dos países da Europa, mas que, no Brasil ainda, é dividida em órgãos específicos do governo para cuidar desses documentos – a ideia é a univocidade de acesso à diferentes tipos de documentos para tornar a biblioteca em um centro

de informação.

Segundo Dent et al. (2001), as bibliotecas híbridas trabalham com o desenvolvimento tecnológico, mais especificamente com o desenvolvimento de softwares, porque possuem características do armazenamento e da recuperação de informações computadorizadas, além da engenharia da informação, para atuarem em bibliotecas eletrônicas e digitais. Sob esse ponto de vista, essas bibliotecas devem fornecer várias maneiras de acesso à informação, por meio de diferentes suportes informacionais, buscando uma hibridez de tecnologias e de atuação profissional.

Brophy (2002) destaca que o conceito de bibliotecas híbridas se pauta no desenvolvimento cultural, envolvendo materiais impressos e eletrônicos, assim como as bibliotecas tradicionais e as digitais, a fim de criar sistemas híbridos e redes de compartilhamento de dados entre bibliotecas. O autor relaciona as bibliotecas híbridas com a aglomeração de recursos de diversas instituições em um mesmo ambiente, por meio da distribuição de informação proporcionada por mecanismos de interoperabilidade de dados.

De acordo com Roberts (2002), o modelo de bibliotecas híbridas é o mais provável para atender aos requisitos de todas as partes interessadas de uma biblioteca, ou seja, de todas as pessoas que se relacionam com a instituição, abrangendo os níveis estratégico, tático e operacional. Sendo assim, torna-se necessário o debate sobre o acesso *versus* propriedade, esse último mais presente no conceito das bibliotecas tradicionais, e o primeiro no das bibliotecas digitais, buscando uma ponte entre os dois conceitos, para se chegar à ideia de ambientes híbridos.

Isto posto, as bibliotecas híbridas trabalhariam com o

desenvolvimento tecnológico sob a ótica da acessibilidade e da privacidade. Para tanto, as formas de aquisição e acesso aos documentos passariam de uma perspectiva totalmente impressa (no caso das bibliotecas tradicionais), ou totalmente digital (nas bibliotecas digitais), para um cenário onde esses dois pontos de vista trabalhariam em conjunto.

Weston (2002) traz a convergência de tecnologias como principal objeto de estudo das bibliotecas híbridas, destacando o desenvolvimento tecnológico como forma de atuação entre catálogos online, bibliotecas digitais, interoperabilidade e desenvolvimento de produtos e serviços, visando futuras demandas de usuários, todos esses assuntos tratados pelo conceito de bibliotecas híbridas. O termo "biblioteca híbrida", então, se referiria aos serviços integrados de informação, buscando a interoperabilidade de técnicas, semântica e recursos humanos, de forma multidisciplinar, em nível nacional e internacional.

Casserly (2002) vai ao encontro do pensamento de que as bibliotecas híbridas desenvolvem coleções sobre o prisma do desenvolvimento tecnológico, por trabalharem com coleções tradicionais e digitais, tratando o desenvolvimento profissional como necessário para a reflexão de princípios, valores e práticas institucionais a serem construídos nos ambientes de equipamentos culturais. Assim como Hampson (1998), Casserly (2002) entende que o conceito de hibridez ainda se encontra em construção, transformando-se de acordo com as mudanças advindas da sociedade.

Sob a concepção de Guy (2003), o conceito de hibridez busca o desenvolvimento organizacional das bibliotecas, por meio do desenvolvimento tecnológico, o que vai impactar no âmbito político das instituições, uma vez que se entende que

os elementos-chave dessas localidades são os usuários, ou seja, indivíduos que trazem consigo contextos diferenciados e, portanto, valores e crenças a serem considerados quando na prestação de produtos e serviços pelas bibliotecas. Nesse ângulo, as bibliotecas híbridas trabalham em resposta aos desafios sociais, e buscam não apenas o desenvolvimento de soluções a imprevistos diários, mas mudanças organizacionais para circunstâncias futuras.

Kolloffel e Kaandorp (2003) trabalham o conceito de bibliotecas híbridas como um modelo de ambiente em transição, pois, à medida que progridem, alguns serviços, atividades e custos de bibliotecas diminuem, enquanto outros aumentam. Dessa maneira, os autores indicam que os participantes de bibliotecas precisam ter uma visão detalhada dos custos da biblioteca antes e depois de se tornarem híbridas, sob a circunstância de cooperação entre instituições.

Desse modo, o conceito de bibliotecas híbridas entende o desenvolvimento tecnológico como parte do desenvolvimento financeiro dessas instituições. Nessa perspectiva, no processo de adequação entre os procedimentos de uma biblioteca tradicional e os de uma biblioteca digital, a hibridez se torna um elemento de transição entre os modos de gestão da informação.

Hamilton (2004) destaca que o conceito de bibliotecas híbridas trabalha com o desenvolvimento tecnológico quando lidando com ambientes digitais (as bibliotecas digitais), em busca do desenvolvimento social (satisfação dos usuários e das comunidades com quem a biblioteca trabalha), o que infere um possível desenvolvimento econômico da instituição (nos processos de trocas de produtos e serviços entre instituições pelo intercâmbio de dados). Em meio a esses tipos

de desenvolvimento, discute-se o tema da sustentabilidade econômica, que, antes mesmo de se adquirir novas tecnologias, é preciso que o bibliotecário e os demais profissionais da informação estejam preparados para trabalharem em rede, além de cultivarem contatos úteis para futuros patrocínios e manutenção dos objetivos finais da instituição.

Segundo Covi e Cragin (2004), as bibliotecas estão no meio de uma mudança em direção às coleções híbridas, em que o acesso à informação suporta uma natureza distribuída de aprendizagem, pois, as possibilidades de pesquisa trazidas por essa hibridez podem informar bibliotecários e outros provedores de serviços de informação sobre práticas de trabalho em pesquisa, ensino e extensão. Para se evitar descontinuidades no desenvolvimento de coleções, uma vez que elas se formam por informações advindas de diferentes localidades, assim como por recursos impressos e eletrônicos, uma estruturação sistemática é necessária para a avaliação dos efeitos desses novos sistemas de gestão da informação, tais como recursos eletrônicos agrupados.

Nesse sentido, ao trabalhar com o desenvolvimento de coleções e com o desenvolvimento tecnológico, as bibliotecas híbridas trazem novos modos de atuação, isto é, à medida que as bibliotecas mudam da propriedade da coleção para um modelo de acesso à informação, os sistemas de gerenciamento de materiais são cada vez mais importantes para o suporte dos serviços da biblioteca e das necessidades do usuário. O aumento da dependência de recursos eletrônicos exige que os desenvolvedores de sistemas e os tomadores de decisões de coleções tenham acesso aos dados sobre o que seus clientes estão fazendo com esses produtos, baseados em acesso, além de entenderem outras implicações posteriores (COVI;

CRAGIN, 2004).

Para Pugh (2004), o conceito de bibliotecas híbridas se relaciona com o desenvolvimento organizacional, pois é uma forma de gestão de equipamentos culturais que preza pelos profissionais da informação, antes mesmo de levarem em conta questões tecnológicas. Nesse ponto de vista, mais uma vez tem-se a ideia de treinamento de funcionários no uso de novas tecnologias e sistemas de bibliotecas.

Keyser (2005) trabalha o desenvolvimento tecnológico nas bibliotecas híbridas sob a visão da confiabilidade das informações na internet, assim como das dificuldades de recuperação da informação em sistemas computacionais não sistematizados por softwares de bibliotecas. Dessa maneira, o autor acredita que as bibliotecas digitais não substituirão as bibliotecas tradicionais, mas que as bibliotecas do futuro se caracterizarão por ser uma mistura de recursos informativos impressos e online.

Logo, para Keyser (2005), as bibliotecas híbridas se constituem como intermediárias entre as bibliotecas tradicionais e as digitais, se transformando de acordo com as necessidades informacionais de seus usuários. Portanto, trabalha-se com os conceitos de bibliotecas digitais, sistemas de recuperação da informação via internet e bibliotecas tradicionais.

Em 2005, Pugh amplia seus estudos sobre o conceito de bibliotecas híbridas e sua relação para com o desenvolvimento organizacional, trazendo em pauta o papel dos bibliotecários híbridos enquanto gerentes na implementação da hibridez em bibliotecas. Assim, entende que as bibliotecas híbridas trabalham com o conceito de design organizacional, em que as estruturas organizacionais se complementam às formas

de comunicação, gestão da informação, desenvolvimento de competências, aprendizagem organizacional, desenvolvimento de equipes, liderança e mudanças de papéis entre a alta, a média e a gerência operacional.

Carr (2006) compreende que o conceito de bibliotecas híbridas trabalha com as bibliotecas digitais e os repositórios institucionais, sob uma abordagem centrada no usuário. Tendo em conta a complexidade das bibliotecas no contexto do estado "híbrido", conclui-se que o entendimento atual do que os usuários realmente necessitam ainda precisa de estudos mais sofisticados, o que implica em uma abordagem profissional especializada para o planejamento de serviços de biblioteca (CARR, 2006).

É essencial distinguir entre as diferentes necessidades de informação, levando em conta que cada usuário é um indivíduo único e, portanto, carrega consigo diferentes vivências e contextos específicos. Para tanto, todos os esforços devem ser feitos para atender aos desejos expressos dos usuários, visando uma abordagem aberta e imparcial.

Orera-Orera (2007) defende que o conceito de bibliotecas deve ser constantemente revisado, já que, por se tratarem de equipamentos culturais, acompanham o processo evolutivo das mudanças sociais. É nesse enfoque de transição que a autora disserta sobre o conceito de bibliotecas híbridas, ou seja, sistemas de bibliotecas baseados na globalização, no uso das TIC e na cooperação entre diferentes instituições para uma melhor qualidade dos serviços prestados, isto é, trabalha-se os desenvolvimentos tecnológico, de softwares e social.

Segundo Miranda, Leite e Suaiden (2009), as bibliotecas híbridas desenvolvem infraestruturas baseadas no uso das TIC,

visando a promoção da acessibilidade documentária em rede e, portanto, indo ao encontro do desenvolvimento tecnológico. Nessa perspectiva, para os autores, a hibridez em ambientes de bibliotecas faz com que o termo "biblioteca" deixe de designar, como antigamente mencionava, uma instituição encarregada de preservar os acervos, para conceituar um "[...] substantivo comum e próprio para todo e qualquer conjunto de acervos tangíveis ou virtuais" (MIRANDA; LEITE; SUAIDEN, 2009, p. 18).

Por fim, Pinto e Uribe Tirado (2012) afirmam que o conceito de bibliotecas híbridas permeia o desenvolvimento tecnológico (ao apresentar uma reflexão crítica sobre a necessidade de as bibliotecas atenderem aos requisitos tecnológicos no desenvolvimento de suas coleções e na prestação de serviços), de desenvolvimento social (ao entender que um dos papéis das bibliotecas híbridas é desenvolver programas de alfabetização informacional capazes de integrar diferentes usuários e seus contextos) e de desenvolvimento cultural (porque leva em conta os valores e as crenças das pessoas que utilizam a biblioteca para o desenvolvimento de competências no uso da internet). Sendo assim, o conceito de bibliotecas híbridas perpassa pelos desafios de formação de indivíduos, além das necessidades tecnológicas decorrentes das demandas sociais.

3 O AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA HIBRIDEZ

Segundo Garcez e Rados (2002), os produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas híbridas devem seguir uma perspectiva de flexibilidade, isto é, as bibliotecas precisam

oferecê-los de acordo com as necessidades individuais, ou coletivas, de seus usuários. Dessa maneira, “quanto maior a habilidade de flexibilização, maior será a satisfação do cliente, uma vez que a biblioteca estará excedendo as suas expectativas” (GARCEZ; RADOS, 2002, p. 46).

No ambiente das bibliotecas híbridas, o conhecimento dos usuários deve ser combinado com a flexibilidade operacional dos funcionários, com vistas a responder, com agilidade, às necessidades informacionais dos usuários. Nesse contexto, a convergência de tecnologias e recursos humanos proposta por Silva e Caldas (2017) vem à tona, na medida em que agregam valor ao acesso à informação a usuários presenciais, *off* campus ou remotos.

Nesta seção são trabalhados os itens abrangência de coleção e gerenciamento da informação de Silva (2017). Segundo Russell, Gardner e Miller (1999), os requisitos básicos de uma biblioteca híbrida são: 1) providência de serviços para descoberta, localização, requisição, envio/entrega e utilização dos recursos; 2) fornecimento de serviços consistentes, para recursos locais ou remotos, independentemente do tipo de seu suporte; 3) estrutura organizacional flexível, proporcionando o desenvolvimento de novos sistemas quando necessário; e 4) sistemas baseados em normas internacionais, propiciando o aumento do volume e o tráfego de recursos.

A natureza da coleção deve ser levada em conta, assim como o seu compartilhamento, suportes informacionais oferecidos, formas de aquisição e o acesso aberto às bases de dados. Para tanto, o gerenciamento da informação, ao trabalhar o comportamento informacional e com a competência em informação, também lidam com estratégias de busca, que devem ser bem elaboradas tanto pelos funcionários quanto

pelos usuários das bibliotecas.

As bibliotecas híbridas trabalham com a gestão viva da informação, presente nas bibliotecas vivas, ou seja, em instituições onde, além da leitura, as pessoas trocam ideias, discutem temáticas, ouvem histórias, dentre outros. Trata-se de implantar uma concepção de trabalho na qual usuários sejam vistos como sujeitos ativos na construção de seu conhecimento e como produtores de cultura (HARASAWA, 2004).

Dessa maneira, na prestação de produtos e serviços, o maquinário das bibliotecas híbridas necessita contar com diferentes recursos tecnológicos, dentre eles: computadores, rede sem fio de internet, terminais de autoatendimento, equipamentos especiais para pessoas com deficiência e aparelhos de acessibilidade, como máquinas que aumentam as letras dos livros para pessoas com baixa visão, por exemplo, a fim de disponibilizar diferentes tipos de mídias aos usuários. Nesse contexto, as bases de dados são ferramentas possíveis de serem acessadas tanto em formato impresso quanto digital, oferecendo acesso a resumos, textos completos, dentre uma variedade de itens, sejam eles artigos científicos ou não.

A ideia básica é a de que os usuários saibam como utilizar a tecnologia para realizar as atividades propostas pelos profissionais da informação. Um exemplo a ser dado é o empréstimo e a devolução de recursos por meio de máquinas de auto empréstimo, para que os usuários tenham maior disponibilidade de horário para realizarem o empréstimo ou a devolução de um item, sem precisarem, necessariamente, de um profissional auxiliando-os.

A título de exemplificação, a prestação de serviços pode oferecer serviços de impressão para usuários que necessitem da informação acessada em formato analógico (seja ela

impressa e/ou digital), além da fotocópia e da digitalização de documentos. A participação da comunidade de usuários no desenvolvimento de produtos e serviços da biblioteca pode ser observada quando a instituição possui formulários de pedidos de compra, além de sugestões em relação aos serviços prestados. O aceite de doações de comunidades externas também é uma forma de fazê-los sentirem parte do acervo da instituição.

A prestação de serviços em parceria com outras bibliotecas ou centros educacionais é um item sempre presente quando se fala em bibliotecas híbridas, corroborando para com as ações culturais, educacionais e de acolhimento das comunidades de seu entorno. Almeida Júnior (2013) destaca algumas atividades que são desenvolvidas pelas bibliotecas vivas, conceito presente no ambiente das bibliotecas híbridas, tanto em conjunto com outras instituições, como individualmente: 1) hora do conto; 2) concursos e oficinas; 3) teatro; 4) shows; 5) sessões de cinema e televisão; 6) jogos educativos e/ou recreativos; 7) exposições; 8) museu de rua; 8) cursos; 9) jornais locais, gincanas culturais; 10) campeonatos; e 11) eventos relacionados com um determinado acontecimento (eleições, por exemplo).

Silva (2017) infere que alguns dos serviços presentes nas bibliotecas híbridas são 1) auto empréstimo; 2) acessibilidade; 3) pesquisa a bancos de dados; 4) acesso à internet; 5) cursos; 6) oficinas; 6) treinamento de usuários; 7) treinamento de funcionários; 8) assistência social; 9) programas permanentes; 10) cursos; 11) oficinas; e 12) eventos.

De acordo com Oberhofer (1983), produtos e serviços que visem o acesso à informação pelos usuários devem ser avaliados em termos de custos, que possuem duas dimensões:

1) em termos de gasto (tempo gasto pelo usuário na busca, identificação e localização da informação) e 2) em termos de atraso experimentado (o tempo de espera quanto à informação solicitada). Dessa maneira, não é suficiente que a biblioteca satisfaça somente a demanda de seus usuários, mas, que essa demanda seja satisfeita em tempo útil para que não haja o desinteresse desses indivíduos no uso da informação e/ou da instituição. Sendo assim, como destacam Garcez e Rados (2002), as vantagens dos serviços e produtos prestados pelas bibliotecas híbridas está 1) no acesso fácil e rápido à informação; 2) na disponibilização da informação via internet; 3) na maior autonomia do usuário; 4) na possibilidade de cobertura internacional, nacional, regional e local; 5) na parceria com outros centros educativos, como arquivos e museus para a disponibilização do acervo; 6) no trabalho voltado aos diferentes perfis de usuários e na adequação de seus produtos às necessidades e expectativas dos mesmos; 7) na flexibilização de operações; e 8) na prestação de serviços em tempo hábil.

4 INFRAESTRUTURA DAS BIBLIOTECAS E A INTER-RELAÇÃO COM A HIBRIDEZ

Como destaca Silva (2017), ao se falar do ambiente interno das bibliotecas híbridas, têm-se os seus designs – interno e externo. Já na estrutura física destacam-se o mobiliário, a arquitetura, a sinalização e a localização da biblioteca, além da acessibilidade advinda de rampas, elevadores, espaços entre corredores e ambientes especiais (confortáveis, estimulantes, de socialização ou individuais).

O design diferenciado das bibliotecas híbridas está no

fato de as mesmas convergirem o novo e o velho, o concreto e o abstrato, a cidade e o campo, com vistas a trazer um ambiente agradável e aconchegante aos usuários da instituição, para que eles se sintam bem no local e passem a frequentá-lo. Um exemplo a ser identificado é o uso sustentável da luz solar, com vistas a dar um ar mais natural ao ambiente, além de gerar economia para a instituição. Um outro exemplo são as bibliotecas-parque, que disponibilizam, em sua estrutura, parques para a promoção de atividades de desconcentração e de estudo, além de possuírem convênio com hospitais e escolas.

No design interno trabalham-se as possibilidades de inclusão social, infraestrutura local, espaços especiais e acessibilidade ao público. É o layout do design interno que promove a acessibilidade e instiga o seu uso, uma vez que possui setores diferentes, cada um com seu perfil, interligados através de diferentes departamentos, que mesclam o lazer com o estudo.

A arquitetura interna das bibliotecas híbridas conta com espaços amplos e retos, sem ou com poucas elevações que impeçam a caminhada de idosos ou de deficientes físicos, com andares e repartições, assim como estantes entornadas, que acompanham a arquitetura da instituição. O mobiliário é diferenciado, colorido e aconchegante. A sinalização conta com placas que explicam cada setor da biblioteca, referenciando locais de silêncio e locais de bate papo, além de piso tátil para demarcação de segurança.

No design externo, é enfatizada a arquitetura do local em relação aos seus parceiros e comunidade. A projeção da arquitetura externa da biblioteca híbrida geralmente instiga uma visão futurística. Seus arredores fornecem o contraste

entre o velho e o novo e/ou entre a natureza e a tecnologia.

Por meio de sua estrutura física, as bibliotecas híbridas incluem tecnologias analógicas e digitais, voltando-se ao estudo de pessoas e criando uma gestão capaz de tornar os sujeitos não mais usuários, mas, cooperantes e participantes dos processos de desenvolvimento político, cultural, social e tecnológico que envolvem o seu contexto institucional e pessoal. Portanto, trata-se do uso independente, crítico e produtivo da informação.

Nessa perspectiva, em relação à estrutura e ambientação das bibliotecas híbridas, a hibridez ocorre por meio: (1) de práticas internacionais; (2) da sintonia com as ações governamentais; (3) dos espaços arrojados, possuindo projeto inovador de inclusão social por meio da leitura (a estrutura dessas instituições foi planejada para oferecer conforto, autonomia e atenção aos frequentadores, que são o elemento central da biblioteca); (4) da revitalização dos prédios; (5) das informações disponíveis em variados tipos de suporte e mídias; (6) da ambientação, que oferece ao público um espaço acolhedor e aconchegante, como convite para a leitura; 7) da sociedade, que pode contribuir na escolha de itens a serem adquiridos para o acervo; e (8) dos acervos, atualizados frequentemente. Dessa maneira, a estrutura física e organizacional das bibliotecas híbridas deve enfatizar a acessibilidade em ambientes analógicos e digitais, administrar a instituição de modo a conciliar suas necessidades aos interesses das pessoas envolvidas, desenvolver políticas em prol da inclusão digital e organizar planilhas que discutam acerca da sinalização, disposição de mobiliários, bem como da existência de itens que se adequem aos objetivos da instituição.

O ambiente de uma biblioteca perante as novas estruturas organizacionais constrói-se a partir do desenvolvimento de uma informação coletiva, ou seja, de um ambiente colaborativo onde, ao mesmo tempo em que uma informação é apropriada, gera-se um novo conhecimento. Logo, tem-se uma construção coletiva do conhecimento, que carrega em si paradigmas das tecnologias da informação.

O conceito de estruturas organizacionais envolve um conjunto de expectativas sobre a pessoa que ocupa determinada posição social e designa, portanto, sua maneira de agir em determinada situação, quando outras pessoas ou objetos podem também estar envolvidos. Dessa forma, tanto os indivíduos como a instituição estão incluídos nesse cenário, de maneira que a dicotomia entre a pessoa e seu cargo na instituição, bem como seus componentes psicológicos e sociológicos são reconhecidos (MINTZBERG,1973).

Segundo Castells (2001), o paradigma das tecnologias da informação passou por mudanças, chegando ao que o autor chama de “Novo Paradigma”. Nesse contexto, onde a convergência tecnológica refere-se a uma interdependência de técnicas, contextos e métodos, as tecnologias de transmissão e conexão do conhecimento diversificam-se e interligam-se ao mesmo tempo.

Para o autor, o primeiro aspecto do novo paradigma é a informação como matéria-prima, contando que as tecnologias passam a agir nos processos de uso da informação, em que não somente a informação age sob o uso das tecnologias, como no paradigma anterior. A segunda característica refere-se à influência dos meios tecnológicos na existência individual e coletiva de uma sociedade, pois, a partir do momento em que a informação é vista como matéria-prima, as novas

tecnologias penetram no cotidiano social.

O terceiro ponto enfatiza os sistemas de informação em redes de tecnologias da informação, onde a flexibilidade e a complexidade interagem ao mesmo tempo. Em quarto lugar, essas redes são reestruturadas pela flexibilidade dos sistemas. Nada é estável, mas pode ser reconfigurado.

Como quinta e última característica, está a especificidade das tecnologias convergentes em sistemas integrados, no qual tecnologias antigas e atuais convergem entre si, já que uma não pode ser imaginada sem a outra. Assim, a estrutura organizacional das bibliotecas sob o ponto de vista dos ambientes híbridos insere, além da pesquisa, conservação, tratamento documental e administração, a divisão cultural em sua estrutura, de modo a difundir a informação por meio de atividades sociais.

Meyer (1986) destaca as estruturas organizacionais como processos sociais, ou seja, como uma estratificação de uma sociedade globalizada, na qual a socialização, a ciência, a religião, as leis e a educação permeiam as instituições. Desse modo, as novas estruturas sociais propõem as chamadas "Instituições Sociais", em que não só as máquinas e a alta gerência são importantes, mas os funcionários também são vistos sob o ponto de vista humanizado da execução de tarefas.

Nesse sentido, por meio do estudo dos paradigmas das tecnologias em informação e comunicação, é possível que o bibliotecário entrelace as necessidades dos indivíduos ao seu auxílio profissional. Consequentemente, é essencial que eles estudem tais fenômenos, pois é por meio deles que suas relações profissionais para com as bibliotecas e os indivíduos se transformam.

Estruturas organizacionais híbridas podem contribuir,

desse modo, para um desenvolvimento mais conciso dos serviços realizados, de forma que as necessidades informacionais dos indivíduos possam ser melhor trabalhadas.

> Neste contexto, o profissional da informação deve ter um desempenho superior e está dependendo de um aprendizado de qualidade. Dentre os novos contextos de informação o que se apresenta promissor é o da inovação. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2002, p. 45).

Sendo assim, ao tratar da relação entre ambientes colaborativos *versus* a flexibilidade, Chartier (1999) traça um paralelo que chega ao paradigma atual, no qual a relação da sociedade para com os documentos remete à descentralização do conhecimento. Nessa perspectiva, o papel do bibliotecário perante os novos paradigmas sociais, tecnológicos, econômicos e contextuais integra a visão de um profissional flexível, que muda seu comportamento de acordo com as demandas coletivas e individuais da sociedade.

A inovação nas estruturas organizacionais, então, é definida a partir de mudanças significativas na estrutura e métodos gerenciais da instituição, nos quais os pesquisadores são estudados como parte da análise organizacional (DAMANPOUR, 1991). Logo, não só as tecnologias, mas as informações pressupõem mudanças, pois a biblioteca torna-se um sistema de redes, onde a convergência de tecnologias e linguagens se faz presente.

5 A TECNOLOGIA

Entende-se que a biblioteca híbrida tem um impacto direto na gestão das comunidades, proporcionando a

construção da cidadania, tanto para a ordem social quanto para a cultura, tecnologia e economia. É nesse contexto que se compreende a convergência de tecnologias como parte integrante da terminologia de bibliotecas híbridas, juntamente com a ideia de ambientes vivos, ou seja, as bibliotecas híbridas seriam uma junção entre a concepção da convergência de tecnologias analógicas e digitais, juntamente com a prestação de produtos e serviços com foco nas necessidades e desejos informacionais dos usuários.

Sendo assim, em sua estrutura física, os livros de papel convivem com as novas tecnologias, como *e-readers*, aparelhos que possibilitam a leitura de livros eletrônicos e outras mídias digitais, sendo designada para agregar diferentes tecnologias e fontes de informação. São sistemas que criam um relacionamento entre seres humanos e tecnologias, permeados pelas mídias e linguagens flexíveis, ou seja, a mistura da escrita, do som e da imagem.

A Declaração de Lyon (IFLA, 2014) destaca que as TIC potencializam a divulgação das informações geridas nas instituições. Nesse sentido,

> O ambiente de uma biblioteca constrói-se a partir do desenvolvimento de uma informação coletiva, ou seja, de um ambiente colaborativo em que, ao mesmo tempo em que uma informação é apropriada, gera-se um novo conhecimento. (SILVA, 2015, p. 73).

Nessa perspectiva, a biblioteca híbrida conecta-se com o mundo através das tecnologias, que são ferramentas estratégicas, analógicas ou digitais, que auxiliam no desenvolvimento de produtos e serviços com foco no amplo acesso à informação, esses voltados para atividades que possam integrar o indivíduo, a comunidade e o conhecimento.

Logo, as tecnologias colaborativas presentes nas bibliotecas híbridas são a convergência dos meios tradicionais (focados no espaço físico) com os digitais (mediados por ambientes eletrônicos ou digitais), a fim de gerenciar toda a informação disponível no local (SILVA, 2017).

Surgem, nesse cenário, diferentes tipos sociais, na medida em que o indivíduo e as tecnologias caminham em conjunto com as transições sociais e tecnológicas, portanto, as bibliotecas híbridas permitem uma maior proximidade entre a população e as tecnologias. Dessa maneira, possuir o melhor dos equipamentos tecnológicos não é o bastante, sendo necessárias novas habilidades de gerenciamento da informação, alcançadas por meio do estudo do comportamento informacional.

Dito isso, pode-se dizer que as bibliotecas híbridas propiciam o uso inteligente da informação, na medida em que propiciam o acesso à informação e o pensar sobre a informação acessada. Esse acesso é realizado por meio das TIC, em consonância com a cultura da comunidade local. Para tanto, no contexto dessas instituições percebe-se a presença simultânea de diversos suportes de informação.

O Quadro 1 mostra a relação entre as tecnologias presentes nas bibliotecas híbridas e o desenvolvimento de pessoas competentes em informação:

Quadro 1 - Ações das bibliotecas públicas híbridas e o desenvolvimento de competências e habilidades nas comunidades

BILIOTECAS HÍBRIDAS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM ADQUIRIDAS PELAS COMUNIDADES
Desenvolvimento da leitura e uso de tecnologias tradicionais e digitais	A comunidade deve ser capaz de: identificar diferentes fontes de informação; realizar a interpretação e a produção de novas informações para a construção de um novo conhecimento.
Utilização de computador e de dispositivos móveis	A comunidade deve ser capaz de: manusear os livros em seus diferentes suportes; organizar e utilizar as informações em diferentes programas; articular as informações referentes à biblioteca.
Oficinas com especialistas	Os profissionais da informação deve: abordar estratégias de ação social; referenciar os especialistas de áreas próximas à biblioteca; expor para a comunidade as ações realizadas pela localidade a de que exista uma participação conjunta; promover a melhor utilização dos espaços físicos da instituição.
Criação de fóruns de discussão eletrônicos	Os profissionais da informação devem: investir no diálogo entre biblioteca e a sociedade; levantar temas estratégicos para a localidade e/ou mesmo a biblioteca elaborar uma lista de participação.
Capacitação de usuários no uso das TIC	Os profissionais da informação devem: estimular a capacidade de utilização de dispositivos tecnológicos; promover a interação entre o usuário e as TIC; preparar ambientes com interface amigável ao público.
Estrutura física e organizacional	A biblioteca como um todo deve: enfatizar a acessibilidade em ambientes analógicos e digitais; administrar a instituição de modo a conciliar suas necessidades aos interesses das pessoas envolvidas; desenvolver políticas em prol da inclusão digital; organizar planilhas que discutam acerca da sinalização, disposição de mobiliários, bem como a existência de itens que se adequem aos objetivos da instituição.

Fonte: Silva (2017, p. 46).

É possível observar, no quadro de Silva (2017), que as tecnologias perpassam todos os níveis de desenvolvimento de competências, permeando os diferentes itens de melhoria contínua presentes nessas bibliotecas. Tais instituições trabalham as tecnologias como ferramentas de inclusão social, na medida em que as utilizam como instrumentos de pesquisa, coletando dados e capacitando os funcionários e usuários no uso dessas tecnologias.

Para Silva (2017), as tecnologias presentes nas bibliotecas híbridas se complementam a todo instante, de acordo as necessidades informacionais dos usuários, sendo, basicamente, 1) coleções especiais; 2) coleções não-especiais; 3) itens digitais; 4) itens impressos; 6) bases de dados; 7) softwares inovativos; e 8) softwares de acessibilidade, que, quando esmiuçados, trazem uma ampla gama de tecnologias presentes nessas instituições. Assim, os modos de tratamento e obtenção de informação e tecnologias, em acervos híbridos, devem acompanhar as mudanças que a sociedade impõe, o que remodela o papel do bibliotecário e dos usuários, denominados, aqui, como bibliotecários e usuários híbridos.

6 METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa, do tipo descritivo e exploratório, tipologias comuns nas pesquisas da área de Ciência da Informação (KUHLTHAU, 2004). A pesquisa foi construída por meio de uma revisão bibliográfica sobre os tópicos: bibliotecas, bibliotecas híbridas, conceito de bibliotecas híbridas e hibridez em bibliotecas, o que contribuiu para a construção de um referencial teórico seletivo e conciso, além do oferecimento de discussões acerca da temática central e

dos temas relacionados.

Para se recuperar o maior número de referências possível nas bases de dados internacionais, as palavras-chave foram escritas em inglês, já que as bases de dados utilizadas recuperam, pelo inglês, textos em todos os idiomas indexados nas plataformas. Contudo, o estudo delimitou-se às línguas inglesa, portuguesa (do Brasil e de Portugal), espanhola e francesa, idiomas de conhecimento das pesquisadoras, pois, a base de dados também recuperou textos nos idiomas alemão, italiano e chinês. Ressalta-se que o período de levantamento de dados foi abril/maio de 2018.

A pesquisa se concentrou nas bases de dados LISA, em contexto internacional, e BRAPCI, no cenário nacional, a fim de se realizar uma varredura do tema no campo específico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. As palavras-chaves usadas para a recuperação de dados foram "*hybrid library*" e "*development*" (na LISA) e "biblioteca híbrida" e "desenvolvimento" (na BRAPCI), como assuntos principais. Importante destacar que não se delimitou tempo para a busca na base de dados, visto que o intuito era recuperar todo o histórico presente acerca do conceito.

A palavra "desenvolvimento" foi caracterizada como uma palavra-chave por compreender que as bibliotecas híbridas trabalham com tipos de desenvolvimento em sociedade, já que desenvolvem, socialmente, seus funcionários e usuários no uso de novas tecnologia. Portanto, para a construção de um conceito, torna-se necessário levar em conta os principais tipos de desenvolvimento com que as bibliotecas híbridas trabalham; a saber: desenvolvimento cultural, social, político e tecnológico (SILVA, 2017).

A escolha pela pesquisa bibliográfica ocorreu porque,

de acordo com Gil (2009), esse tipo de pesquisa compreende materiais que servirão de base para desenvolvimento de uma ou mais temáticas, sendo que sua principal vantagem é que o investigador pode se apropriar de uma grande variedade de fenômenos e informações que geralmente não conseguiria realizar em sua pesquisa diretamente. Desse modo, o presente estudo foi desenvolvido segundo o planejamento proposto por esse autor.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível perceber que, no início das considerações acerca do conceito de bibliotecas híbridas, a maior parte dos autores interligavam a terminologia com a implementação de tecnologias digitais no âmbito das bibliotecas. Nessa perspectiva, os autores buscavam entender como a gerência da biblioteca deveria se comportar em relação à aquisição das TIC, assim como os gastos, custos e benefícios que essas novas tecnologias trariam ao contexto dessas bibliotecas.

Além disso, surgiram pesquisas voltadas ao desenvolvimento econômico, na medida em que necessitava-se estudar os custos de aquisição de novos softwares e hardwares, entendendo os benefícios e malefícios dessa aquisição tanto para a instituição quanto para o público. Dessa maneira, a grande maioria dos estudos da época estavam interligados ao desenvolvimento tecnológico pelo qual as bibliotecas tradicionais passaram e ao desenvolvimento de softwares que abrangessem a interoperabilidade de dados e os programas de desenvolvimento de bibliotecas.

Com o entendimento dos melhores e mais adequados softwares e hardwares necessários ao dia a dia da biblioteca,

além da aquisição e instalação dos mesmos no ambiente das bibliotecas, passou-se a ter uma convergência tecnológica nessas instituições, no entanto, de nada adiantaria essas tecnologias sem profissionais capacitados para o seu uso adequado, de acordo com a missão e com a visão da organização. Nesse cenário, surgem os estudos sobre o desenvolvimento profissional, ou seja, maneiras para tornar os profissionais da informação aptos a fazerem melhor uso/ benefício da convergência de linguagens proporcionada pela primeira etapa da Era Híbrida.

Em um terceiro momento, as pesquisas em torno das bibliotecas híbridas voltaram-se para o desenvolvimento de coleções, aproveitando-se das grandes possibilidades de acesso à informação (da própria instituição ou de outras instituições) que as tecnologias eletrônicas e digitais trouxeram. Nessa visão de intercâmbio de dados, alguns pesquisadores começam a analisar a questão da privacidade *versus* acessibilidade da informação, com vistas a oferecer uma ampla gama de informação aos usuários, contudo, sem ferir os seus direitos de segurança física e/ou jurídica; trata-se da contrapartida entre os ambientes tradicionais (focados na privacidade) e os digitais (onde o acesso à informação é mais enfatizado).

Em um quarto momento, agora com foco nos usuários, não somente nas suas necessidades de informação, como também nos seus desejos informacionais, o conceito de bibliotecas híbridas passa a compreender o estudo de usuários e de comunidades, a fim de entender seus contextos e desenvolver produtos e serviços de acordo com as suas demandas. Sendo assim, a terminologia 'bibliotecas híbridas' passa a ser vista sob a ótica dos desenvolvimentos

social, político e cultural, já que se expandia de acordo com as políticas institucionais (da biblioteca) e culturais (dos funcionários e da comunidade externa), incluindo uma abordagem de estrutura da organização (ambiente interno) e os contextos externos que a cercam (outras instituições, políticas públicas e privadas, dentre outros).

Dito isso, os teóricos relacionados às bibliotecas híbridas passaram a enfatizar o desenvolvimento organizacional desses equipamentos culturais na medida em que inferiram que os estudos organizacionais englobariam desde as abordagens iniciais de compreensão do conceito de hibridez em bibliotecas (desenvolvimento tecnológico e de softwares), até os desenvolvimentos econômico, de coleções, político, profissional e cultural, isto é, perpassariam pelos recursos humanos, tecnológicos e financeiros dessas organizações. Nessa penúltima perspectiva, o foco dos processos das bibliotecas híbridas está nos níveis operacional (o fazer da biblioteca) e tático (a gerência das bibliotecas), uma vez que se volta ao planejamento a curto e médio prazo, sempre destacando o desenvolvimento social no tratamento dos usuários e dos funcionários dessas organizações.

Por volta dos anos 2000, a biblioteca híbrida começa a destacar-se na gerência de médio a longo prazo, perpassando pelos níveis estratégico, tático e operacional. Nesse contexto, o conceito de bibliotecas híbridas volta-se, essencialmente, ao desenvolvimento social, tendo em vista que se entende que os recursos humanos são os mais complexos a serem trabalhados dentro de organizações, pois, são seres subjetivos e que, assim como as tecnologias, estão se renovando a cada instante.

Dessa maneira, o desenvolvimento social abarca os

meios pelos quais a biblioteca deve se planejar para que seus produtos e serviços possam ir ao encontro das necessidades informacionais do seu público, tornando-os seres autônomos em pesquisa e capazes de gerar novos conhecimentos. Trata-se de não esperar os usuários virem procurar os serviços da biblioteca, mas, de levar a informação até eles por meio do desenvolvimento de atividades e de ambientes atraentes, com tecnologias convergentes e atendimento a todo o público da instituição (independentemente de raça, idade, sexo etc.), ao trabalhar com os desejos informacionais inerentes a essas pessoas.

Um dos estudos mais recentes que compreendem essa perspectiva é o de Silva (2017), que descreve que

> o termo biblioteca híbrida refere-se tanto ao amplo compartilhamento de recursos, em entidades geograficamente dispersas, como às relações humanas, tecnológicas e sociais de uma determinada instituição. (SILVA, 2017, p. 163).

Portanto, há uma convergência entre as ferramentas tecnológicas, o fazer profissional diversificado e o usuário enquanto sujeito, não mais utilitário da informação, mas cooperante no seu uso, produção e acesso, o que promove a inclusão social de toda a comunidade organizacional (SILVA, 2017).

A autora também descreve que a convergência, em uma visão mais atualizada acerca do conceito de bibliotecas híbridas, não se limita à tecnologia, mas, abrange, sobretudo, os profissionais da informação e os usuários. Desse modo, os elementos constitutivos desse conceito são 1) grupos de trabalho; 2) abordagem sociocultural; 3) treinamento de usuários; 4) softwares inovativos; 5) informação via eletrônica;

e 6) acesso remoto, com grande destaque para o item abordagem sociocultural.

Silva (2017) disserta que o acesso remoto se refere às formas de renovação de itens emprestados (por internet ou pelo telefone), às formas de empréstimos de recursos (*online*, via telefone ou pessoalmente) e aos processos de digitalização do acervo analógico. A informação via eletrônica se refere aos suportes informacionais existentes (bases de dados *online*, *e-books*) e disponibilizados pelas bibliotecas; a promoção de informações institucionais em *sites* e em redes sociais; e o desenvolvimento de bibliotecas virtuais.

Os softwares inovativos são softwares de gerenciamento de dados, softwares de acessibilidade para deficientes visuais (com vistas a promover novos meios de leitura), softwares de *gameficação*, para entretenimento da população, e softwares para impressão de materiais 3D e/ou lúdicos, a fim de estruturar a sinalização e o *design* da biblioteca. O treinamento de usuários trata das formas pelas quais a biblioteca integra os usuários aos serviços oferecidos pela instituição: capacitação, plantão de dúvidas, atualização, *workshops*, oficinas, palestras e atendimentos em grupo ou individuais.

A abordagem sociocultural é o processo de acolhimento do usuário pela biblioteca e a ressocialização do mesmo em sociedade: reabilitação de usuários em situações de riscos (moradores de rua, usuários de droga, dentre outros) e encaminhamento desses usuários a órgãos públicos que possam auxiliá-lo em sua ressocialização; projetos de mediação da leitura, como contação de histórias, discussões filosóficas, oferecimentos de cursos de escrita e redação, oficinas culturais etc.; atividades de reconhecimento dos

espaços, dos recursos e dos serviços oferecidos pela biblioteca; a participação da biblioteca nas atividades políticas locais; assim como a participação da comunidade na tomada de decisões da instituição. Os grupos de trabalho estão ligados à divisão de atividades por categorias (infantil, infanto-juvenil, jovens, adultos, idosos) e à participação de outras organizações no desenvolvimento dos programas da instituição (parcerias entre empresas públicas e privadas e a biblioteca).

Gráfico 1 – Tipologia de desenvolvimento para bibliotecas híbridas

3% Desenvolvimento de coleções
4% Desenvolvimento econômico
1% Privacidade *versus* Acessibilidade
6% Desenvolvimento organizacional
1% Desenvolvimento cultural
7% Desenvolvimento de softwares
35% Desenvolvimento tecnológico
9% Desenvolvimento profissional
17% Desenvolvimento social
17% Desenvolvimento político

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Gráfico 1, demonstra que foram recuperados 32 artigos na LISA e um artigo na BRAPCI. Dos 33 artigos analisados, 27 deles, ou seja, 35%, trabalharam o desenvolvimento tecnológico na construção do conceito de

bibliotecas híbridas; 12 (17%), o desenvolvimento social; 12 (17%), o desenvolvimento político; seis (9%), o desenvolvimento profissional; cinco (7%), o desenvolvimento de softwares; quatro (6%), o desenvolvimento organizacional; três (4%), o desenvolvimento econômico; dois (3%), o desenvolvimento de coleções; um (1%), a acessibilidade *versus* a privacidade; e 1 (1%), o desenvolvimento cultural. Percebeu-se, portanto, que, mesmo com o maior índice de destaque sendo o desenvolvimento tecnológico (35%), o desenvolvimento social perpassa por todos os estudos de bibliotecas híbridas, pois, entende-se que os demais desenvolvimentos não podem ocorrer se o desenvolvimento humano não estiver sendo realizado.

Assim, este estudo compreendeu que o desenvolvimento social é o foco das bibliotecas híbridas, necessitando-se partir dele quando se pretende entender seu conceito. Logo, a ideia de interoperabilidade na troca de comunicações entre bibliotecas pode ser descrita sob as seguintes alusões: 1) a interoperabilidade técnica se refere ao acesso remoto; 2) a interoperabilidade semântica está ligada aos softwares inovativos; 3) a interoperabilidade política/humana é a abordagem sociocultural; 4) a interoperabilidade multidisciplinar está relacionada à informação via eletrônica e ao treinamento de usuários; e 5) a interoperabilidade internacional visa os grupos de trabalho internos e externos às instituições, bem como as suas relações na troca de informações.

Nesse contexto, as bibliotecas híbridas podem ser consideradas instituições capazes de trabalhar, em um mesmo ambiente, o nicho técnico (ou duro) da implementação de novas tecnologias e o trabalho social em prol de tornar cidadãos

em seres pensantes, habilitados a lidar com as informações recebidas no dia a dia, de modo a não as entenderem como verdadeiras antes de refletirem sobre a sua veracidade. Dessa maneira, tais bibliotecas podem desempenhar o seu papel de ir até o usuário e de o trazer até a instituição, na medida em que se constroem juntamente com os recursos humanos e tecnológicos presentes em sociedade.

Para tanto, os formuladores de políticas e administradores, nesse caso, os profissionais da informação, precisam reconhecer o potencial da biblioteca híbrida e considerar seu impacto nos desenvolvimentos institucionais mais amplos no ensino e na pesquisa. Finalmente, os usuários precisam ser auxiliados no desenvolvimento de novas habilidades e novas formas de abordar as informações que recebem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que o elemento-chave de designação do conceito de bibliotecas híbridas é a interoperabilidade, sob o foco do desenvolvimento social. Interoperabilidade essa percebida em todas as formas de troca de dados e de comunicação, sejam elas em meio analógico ou digital.

Nessa perspectiva, as bibliotecas híbridas, inicialmente tratadas apenas pelo âmbito da convergência de tecnologias, ao trabalharem com a comunicação e com a troca de informação entre pessoas, equipamentos culturais, sistemas de computador, dentre outros, destacam-se como instituições promotoras do desenvolvimento social dos indivíduos. Para tanto, entende-se que, para construir um conceito de hibridez em bibliotecas, é

preciso levar em conta: 1) as formas de acessibilidade (remota ou presencial), ou seja, de uma interoperabilidade técnica entre sistemas de computador e de pessoas responsáveis pela disseminação dos serviços e produtos prestados pela biblioteca; 2) a utilização de tecnologias que vão ao encontro das necessidades informacionais e fisiológicas dos usuários (softwares inovadores), visando a interoperabilidade semântica entre sistemas operacionais de instituições nacionais ou internacionais, sejam elas públicas ou privadas; 3) o foco na capacitação de funcionário de bibliotecas para que esses sejam capazes de utilizar as tecnologias como ferramentas estratégicas no auxílio aos usuários em suas buscas por conhecimento, isto é, a interoperabilidade política e humana, enfatizando a abordagem sociocultural; 4) o tratamento dos processos técnicos de bibliotecas em conjunto com os aspectos humanos, destacando que todos esses processos devem ser desenvolvidos de acordo com as necessidades e os desejos informacionais do público da instituição – interoperabilidade multidisciplinar; e 5) a parceria entre instituições, para evitar trabalho redobrado e pensar em conjunto no estabelecimento de atividades inovadoras (interoperabilidade internacional).

Todos esses tipos de interoperabilidade vão ao encontro do desenvolvimento social na medida em que se constroem em conjunto com as demandas sociais. Dito isso, a biblioteca híbrida trabalha com as mudanças ocorridas em sociedade para atenderem às necessidades e desejos dos seus usuários, para não se estagnarem no tempo.

Nesse desejo de buscar o usuário e trazê-lo ao ambiente da biblioteca, o desenvolvimento social é, mais uma vez, enfatizado, uma vez que a instituição procura meios de fazer com que a informação seja disseminada para todos,

entendendo que esses podem passar a se interessar pelas suas atividades. Além disso, ao abarcar públicos de diferentes idades, raça, sexo etc., o sentimento social é despertado.

No que se refere à capacitação de funcionários e usuários no uso de tecnologias, mesmo sendo um aspecto técnico de funcionamento dos produtos e serviços da biblioteca, envolve o ser humano, seus contextos, crenças e valores, ou seja, o social. Pode-se perceber, então, que, mesmo nos aspectos mais técnicos de trabalho, o social sempre está presente e deve ser levado em conta quando se tratando do ambiente de uma biblioteca híbrida.

Nesse sentido, este estudo buscou uma convergência dos pensamentos de todos os pesquisadores aqui analisados, chegando-se à conclusão de que o conceito de bibliotecas híbridas se designaria como um modelo de bibliotecas com foco no desenvolvimento social, abrangendo em seu ambiente a prática de profissionais da informação em prol de convergir 1) tecnologias, como ferramentas estratégicas no auxílio ao desenvolvimento de processos; 2) pessoas, buscando uma equipe de trabalho multidisciplinar, passível de entender os diferentes indivíduos que fazem parte da comunidade de usuários do local, bem como suas necessidades e desejos informacionais; 3) sistemas de interoperabilidade de dados, a fim de trocar informação entre instituições e, consequentemente, com a sociedade, buscando padrões de intercâmbio de informações, para que falhas na comunicação e incompatibilidades entre sistemas possam ser evitadas; e 4) o estudo organizacional, a fim de entender os recursos pertencentes à biblioteca, seu público, e quais recursos ainda são necessários adquirir.

Dessa maneira, os produtos e serviços desenvolvidos

pelas bibliotecas híbridas promovem os desenvolvimentos tecnológico, político, de softwares, econômico, da privacidade *versus* acessibilidade, social, profissional, organizacional, de coleções e cultural. Destaca-se, portanto, que o tratamento técnico é necessário quando se deseja que uma informação atinja, com qualidade, o maior número de públicos possível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013.

BREAKS, M. The eLib hybrid library projects. **Ariadne**, *[s. l.]*, v. 28, 2001. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57466520?accountid=8112. Acesso em: 20 maio 2018.

BROPHY, P. The hybrid library. **Bulletin des Bibliotheques de France**, Villeurbanne, v. 47, n. 4, p. 14-20, 2002. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57504628?accountid=8112. Acesso em: 15 maio 2018.

CARR, R. What users want: an academic "hybrid" library perspective. **Ariadne**, v. 46, fev. 2006. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57654523?accountid=8112. Acesso em: 13 mar. 2018.

CASSERLY, M. F. Developing a concept of collection for the digital age. **Portal**: Libraries and the Academy, Baltimore, v. 2, n. 4, p. 577-587, 2002. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57605955?accountid=8112. Acesso em: 27 maio 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**. São Paulo: Unesp:

Imprensa Oficial do Estado, 1999.

COVI, L. M.; CRAGIN, M. H. Reconfiguring control in library collection development: a conceptual framework for assessing the shift toward electronic collections. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, *[s. l.]*, v. 55, n. 3, p. 312-325, 2004. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57594070?accountid=8112. Acesso em: 17 maio 2018.

DAMANPOUR, F. Organizational innovation: a meta-analysis of effects of determinants and moderators. **Academy of Management Journal**, *[s. l.]*, v. 34, n. 3, p. 555-590, 1991.

DENT, V. F. Managing the hybrid library to give users what they want. **International Online Information Meeting**, *[s. l.]*, v. online, p. 171-175, 2000. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57490344?accountid=8112. Acesso em: 10 abr. 2018.

DENT, V. F.; HALL, W.; HARRIS, S.; HEY, J.; MARTINEZ, K. Agent technology concepts in a heterogeneous distributed searching environment. **Vine**, Bradford, v. 123, p. 55-63, 2001. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57511800?accountid=8112. Acesso em: 20 abr. 2018.

GAMBLES, A. The development and launch of the HeadLine personal information environment. **Information Technology and Libraries**, *[s. l.]*, v. 19, n. 4, p. 199-205, 2000. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57498100?accountid=8112. Acesso em: 17 maio 2018.

GARCEZ, E. M. S.; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100196520020002000005&script=sci_

abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 jul. 2018.

GARROD, P. Staff training and end user training issues within the hybrid library. **Library Management**, Bradford, v. 22, n. 1-2, p. 30-36, 2001. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57467259?accountid=8112. Acesso em: 19 maio 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUY, F. Developing services in an evolving technological and political era. **Electronic Library**, *[s. l.]*, v. 21, n. 6, p. 538-545, 2003. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57589933?accountid=8112. Acesso em: 20 maio 2018.

GUY, R. F. Developing the hybrid library: progress to date in the national library of Scotland. **Electronic Library**, *[s. l.]*, v. 18, n. 1, p. 40-50, 2000. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57500478?accountid=8112. Acesso em: 5 maio 2018.

HAMILTON, V. Sustainability for digital libraries. **Library Review**, Glasgow, v. 53, n. 8, p. 392-395, 2004. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57585911?accountid=8112. Acesso em: 11 maio 2018.

HAMPSON, A. Information staff roles in the hybrid library. **Impact**: the Journal of the Career Development Group, *[s. l.]*, v. 1, n. 8, p. 129-132, set. 1998. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57465104?accountid=8112. Acesso em: 28 maio 2018.

HARASAWA, E. **Biblioteca viva**: fazendo história com livros e leituras. São Paulo: Fundação Abrinq, 2004. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fa000014.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS

AND INSTITUTIONS (IFLA). **Declaração de Lyon sobre o acesso à informação e desenvolvimento**. 2014. Disponível em: http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

KEYSER, P. de. What form will the library take?: physical, hybrid or virtual. **Bibliotheek-en Archiefgids**, *[s. l.]*, v. 81, n. 2, p. 3-6, 2005. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57624172?accountid=8112. Acesso em: 13 maio 2018.

KOLLOFFEL, J.; KAANDORP, A. Developing a cost/benefit financial model for hybrid libraries. **Serials**, *[s. l.]*, v. 16, n. 1, p. 41-49, 2003. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57574174?accountid=8112. Acesso em: 23 abr. 2018.

KUHLTHAU, C. C. **Seeking meaning:** a process approach to library and information services. 2. ed. Norwood: Ablex, 2004.

LEGGATE, P. User access to the hybrid library. **IATUL Proceedings**, *[s. l.]*, v. 8, 1999. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57562411?accountid=8112. Acesso em: 10 abr. 2018.

MARCAS, J. de.; BRANSE, Y.; GOLAN, Y.; IGRA, I. Hybrid library development at the university of Haifa library. **Library Review**, Glasgow, v. 49, n. 3, p. 165-172, 2000. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57513740?accountid=8112. Acesso em: 18 abr. 2018.

MARK, N. Interlending in the hybrid library: how long will we provide the service? **Interlending and Document Supply**, *[s. l.]*, v. 28, n. 3, p. 132-136, 2000. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57505879?accountid=8112. Acesso em: 1 abr. 2018.

MEYER, J. W. Myths of socialization and personality. *In:* HELLER, M. S. T.; WELLBERY, D. **Reconstructing**

individualism. Standford: Standfort University Press, 1986.

MINTZBERG; H. **The nature of managerial work**. New York: New York & Row Publishers, 1973.

MIRANDA, A.; LEITE, C.; SUAIDEN, E. A biblioteca híbrida na estratégia da inclusão digital na Biblioteca Nacional de Brasília. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 17-23, out. 2009. Disponível em: http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1615. Acesso em: 11 jul. 2018.

MLEKUS, H. P. Evaluation of library collections and the hybrid library. **Knjiznica**, Ljubljana, v. 44, n. 1-2, p. 25-33, 2000. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57519168?accountid=8112. Acesso em: 16 maio 2018.

MURRAY, L. Challenge posed by the millennium. **Impact, the Journal of the Career Development Group**, *[s. l.]*, v. 3, n. 6, p. 88-89, 2000. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57501152?accountid=8112. Acesso em: 15 abr. 2018.

OBERHOFER, C. A. Acessibilidade de documentos e satisfação da demanda: um modelo de avaliação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 19-33, jan./jun. 1983.

OLIVEIRA, M. de; ARAÚJO, E. A. de. Os paradigmas da biblioteconomia e da ciência da informação e os novos contextos da informação. *In:* CASTRO, C. A. (org.). **Ciência da informação e biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luís: EDUFMA: EDUFAMA, 2002.

OPPENHEIM, C.; SMITHSON, D. What is the hybrid library? **Journal of Information Science**, *[s. l.]*, v. 25, n. 2, p. 97-112, 1999. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57461312?accountid=8112. Acesso em: 4 abr. 2018.

ORERA-ORERA, L. The university library in the context

of the new social and educational model. **Profesional de la Información**, Barcelona, v. 16, n. 4, p. 329-337, 2007. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57702579?accountid=8112. Acesso em: 4 maio 2018.

PINFIELD, S. Managing the hybrid library. **SCONUL Newsletter**, *[s. l.]*, n. 14, p. 41-44, 1998. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57445987?accountid=8112. Acesso em: 5 abr. 2018.

PINFIELD, S.; DEMPSEY, L. The distributed national electronic resource (DNER) and the hybrid library. **Ariadne**, Bath, n. 26, 2001. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57469740?accountid=8112. Acesso em: 20 abr. 2018.

PINFIELD, S.; EATON, J.; EDWARDS, C.; RUSSELL, R.; WISSENBURG, A.; WYNNE, P. Realising the hybrid library. **New Review of Information Networking**, Londres, v. 4, p. 3-21, 1998. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57469110?accountid=8112. Acesso em: 19 maio 2018.

PINFIELD, S.; MCKENNA, B. The builder project. **Electronic Library**, *[s. l.]*, v. 16, n. 5, p. 305-307, 1998. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57431459?accountid=8112. Acesso em: 5 abr. 2018.

PINTO, M.; URIBE TIRADO, A. Hybrid public libraries in the context of information literacy. **Documentación Científica**, Madri, v. 35, p. 136-168, 2012. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/1496969056?accountid=8112. Acesso em: 3 abr. 2018.

PRICE, D. J. Things you did not want to know about hybrid library collection development. **Information and Librarianship**, *[s. l.]*, v. 25, n. 2, p. 47-42,

2000. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57509252?accountid=8112. Acesso em: 19 maio 2018.

PUGH, L. The management of hybrid libraries. **Library and Information Research News**, *[s. l.]*, v. 29, n. 92, p. 13-31, jul. 2005. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57610040?accountid=8112. Acesso em: 1 maio 2018.

PUGH, L. The management of hybrid libraries. **New Review of Information Networking**, Londres, v. 10, n. 1, p. 71-83, maio 2004. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57589374?accountid=8112. Acesso em: 1 maio 2018.

ROBERTS, E. Access versus ownership in academic libraries: some reflections from the literature. **Education Libraries Journal**, *[s. l.]*, v. 45, n. 2, p. 5-11, 2002. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57542251?accountid=8112. Acesso em: 8 abr. 2018.

RUSSELL, R.; GARDNER, T.; MILLER, P. **Hybrid information environments**: overview and requirements. 1999. Disponível em: http://www.ukoln.ac.uk/dlis/models/requirements/overview/. Acesso em: 20 jan. 2018.

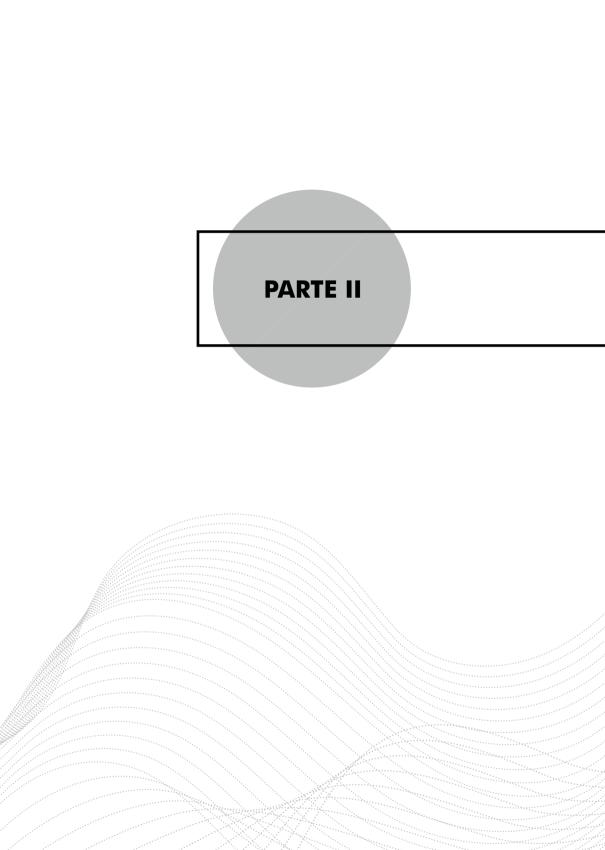
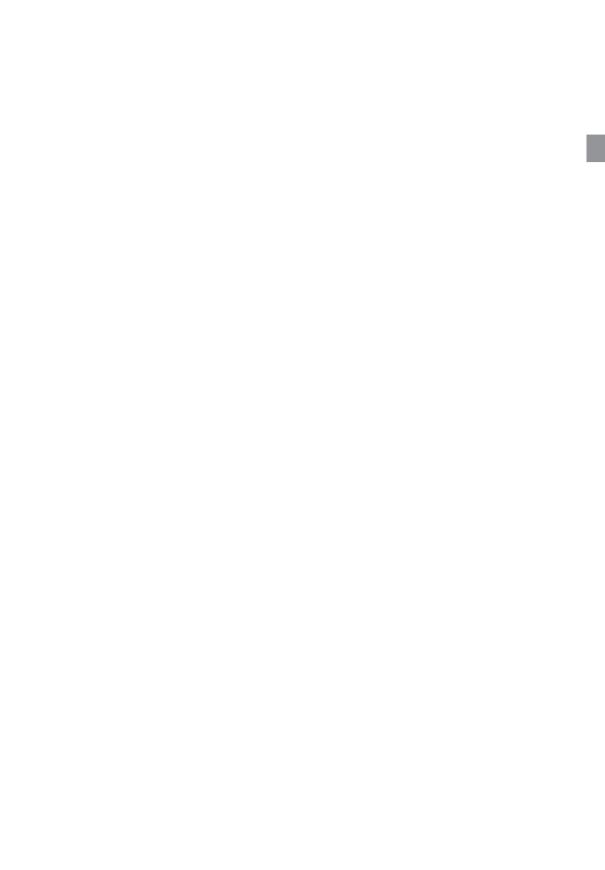
SILVA, R. C. da; CALDAS, R. F. Las bibliotecas públicas híbridas en el contexto brasileño. **Palabra Clave**, La Plata, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: http://eprints.rclis.org/31301/. Acesso em: 11 jul. 2018.

SILVA, R. C. da. **Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido**: um estudo comparativo de bibliotecas híbrida no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades. 2017. 288 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SILVA, R. C. da. **O uso da informação imagética no processo de inclusão digital**: uma perspectiva para atuações bibliotecárias. 2014. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

WESTON, P. G. From bibliographic control to documentation networks. **Biblioteche Oggi**, Milão, v. 20, n. 7, p. 44-56, 2002. Disponível em: https://search.proquest.com/docview/57527100?accountid=8112. Acesso em: 27 abr. 2018.

PARTE II

CAPÍTULO 2

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Sueli Bortolin
João Arlindo dos Santos Neto

BIBLIOTECAS HÍBRIDAS: UM OLHAR A PARTIR DAS BIBLIOTECAS ALTERNATIVAS

As bibliotecas comunitárias são, em verdade, uma forma de designar as bibliotecas populares, mas esvaziando os significados mais contundentes que deixavam claras as bases que lhe davam sustentação e determinavam quais os usuários que as tinham como objeto, e como suas ações, fazeres e serviços poderiam e podem alcançar seus objetivos.

O termo "bibliotecas comunitárias surge como reação e contraponto à denominação bibliotecas populares que, por sua vez, trazia no bojo de sua concepção, ideias que se vinculavam à defesa dos interesses populares, das classes trabalhadoras e dominadas.

Convém assinalar que o termo é usado no Brasil, com mais expressividade e constância, a partir da década de 1960. Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes se referiram à biblioteca popular na década de 1930, embora o emprego dessa nomenclatura não tenha surgido na literatura especializada até os anos em que há uma reação de vários segmentos da população, ou ao menos dos setores mais organizados, em se antepor à sua exclusão das decisões sobre o destino do país.

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p73-92

Acompanhando as ações e pensamentos dos movimentos organizados da população, alguns pesquisadores - do que poderíamos chamar de ala mais progressista da área -, munidos de propostas emancipadoras que circulavam na época, assumem tais propostas e tentam voltá-las para as discussões no âmbito das bibliotecas públicas. Com forte apelo social, os textos produzidos a partir de debates gerados por essa ala, não foram bem aceitos pelos pesquisadores e até mesmo por profissionais que defendiam um olhar mais conservador da Biblioteconomia. Os textos oriundos deste último grupo, não faziam uma oposição clara, aberta. Ao contrário, propunha um novo termo, aparentando uma concordância com as posições veiculadas por seus opositores. Posições que estavam longe de aceitar. O termo apresentado, bibliotecas comunitárias, foi aceito e passou a designar um tipo específico de biblioteca.

Um dado curioso é que, na busca por caracterizar tipos de bibliotecas, o grupo mais conservador passou a incluir, além dos tradicionais - bibliotecas públicas, escolares, universitárias e especialidades -, um outro tipo: especial. Assim, as bibliotecas populares - ou comunitárias como designadas posteriormente - foram entendidas como algo à parte, que não se enquadravam nas características necessárias para serem incluídas como verdadeiramente "bibliotecas".

Sobre a caracterização das bibliotecas – e a inclusão de um termo mais geral - convém discutirmos um pouco mais.

Uma das preocupações da área da Biblioteconomia é a busca por estabelecer critérios que diferenciem os vários tipos de bibliotecas. Tradicionalmente, quatro são os principais tipos de bibliotecas: escolares, públicas, universitárias e especializadas. As outras devem se enquadrar nesses quatro tipos.

Durante um breve período, alguns autores e profissionais denominaram como “especiais” o que consideravam um quinto tipo de bibliotecas. Esse termo tinha uma abrangência muito ampla e nos reportava a ideia de “generalidades”, “miscelânea”. Além disso, a concepção de “especiais” excluía essas bibliotecas do próprio conceito de biblioteca, não as incluindo dentro do rol tradicional.

No final dos anos 1980, Neusa Dias de Macedo teve a iniciativa de formular critérios para identificar as diferenças entre alguns dos tipos de bibliotecas elencados acima. Em cada tipo de biblioteca escolhido por ela, Neusa pesquisou, estudou e, junto com outros autores, elaborou pequenos artigos publicados na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, mantida pela FEBAB. Os artigos eram curtos, não mais do que quatro páginas, mas em um formato diferente dos artigos considerados científicos (MACEDO; SIQUEIRA, 1987; MACEDO; SPINELLI, 1987).

Havia uma página explicativa seguida de um quadro impresso no tamanho de três páginas que vinham dobradas em sanfona e para consultar o conteúdo, era necessário desdobrar. Os quadros presentes nos artigos, apresentavam um tipo de biblioteca e identificavam características baseadas em alguns tópicos, como: tipo de acervo, usuários, serviços etc. A distinção entre os tipos de bibliotecas, assim, valia-se da determinação de características que, embora presentes em todos os tipos, possuíam especificidades que permitiam diferenciá-las.

Vários termos surgiram para identificar, ou tentar identificar tipos específicos de bibliotecas, mas não foram assumidos pela literatura, pelas pesquisas e estudos da área. Entre esses termos, podemos destacar: bibliotecas

hospitalares, bibliotecas prisionais, bibliotecas populares, bibliotecas comunitárias, bibliotecas alternativas e outras. Atualmente, fala-se em biblioteca parque. E sobre esta última falaremos mais adiante.

A exemplo do termo bibliotecas comunitárias - empregadas no lugar de bibliotecas populares - também foi apresentado o termo "informação utilitária" para se antepor aos termos "informação social" e "informação para a cidadania". Os mesmos comentários apostos acima, referentes às bibliotecas comunitárias, valem também para esta e novas investidas que vem sendo apresentadas nos últimos anos, contra as ideias, no seio da Biblioteconomia, de cunho mais social. Os significados mais progressistas inerentes aos termos "social" e "para a cidadania", foram derrubados por uma ideia meramente utilitarista que quando adjetiva a palavra "informação", a torna vazia, oca. Toda informação deve ser útil, embora o próprio termo "útil" tem uma concepção ampla que torna difícil um entendimento mais específico.

Os equipamentos informacionais, nessa época, tiveram várias designações: Centro de Documentação e Informação Popular, Centro de Comunicação e Informação Popular, Biblioteca Verdadeiramente Pública, Biblioteca Comunitária Conjunta etc. Todas elas buscavam uma alternativa para a biblioteca pública tradicional. Almeida Júnior (1997) designou o termo "bibliotecas alternativas" para esse conjunto de propostas diferenciadas.

Podemos dizer, resumindo, que o conceito de "bibliotecas comunitárias", apesar de, formal e explicitamente, designar os espaços voltados para atender a parcela mais pobre da população, em verdade se contrapõe a ideia de "bibliotecas populares" que está voltada para os segmentos populares

da sociedade, alijados dos direitos mínimos para o exercício da cidadania. Madella e Silva (2014, p. 99) enfatizam que "Sua existência é resultado da determinação de uma ou mais pessoas para a disponibilização de espaços onde se possa propagar cultura e conhecimento".

Posteriormente, as discussões sobre os equipamentos informacionais acima descritos (Centros de Documentação e Informação Popular, Centros de Comunicação e Informação Popular etc.) nos levaram a entendê-los como minimamente diferenciados das bibliotecas públicas tradicionais. Essa posição está baseada no fato de que aqueles equipamentos oferecem serviços assemelhados aos destas bibliotecas, embora com uma aparência diferenciada, e com uma fundamentação apresentada em um discurso que sugere uma real mudança, mas que pouco altera, modifica e se difere das propostas fundantes da biblioteca pública tradicional.

Por sua vez, as bibliotecas híbridas foram apresentadas e conceituadas como aquelas que englobavam em seu acervo, materiais físicos e virtuais. A hibridez dá-se no âmbito do acervo, dos materiais armazenados.

Seguindo essa concepção, é possível ampliá-la incluindo outras propostas, como a que Paulo Freire fez em um evento realizado em 1982, na Paraíba, dentro do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Em uma palestra, Paulo Freire propõe para as bibliotecas populares e como característica e diferencial delas, a inclusão de materiais produzidos pela população, pela comunidade atendida pela biblioteca. Essa palestra foi publicada no livro "A importância do ato de ler: em três artigos que se completam" (FREIRE, 1989).

Uma noção mais ampla de hibridez, em relação às

bibliotecas públicas, vem de Rafaela Carolina da Silva. Em sua dissertação de mestrado, analisando esse mesmo tema, ela entende a ideia de híbrido como apontada na citação abaixo:

> Para que uma biblioteca pública seja conceituada híbrida, é necessário que ela trabalhe os aspectos sociais das comunidades que a rodeia, voltando sua gestão para questões de âmbito informacional e cultural. Desse modo, deve pautar-se no acesso remoto, no treinamento de usuários, nas possibilidades de informação via eletrônica, nas abordagens socioculturais, no desenvolvimento de um software inovativo e na organização de grupos de trabalho. (SILVA, 2017, p. 53).

A ideia do interesse das bibliotecas híbridas voltar-se para a integração de acervos constituídos de documentos físicos e eletrônicos fica evidente. No entanto, há, no conceito, uma preocupação com o trabalho direcionado para aspectos sociais, acompanhando as propostas existentes nas bibliotecas populares e mesmo nas bibliotecas comunitárias.

Retornando ao texto de Paulo Freire (1989), citado anteriormente, é possível também entender sua proposta como contendo aspectos híbridos, uma vez que a sua defesa era para que o acervo das bibliotecas populares fosse construído com materiais proveniente de editoras comerciais, governamentais etc., mas também com materiais produzidos pela comunidade. Essa ideia permitiria que os coordenadores daquelas bibliotecas pudessem conhecer os interesses, necessidades e desejos da comunidade. Claro que estando atentos a isso. Todos os serviços seriam constituídos do entendimento que os materiais provenientes da comunidade suscitariam nos dirigentes das bibliotecas.

É preciso destacar, entretanto, que há uma concepção de que popular é algo que está vinculado à ações realizadas pelo povo e para o povo. Qualquer coisa fora dessa ideia não poderia ser entendida como uma ação popular. Nossa concepção advoga que muitas ações criadas a partir de iniciativas do povo e voltadas para ele, veiculam e disseminam concepções e interesses que não são do povo.

Semelhante ao exposto, o termo "comunidade" pode ser utilizado em espaços que buscam caracterizar-se como socialmente inclusivos, aconchegantes, confortáveis (MADELLA; SILVA, 2014). Se reconhecemos que uma comunidade se configura a partir de interesses e realidades comuns, quando há uma biblioteca inserida nela, acreditamos que "[...] a biblioteca tenha voz na melhora da comunidade." (LANKES, 2016, p. 115). No entanto, ela, a biblioteca, terá que ser um espaço que permita a emissão de voz dos indivíduos de todas as faixas etárias.

Não controlamos as informações que nos chegam, nem aquelas que desejamos e procuramos, nem aquelas que não queremos e não desejamos. Somos alvo de informações a todo momento. Do mesmo modo, nossos desejos, interesses e necessidades não são puros, não são exclusivamente nossos. Aceitamos desejos provenientes de intenções meramente econômicas, consumistas; e os aceitamos inconscientemente, mesmo sem os querer.

Dentro dessa lógica, não necessariamente o que é popular está contido em ações criadas pelo povo e dirigidas para o povo. Tais ações podem veicular interesses que não são do povo

Entendemos como popular tudo aquilo que veicula os interesses das classes populares, quer a partir de iniciativas

do povo ou não. No caso das bibliotecas públicas, populares, comunitárias etc., os trabalhos e serviços oferecidos por esses equipamentos podem e devem ser desenvolvidos, planejados e implantados por profissionais com formação dentro das áreas abrangidas pelos objetivos e pelo escopo desses dispositivos.

Não basta, desta forma, a inclusão de novos tipos de documentos ao acervo das bibliotecas, mesmo que criados pela comunidade que vive no entorno dessas bibliotecas. É preciso que todos que atuam nesses equipamentos estejam direcionados e norteiem suas ações para atender aos interesses, necessidades e desejos da comunidade, mesmo sabendo que eles não são puros e que recebem influências globalizadoras. No entanto, o localismo sobrevive e resiste às inúmeras tentativas de minimizá-lo ou mesmo destruí-lo.

Mesmo que nosso discurso venha responsabilizar em demasia o bibliotecário ou aqueles que coordenam esse gênero de biblioteca, não há como negar que em tempos de tamanho desalento social, cabe a eles mediações diversificadas que subsidiem mudanças, que ampliem o conhecimento de si e do mundo por parte dos indivíduos que compõem uma comunidade.

Ao apresentar os resultados de sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Silva (2014) arrola alguns serviços sugeridos por 13 líderes de bibliotecas comunitárias brasileiras. Sendo, além do empréstimo de livros o:

> [...] acesso à Internet, mediação de leitura, contação de histórias, roda de poesia, aula de capoeira, violão, canto, percussão, reforço nos estudos, curso de teatro, espanhol informática, pré-vestibular comunitário, alfabetização de adultos, viabilização de carteira de identidade, acesso a joguinhos,

> gincana, sarau, evento cultural, festa, exibição de vídeo, exposição, acesso a diferentes linguagens artísticas, conversa com escritores, apresentações musicais, rodas de conversa, suporte para as escolas municipais e capacitação de professores. (SILVA, 2014, p. 85).

Compreendemos que algumas das atividades citadas, são direcionadas aos usuários letrados e alfabetizados. Assim sendo, essas ambiências não estariam contemplando a diversidade de usuários – sejam reais ou potenciais, ou mesmo os não-usuários – e menos ainda, não despertariam o sentimento de pertença nos sujeitos. Em uma linguagem figurativa seria possível ouvir dos leitores: "Esse espaço tem a minha cara!"; "Esse espaço é meu, aqui eu gosto de ficar!".

Ao considerar as bibliotecas como "lugares", Lankes (2016, p. 128) ressalta que "A comunidade deve ver suas bibliotecas físicas como representativas de seus mais elevados ideais". Segundo o autor, os bibliotecários têm demandado cada vez menos espaço físico para desempenhar suas atribuições diárias, devido às transformações tecnológicas e dos recursos informacionais. Por outro lado, aparece a comunidade e seus membros, que necessitam de espaço para interagir e criar.

Reconhecemos que a noção de hibridez irá atingir este patamar no momento em que as bibliotecas (comunitárias, populares, híbridas) disponibilizem diferentes espaços à comunidade; seja para ler, estudar, navegar na internet, realizar pesquisa, comer, descansar, jogar, brincar, dançar e até mesmo, conversar descontraidamente. Não basta, no entanto, disponibilizar espaços. É preciso que as pessoas se apropriem do que é veiculado, que sua cultura esteja presente e seja a base de todo fazer daquele equipamento

informacional. É preciso que as informações representem, dentro de limites, os interesses, necessidades e interesses da comunidade.

A ampliação do conceito dado ao espaço das bibliotecas pode fazer com que os sujeitos letrados ou não, alfabetizados ou não, deficientes ou não, sintam-se pertencidos à sua ambiência e se apropriem não somente do espaço interno e externo, mas que internalizem o significado que ele representa para sua vida na comunidade. Um local que possibilite aos sujeitos reconhecerem-se naquela comunidade e tornar-se conhecido naquele contexto. Isso se dá, também, quando o equipamento informacional trabalhar com informações provenientes dos vários segmentos da multimídia: escrita, imagem fixa, imagem em movimento e som.

O termo bibliotecas alternativas, englobando várias denominações de equipamentos informacionais, tem como proposta alterar o entendimento de bibliotecas públicas tradicionais. Sua concepção pressupõe o emprego de informações que possam fazer frente àquelas veiculadas pela grande mídia, àquelas carregadas de interesses diferentes e antagônicos aos da comunidade. As bibliotecas alternativas são espaços de resistência informacional.

Nos anos da década de 1980, entre as discussões presentes no seio das bibliotecas alternativas, uma delas teve relativa força, mas ficou restrita a alguns treinamentos promovidos em determinados Centros de Documentação e Informação Populares: Documentação Popular.

Uma pequena apostila, de 12 páginas, preparada por um órgão latino-americano vinculado à Igreja Católica, chamado CELADEC, traduzido pelo Centro Pastoral Vergueiro, serviu de base para um treinamento realizado pelo SEDIPO –

Serviço de Documentação e Informação Popular, vinculado à CNBB-NE II. Esse treinamento ocorreu entre 12 e 16 de março de 1984, em Recife. Os três primeiros tópicos da apostila são elucidativos do teor e da direção conceitual do documento:

> 1. A informação dos setores dominantes é "desinformação" para os setores populares.
> 2. A Documentação Popular: ferramenta para a mudança social.
> 3. Metas da Documentação Popular. (DEFINIÇÃO..., 1984, p. 1).

A preocupação com a "desinformação", tópico que abria as discussões propostas na apostila, e que hoje faz parte das preocupações de todos que atuam com a informação e carece de estudos e pesquisas urgentes, assim como a concepção de que a documentação popular tinha como objetivo a mudança social, deixava evidente a importância que a documentação possuía no interior daqueles equipamentos informacionais.

As discussões sobre esse tema, infelizmente, ficaram restritas aos treinamentos realizados da época. A área da Biblioteconomia não levou avante estudos sobre a Documentação Popular, talvez nem mesmo soube de iniciativas implantadas como as do SEDIPO, acima comentado. Ou, quem sabe, mesmo sabendo, não houve interesse em pesquisar essa temática, uma vez que ela não lidava com informação científica e tecnológica.

Uma proposta mais recente, que vem ocupando espaço entre os estudos relacionados com as bibliotecas públicas, são as chamadas "bibliotecas parques". Os que trabalham especificamente nas bibliotecas públicas aceitam as ideias e se propõem, alguns de maneira entusiástica, a implantá-las em seus espaços, desde que haja condições para isso.

A proposta das bibliotecas parques é atrativa e

inovadora, pois defende espaços agradáveis, prazerosos, bonitos. Oferecem um acervo diversificado, incluindo documentos e materiais físicos e eletrônicos. A exemplo disso, podemos mencionar o caso de Medelín, na Colômbia. As bibliotecas parque por lá propagam a ideia de que em sua ambiência há informação, cultura e conhecimento, mas também, lazer, conforto e entretenimento.

Dessa forma, elas se configuram, dentro de um entendimento mais antigo, como bibliotecas híbridas.

Os serviços oferecidos também são diferenciados daqueles disponibilizados pelas bibliotecas públicas tradicionais, em especial por estarem claramente voltados para atender uma gama de tipos de usuários. Os que gerenciam tais bibliotecas, afirmam que estão preocupados com aspectos sociais da comunidade atendida. Por exemplo, a biblioteca parque da Rocinha no Rio de Janeiro "[...] possui CDteca, DVDteca, cozinha escola, estúdios, cineteatro, Jardim de Leitura e sala multiuso prevendo os encontros comunitários." (SILVA, 2016, p. 39).

Referindo-nos ainda às bibliotecas parques podemos incluí-las entre as bibliotecas híbridas. No entanto, elas possuem um invólucro, uma capa que atrai os usuários, mas, quando desnudadas, elas apresentam as mesmas bases da biblioteca pública tradicional.

Assim, a perspectiva social e econômica brasileira, tão bem conhecida por nós, revela que ainda precisamos de políticas públicas e projetos que venham propiciar um avanço real no sentido de diminuir a distância entre as comunidades ricas e a pobres economicamente. Sendo o segundo caso as que apresentam um maior índice de analfabetismo funcional e tecnológico.

Isso nos leva a crer que as dificuldades quanto ao uso e apropriação da informação por meio da biblioteca híbrida é tão hercúlea quanto na biblioteca convencional.

Outra constatação é que, felizmente, as mediações deflagradas pelas bibliotecas comunitárias são muito mais direcionadas à cultura que propriamente aos serviços de tratamento e organização da informação (MACHADO, 2008).

A começar, por exemplo, pelo emprego dos mesmos códigos, tabelas, instrumentos e ferramentas técnicas empregadas em todos os vários tipos de bibliotecas. Como ser diferente se a estrutura organizacional dos documentos se vale de um antigo ferramental; como ser diferente se o equipamento informacional continua utilizando uma organização de acervo já problematizada e questionada como tendenciosa e discriminadora? Nosso entendimento é que os espaços precisam flexibilizar, adaptar as formas de comunicação e tratamento da informação ao público atendido. Qual a lógica de usar a tabela CDU ou a CDD em que as classes carregam denominações que não atendem a diversidade e, portanto, ferem questões como: estrato social, racial, de gênero e religiosa.

De maneira idêntica, o material que constitui o acervo desse tipo de biblioteca são os mesmos armazenados pelas bibliotecas públicas. Essas, hoje, também utilizam materiais eletrônicos e disponibilizam aos seus usuários o acesso à internet. Assim, a biblioteca não fica restrita apenas aos documentos presentes em seu acervo, mas permite que o sujeito que apresenta uma questão possa se valer de qualquer informação passível de recuperação.

Os materiais tangíveis – cabe lembrar que os materiais eletrônicos também são tangíveis, na medida em

que necessitam de equipamentos para serem utilizados –, em especial os livros ou todos aqueles que se constituem do texto escrito, possuem duas características que os fazem carregar interesses próprios de uma classe que não é a dos trabalhadores:

1 – Os materiais publicados, quer livros ou revistas, passam por uma análise das editoras e apenas são aceitos aqueles que atendem aos critérios entendidos como de qualidade ou como comercialmente viáveis. As editoras, para sobreviver, precisam, claro, vender os livros que editam. Assim, os candidatos a livros são avaliados em relação ao seu potencial de vendas. Um manuscrito sobre um tema que interessa apenas a um pequeno grupo, não será publicado, mesmo que possua um conteúdo de boa qualidade. Entre os critérios existentes nas avaliações de manuscritos, o de qualidade se subordina ao de viabilidade de venda. Os livros existentes nos acervos das bibliotecas passaram por um crivo das editoras, crivo esse que tem como base um interesse comercial.

Há, também, um outro crivo determinado pelo reduzido – em alguns casos, quase nulo – orçamento das bibliotecas. A seleção de materiais a serem adquiridos, mesmo acompanhando uma política de desenvolvimento de coleções preexistente, tem como limite o orçamento para compras de materiais. Isso implica em tornar os critérios de seleção mais rígidos e atender demandas, mais do que criar demandas.

Falamos do crivo nas publicações das editoras e do crivo na aquisição de materiais nas bibliotecas. Falta um terceiro elemento, talvez mais importante do que os anteriores: o crivo da própria sociedade. Os materiais existentes nos acervos das bibliotecas são escritos dentro de normas gramaticais, com

rigor linguístico e só farão parte desses acervos se seguirem a norma culta. Os materiais produzidos pelos sujeitos das comunidades tendem a não seguir esse padrão e, assim, não podem fazer parte do acervo.

A partir do exposto acima, precisamos incluir um quarto elemento que não se apresenta como um crivo, mas se esconde atrás da verdade da ciência, da história oficial, da sabedoria, da erudição. Os materiais preservados nos acervos das bibliotecas retratam um conhecimento, o dos que venceram, subjugaram, dominaram, impuseram suas vontades, seus valores e suas verdades. Por mais que se fale de democratização do acervo, essa ideia se torna uma falácia quando o acervo não reflete todos os modos de pensar existentes na sociedade. Ou pior, quando as bibliotecas apresentam e reproduzem o material disponível como sendo a única ou as únicas verdades possíveis.

Disseminar que a ciência é a única verdade possível, que a oralidade carrega apenas um saber popular, fruto de crendices, mitos e desprovido de um real conhecimento, é propagar a impossibilidade da democracia nos espaços dos equipamentos informacionais, das bibliotecas públicas, das bibliotecas parques, das bibliotecas híbridas.

2 – A discussão finalizada no parágrafo anterior nos propicia abordar uma segunda característica que implica na presença de interesses diferentes e destoantes dos das classes trabalhadoras nas bibliotecas: a construção do acervo ser voltada, em sua maioria, para materiais com texto escrito. Os estudos de usuários, em boa parte das vezes, trabalham com a ideia de que há dois tipos de usuários, os reais e os potenciais. Para os primeiros, são criados serviços que procuram manter e atender os seus interesses, levando-os,

portanto, a permanecerem como usuários. Para os segundos, os serviços visam trazê-los para a biblioteca, transformando os de usuários potenciais em usuários reais. No entanto, tais estudos e pesquisas se esquecem de um terceiro grupo de usuários, os não-usuários, que são aqueles que, mesmo desejando, não podem se utilizar do acervo das bibliotecas.

Os analfabetos, se as bibliotecas trabalham apenas com materiais de textos escritos, não podem fazer uso das bibliotecas e devem ser considerados como não-usuários. Tanto para os sujeitos analfabetos quanto para os cegos, as fontes orais estudadas por Bortolin e Almeida Júnior (2015) e Santos Neto (2018) são fundamentais no processo de leitura e apropriação da informação e dos bens culturais. A deficiência visual possui vários níveis e graus, cada um demandando um tipo de material específico que atenda às necessidades das pessoas. Estas recorrem às mídias que disponibilizam os recursos de audiodescrição.

Deficientes auditivos ou deficientes da fala possuem uma leitura e escrita diferenciada dos textos voltados para aqueles que não têm deficiência. Quando um equipamento informacional não se preocupa em possuir em seu acervo materiais que atendam a esses grupos de usuários, ela está criando não-usuários. Nesse sentido, deverão ser adquiridas obras que utilizam o sistema *SignWriting*[1] nas duas versões papel e digital.

Uma biblioteca que não se preocupa com as características descritas acima, certamente não tem um foco ou interesse social e, acompanhando os conceitos de bibliotecas alternativas e bibliotecas híbridas, não pode ser incluída entre

1 *Signwriting* é um sistema de escrita das línguas de sinais composto por movimentos. Corradi (2011) aponta que o Brasil já publica livros infantis com essa estrutura.

essas. A ideia de uma biblioteca híbrida é incompatível com a existência de não-usuários na comunidade de seu entorno.

Além disso, o conceito de bibliotecas híbridas precisa ser aprofundado do ponto de vista teórico-conceitual. Seria o conceito de biblioteca híbrida um sinônimo para os demais existentes? Uma tendência na Biblioteconomia? Questionamos afinal, o que diferencia os conceitos de bibliotecas parque, bibliotecas populares, bibliotecas comunitárias e bibliotecas alternativas. Dissemos, anteriormente neste texto, que o conceito de bibliotecas alternativas procura abarcar todas as propostas que se colocam contrárias à biblioteca pública, embora não consigam se dissociar inteiramente desta última.

Questionamos também, em que medida a compreensão de tais conceitos estabelece relações de complementaridade ou exclusão. Como o conceito de bibliotecas híbridas reconfiguraria o cenário social das comunidades e direcionaria as mediações?

Sumarizando: neste capítulo questionamos a hibridez em diferentes gêneros de bibliotecas. Apontamos que, ao classificar uma biblioteca como híbrida ou não-híbrida não pode ser analisando apenas o aspecto dos recursos informacionais; há também que se pensar na gestão híbrida da biblioteca, por meio de composição de comissões mistas que permitam a representatividade da comunidade e que ela seja ouvida. Para que uma gestão realmente acolha os cidadãos, estes precisam opinar também em questões administrativas e culturais/informacionais como: horário de funcionamento, formas de empréstimo, arranjo do acervo, prioridade nas aquisições de materiais e equipamentos, mediações, atividades, disposição dos espaços entre outras. O espaço necessita ser híbrido, com móveis que permitam

movimentação e propiciem reuniões para discussão de temáticas coletivas. Há que se fazer um esforço para diminuir as distâncias entre mediador e mediado. Sem isso, não se constrói (ou reconstrói) uma Biblioteconomia social.

As bibliotecas só podem ser consideradas diferenciadas quando veiculam, disseminam e reproduzem os interesses, necessidades e desejos da comunidade a que atendem. Só podem ser consideradas diferenciadas quando se transformam em espaços de resistência informacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997. 171 p.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Fontes orais, Paul Otlet e os bibliotecários. *In:* BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da. (org.). **Mediação Oral da Informação e da Leitura**. 1. ed. Londrina: Abecin, 2015. v. 1, p. 59-88.

CORRADI, J. A. M. **Acessibilidade em ambientes informacionais digitais**: uma questão de diferença. São Paulo: Unesp, 2011.

DEFINIÇÃO E CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO POPULAR. Recife: SEDIPO, 1984. 12 p.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

LANKES, R. D. **Expect more:** melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: FEBAB, 2016.

MACEDO, N. D. de; SIQUEIRA, I. S. P. Subsídios para a

caracterização da biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1-4, p. 67-69, jan./dez. 1987.

MACEDO, N. D. de; SPINELLI, L. G. Subsídios para a caracterização da biblioteca pública. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** São Paulo, v. 20, n.1-4, p. 71-77, jan./dez. 1987.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil.** 2008. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MADELLA, R.; SILVA, A. C. P. de O. da. Ética em bibliotecas comunitárias. *In:* SOUZA, Francisco das Chagas de; SILVA, A. C. P. de O. da (org.). **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação**: investigações brasileiras. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p. 97-113.

SANTOS NETO, J. A. dos. Biblioteca escolar e as fontes orais de informação. *In:* SILVA, R. J. da; BORTOLIN, S. (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 141-163. Disponível em: http://www.abecin.org.br/e-books/. Acesso em: 29 out. 2019.

SILVA, A. G. Bibliotecas parque no Rio de Janeiro: breve histórico. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 32-45, abr. 2016. Disponível em:https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/28053/2/Bibliotecas%20parque.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

SILVA, A. C. Perpétuo de Oliveira da. Quem se importa? Uma pesquisa sobre ética dos líderes de bibliotecas comunitárias. *In:* SOUZA, F. das C. de; SILVA, A. C. P. de O. da (org.). **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação**: investigações brasileiras. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p. 73-96.

SILVA, R. C. da. **Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido**: um estudo comparativo de bibliotecas

híbridas no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades. 2017. 288f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

CAPÍTULO 3

Cláudio Marcondes de Castro Filho

BIBLIOTECA ESCOLAR NOS TRILHOS DO SÉCULO XXI

Ao longo dos séculos, a biblioteca manteve suas portas fechadas para a maioria da população, instalando uma divisão entre "letrados e iletrados, entre clérigos e laicos, entre iniciados à palavra escrita e os não iniciados" (MAROTO, 2012 p. 32); pois inseridas nos palácios ou nos conventos, não era vista como órgão de acesso e difusão do conhecimento. Essas relações de desigualdade de acesso às bibliotecas e ao seu acervo perpetuam-se até hoje por meio do distanciamento entre as bibliotecas escolares públicas, as tecnologias de informação e comunicação e os leitores, fazendo-nos duvidar de que em plena era do século XXI e do desenvolvimento de uma sociedade de informação, da qual todos deveriam participar do convívio do equipamento cultural – biblioteca escolar. De forma que esse descaso, a qual chamamos de censura, da não participação de leitores nas bibliotecas escolares, e de criação de ações equivocadas e práticas intermitentes que circularam a biblioteca escolar, deixaram cicatrizes que podem ser observadas no cotidiano das escolas.

Nesse sentido, Pimenta (2018, p. 13) salienta que as bibliotecas escolares, se apresentavam "como um espaço alternativo de participação e pressão de militantes, impedidos

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p93-113

de atuar politicamente", que hoje, mesmo com as políticas públicas direcionadas ao avanço das bibliotecas escolares, como a Lei 12.244/2010, que estabelece bibliotecários em escolas públicas, não se concretiza a emancipação de leitores na utilização do equipamento cultural-biblioteca escolar, pois na maioria da administração pública municipal brasileira não consta o cargo efetivo de bibliotecário, o que nos remete a não concretizar e estabelecer ações diferenciadas ao acesso à leitura, informação e conhecimento.

Em pleno século XXI, 2019, o Projeto de Lei 9484/2018, que tramita na Câmara do Deputados do Congresso Nacional do Brasil por meio da Deputada Federal Laura Carneiro e que altera a Lei 12.244/2100, trata sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), que tem alguns objetivos como : a) incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do país; b) promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes; c) favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas; d) estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, atendo-se ao princípio da acessibilidade, a fim de que as mesmas se constituam em espaços inclusivos, entre outros (BRASIL, 2018).

Entendemos, portanto, que biblioteca escolar deve ser reconhecida como um equipamento cultural e, ainda, como uma instituição social, com intuito de integrar a sociedade da informação, estabelecendo novos conceitos e se adequando

às realidades sociais, culturais, educativas e tecnológicas da sociedade. Com a explosão informacional, a sociedade contemporânea necessita de profissionais bibliotecários que atuem em biblioteca escolar com competências que possam atender às novas demandas de produtos e serviços de informação.

Para Castro Filho (2018, p. 362) a biblioteca escolar é a "primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural. É um espaço ativo de ação pedagógica, com inserção de atividades lúdicas complementares ao processo tradicional de ensino-aprendizagem".

Nesse aspecto elaboramos a Figura 1, apresentando a partir da década de 1970 algumas definições, características e funções da biblioteca escolar.

Figura 1 - Definições, características e funções da biblioteca escolar

BIBLIOTECA ESCOLAR

Definições, Características e funções

CERDEIRA (1977)

...centro de recursos educativos no qual a ênfase não é apenas colocada na leitura, mas, igualmente, em ouvir e observar materiais que compreendem slides, transparências, filmes, diagramas, reproduções de arte, fitas gravadas, etc

...um centro em que a interação do educando com uma variada gama de recursos de comunicação os transforma em verdadeiros laboratórios de auto-aprendizagem..

BARROSO (1984)

...laboratório de aprendizagem integrado ao sistema educacional, devendo facilitar o acesso, a disponibilidade e a utilização de seus recursos a toda a comunidade educacional.

...oferece mecanismos concretos quanto ao cumprimento das condições básicas do desenvolvimento curricular...

...adquirir uma especial importância quanto ao desenvolvimento de atitudes, habilidades e deverá ser um lugar convidativo, não importa o espaço que ocupe, quão velho seja o mobiliário, pois não é somente a aparência física que dá o clima de biblioteca, e sim a imagem do bibliotecário, a qual a biblioteca deve refletir

RUEDA (1998)

A biblioteca escolar deve ser um centro de recursos que está organizado, eduque no uso de distintas fontes de informação e documentação, promova a autoaprendizagem, ajude informação leitora dos usuários (criando leitores competentes na utilização de diversos tipos de textos), promova a igualdade no acesso à leitura.

CASTRO FILHO (2008)

A biblioteca escolar deve ser um centro de recursos que está organizado, eduque no uso de distintas fontes de informação e documentação, promova a autoaprendizagem, ajude informação leitora dos usuários (criando leitores competentes na utilização de diversos tipos de textos), promova a igualdade no acesso à leitura.

SOUSA (2014)

A biblioteca escolar deve ser um centro de recursos que está organizado, eduque no uso de distintas fontes de informação e documentação, promova a autoaprendizagem, ajude informação leitora dos usuários (criando leitores competentes na utilização de diversos tipos de textos), promova a igualdade no acesso à leitura.

CAMILLO; CASTRO FILHO, (2017)

A biblioteca escolar deve ser um centro de recursos que está organizado, eduque no uso de distintas fontes de informação e documentação, promova a autoaprendizagem, ajude informação leitora dos usuários (criando leitores competentes na utilização de diversos tipos de textos), promova a igualdade no acesso à leitura.

OTTONICAR; CASTRO FILHO; SALA; (2019)

realizar ações como: disponibilizar wi-fi na biblioteca e ofertar capacitações para a utilização das ferramentas de pesquisa. Ao contribuir para a inclusão digital e a Competência em informação, o bibliotecário assume uma postura política e social, que contribui para a formação integral do indivíduo na sociedade brasileira.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, não podemos negar a ainda expressiva falta de bibliotecas escolares apontada pelo último censo da educação básica realizado no país. Com mais de 5.570 municípios, estima-se que o Brasil tenha 210 milhões de habitantes, uma taxa de crescimento de 0,79% entre 2018 e 2019, e com 181,9 mil escolas de educação básica.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019, p. 2), no Censo Escolar de 2018, as matrículas da educação básica foram de 48,5 milhões, encontradas majoritariamente na área urbana (88,7%), sendo na rede pública, as escolas municipais a maior responsável pelo número de matrículas. O Brasil conta, em 2018, com 181.939 escolas de educação básica. Desse total, a rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços das escolas (60,6%), seguida da rede privada (22,3%). Das escolas da educação básica, percebe-se que as etapas de ensino mais ofertadas são os anos iniciais do ensino fundamental e a pré-escola, com 112.146 (61,6%) e 103.260 (56,8%) escolas, respectivamente. O ensino médio, por outro lado, é ofertado por apenas 28.673 (15,8%) escolas.

Estes dados nos mostram a quantidade de alunos que frequentam as escolas públicas no Brasil. Resumindo, existem 48.455.867 milhões de alunos em 140.093 escolas públicas (77,7%); ou seja, a maioria dos alunos brasileiros frequentam as escolas públicas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019) aponta que as escolas de educação básica possuem biblioteca e/ou sala de leitura, mas não esclarece como são formadas ou organizadas as bibliotecas e salas de leitura. A rede pública brasileira até tem bibliotecas, mas circunscrita principalmente a capitais como São Paulo,

Florianópolis, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza, e cidades como Santos, São Bernardo do Campo, e nos Estados de Santa Catarina e do Paraná que têm redes de bibliotecas.

Os dados são importantes para mostrar a inexistência de bibliotecas escolares públicas brasileiras. O fato de que a maioria dos alunos está em escola pública não seria justamente um chamado para a construção de políticas públicas de educação?

Para se ter uma biblioteca, no sentido de instituição social, são necessários cinco pré-requisitos: a intencionalidade política social; o acervo e os meios para sua permanente renovação; o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidade de informação conhecida ou pressuposta; e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os leitores e os serviços de biblioteca (LEMOS, 1998, p. 347).

Em relação às bibliotecas existentes, muitas delas são confundidas com depósitos de livros, ou "armariotecas" desconhecidos pelos sujeitos que circulam na escola (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 13), fazendo com que o silêncio as atravesse de forma tão contumaz quanto os "imperativos da ordem e do espaço" (MANGUEL, 2006, p. 99). Nesse contexto, as bibliotecas serviriam como um local alternativo à sala de aula, secundário, pouco frequentado, palco de atividades isoladas e alheias ao projeto pedagógico, perdendo-se, assim, excelentes oportunidades de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Em contraponto, na literatura científica, a biblioteca escolar deixa de ser retratada como um depósito inerte de livros e outros materiais para ser considerado um espaço

de ação pedagógica, um centro de informação e cultura formado por vários tipos de documentos e diferentes suportes informacionais ou, ainda, "um espaço de criação e de compartilhamento de experiências, um espaço de produção cultural em que crianças e jovens sejam criadoras e não somente consumidoras de cultura" (CAMPELLO et al., 2002, p. 22).

Nessa concepção, as bibliotecas seriam "*centros dinámicos, con un nuevo espacio-entorno y un innovador concepto de servicios*" (CUEVAS CERVERÓ, 2007, p. 174) e ainda, de acordo com Maroto (2012, p. 75),

> como difusor do conhecimento produzido pela coletividade, constituindo-se, dessa forma, na primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural, para as crianças brasileiras ao ingressarem na escola pública.

Um dos objetivos básicos da biblioteca escolar, cuja missão é fornecer informações vitais (no sentido de importantes à vida) para a sociedade que, atualmente, estrutura-se sobre os pilares do conhecimento e da informação. Por sua constituição, a biblioteca escolar desenvolve nos alunos as competências para a aprendizagem ao longo da vida, instigando a imaginação, a criação e a curiosidade, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos e ainda "os governos, através de seus ministérios responsáveis pela educação, são instados a desenvolver estratégias, políticas e planos que implementem os princípios deste Manifesto" (IFLA, 2016, p. 15).

Mediante algumas definições de biblioteca escolar podemos apontar que a biblioteca é um laboratório de pesquisa escolar que permite a formação de leitores; é um centro do fazer educativo, um espaço democrático, um local de

comunicação e de utilização de várias fontes de informação, no suporte impresso ou analógico; é espaço de busca de questionamentos e de solução de problemas, que precisa ser ativo; é um local de entretenimento e que tem como missão o desenvolvimento e à formação dos cidadãos; é um lugar que ainda complementa a educação formal, a leitura, a pesquisa, as atividades culturais, as diferentes apresentações do conhecimento e que transpõe imensamente a visão míope de qualquer lei.

Tais definições são importantes porque marcam um ideário sonhado para a biblioteca escolar, que é distante da realidade da maioria das atividades de visitação e de leitura nas escolas brasileiras.

Nesse sentido, podemos demonstrar que, na prática, a biblioteca escolar pública no Brasil ainda não possui um lugar consolidado em nossa sociedade. O resultado desta desvalorização se encontra fundado na falta de bibliotecários nas escolas públicas. Mesmo assim, com a sociedade da informação, com as tecnologias e com os suportes tecnológicos, gera-se um grande desafio às escolas públicas brasileiras, em pleno século XXI: educar para a liberdade e para a autonomia diante de um mundo bombardeado por informações. Quais seriam os agentes responsáveis por uma mudança desta situação precária? Apenas o governo? Ou também os conselhos regionais de biblioteconomia, os próprios bibliotecários, os professores, os pais de alunos, os cidadãos?

Na verdade, essas bibliotecas das escolas públicas estão muitas vezes localizadas em espaços inadequados, de difícil acesso, em antigas salas de aula. Essas bibliotecas possuem diversas dificuldades no cumprimento de suas funções

necessárias e básicas como recursos disponíveis e estrutura física, em relação ao sistema educacional deteriorado do país; sistema que é arcaico quanto à utilização e aproveitamento do acervo, pela inexistência da política de seleção e aquisição de materiais. Perguntamos então, como organizar uma política de desenvolvimento de coleções em um cenário de penúria?

Grande parte dessas bibliotecas escolares está sob responsabilidade de profissionais desqualificados, como professores esperando a aposentadoria, com licença pedagógica, licença por invalidez, entre outros motivos. Tal fato acontece devido ao descaso das autoridades e dirigentes para com a nossa educação. Como os setores envolvidos (conselhos de bibliotecários, associações de professores) poderiam se mobilizar para cobrar das autoridades uma diligência sobre a questão?

Com a situação delicada das bibliotecas brasileiras, é preciso que se tenha uma reformulação em diversos sentidos; a começar pela inclusão, de fato, do bibliotecário no quadro de funcionários da escola pública, uma vez que a Lei 12.244/2010, de direito, designa a inclusão na biblioteca escolar do profissional bibliotecário. Supomos que esse profissional seja qualificado, consciente, sensível e habilidoso para adequar o acervo e o espaço físico às necessidades estruturais e culturais das bibliotecas.

O bibliotecário faz parte do processo educacional e, quando desempenha tarefas em conjunto com educadores, as atividades se complementam, permitindo assim ao estudante um maior envolvimento, entendimento e absorção das informações. Apenas instrumentos legais (leis) são suficientes para valorizar o bibliotecário? Um reconhecimento público por parte da sociedade, sobre suas funções na educação,

contribuiria para sua valorização? Portanto, alguns desafios da biblioteca escolar no século XXI devem ser articulados e considerados.

Nesse sentido, o bibliotecário escolar tem algumas responsabilidades para garantir as ações e êxito da biblioteca, conseguindo assim ser incluído como bibliotecário educador. Portanto, espera-se que o profissional segundo IFLA (2006, p. 13):

- analise os recursos e as necessidades de informação da comunidade escolar;
- formule e promova políticas para o desenvolvimento dos serviços:
- desenvolva políticas e sistemas de aquisição para os recursos da biblioteca;
- apoie alunos e professores na utilização de recursos da biblioteca e de tecnologia da informação;
- promova programas de leitura e eventos culturais;
- participe em atividades de planificação relacionadas com a gestão do currículo;
- participe na preparação, promoção e avaliação de atividades de aprendizagem;
- construa parcerias com organizações externas;
- prepare e aplique orçamentos;
- conceba planejamento estratégico;
- faça a gestão e a formação da equipe da biblioteca.

De tempos em tempos as tarefas mudam por causa

da tecnologia e de movimentos sociais, políticos ou culturais, fazendo com que os ambientes informacionais e os próprios profissionais também tenham que mudar.

Com os novos suportes de informação, advindo das tecnologias de informação e comunicação, como *Blogs*, *Twitter*, *WhatsApp*, *Instagram*, *Pinterest* e as redes sociais, precisam surgir uma nova dinamização e novas práticas por parte das bibliotecas escolares. Então, perguntamos: como as bibliotecas escolares devem abordar as práticas de leitura, atividades de extensão cultural, recreação e lazer, utilizando-se dessas tecnologias?

Nesse sentido, alguns conceitos deverão precisam ser reformulados com relação à biblioteca escolar. Esta deve ser um centro dinâmico, como novo espaço de serviços, que interaja com a escola, favorecendo a formação e a aprendizagem estudantil. Inclusive nas áreas da inteligência artificial, *Big Data*, ciber-físicos e robotização, como também um forte aliado no combate a disseminação das "*fake news*" e distribuição deliberada de desinformação.

É necessário pensar além das fronteiras e o bibliotecário deve propor atividades que estimulem o debate, a fim de que os alunos possam aprender uns com os outros, o empreendedorismo, a internet das coisas, *makerspaces*, estimular os estudantes a desenvolver habilidades voltadas para tecnologias de informação e comunicação, ciências e artes e fortalecer a utilização das mídias digitais.

A ação da biblioteca escolar é focar nos leitores e não apenas no acervo, e, ainda, na realização de ações culturais e de utilização de tecnologias para organizar, processar e

disseminar informações, como também promover a chamada competência em informação (*information literacy*).

A competência em informação abrange desde os processos de busca da informação para a construção do conhecimento pelas habilidades em tecnologia da informação e comunicação, passando pela retenção, recuperação, interpretação e avaliação da informação, até o aprendizado independente, com o objetivo de formar indivíduos para a toda vida. Uma vez que se trata de um fator importante a ser executado e desenvolvido no século XXI, como a biblioteca escolar deve concretizar esse processo de competência de informação?

Os suportes de informação tecnológicos lançam no mercado uma avalanche de recursos de leitura, com conteúdo informativo, científico, técnico, cultural e lúdico, e nos obrigam a repensar a função da educação, o processo da aprendizagem e, por excelência, a biblioteca escolar. Portanto, como a biblioteca escolar pode organizar sua estrutura para utilizar esses equipamentos para o ensino e para a aprendizagem? Ou ainda: é o papel da biblioteca escolar se preocupar com esse movimento dos suportes de informação tecnológicos?

A partir de tais mudanças, que abrangem a abertura às novas tecnologias, a biblioteca poderia ingressar na chamada sociedade da informação, conforme nos conta Fuentes Romero (2006, p. 30): "*la biblioteca escolar es para los alumnos la puerta de entrada a la sociedad del conocimiento y de la información*".

Nessa perspectiva, a biblioteca teria a função de se adequar a essa sociedade, inserindo crianças e jovens em seu âmbito e também promover a chamada competência em informação (*information literacy* - IL), que

> abrange desde os processos de busca da informação para construção do conhecimento pelas habilidades em tecnologia da informação até o aprendizado independente, por meio da interação social dos sujeitos. (FUENTES ROMERO, 2006, p. 30).

Nesse âmbito, a biblioteca escolar deseja se impor como um lugar de disseminação cultural, de "encontro de pessoas, pipocar de teclados de notebooks e dispersão de livros" (ARENA, 2009, p. 162), de circulação de diferentes sujeitos, sentidos, serviços e recursos (incluindo os eletrônicos). E não se restringindo a um papel meramente didático-pedagógico, a apoiar o programa do professor, devendo ir além (PERROTTI, 2006), explorando sua multiplicidade, as suas várias dimensões, citadas por Ely (2003), a saber: social, informativa, criativa, pedagógica e recreativa; essas dimensões significam as funções que deveriam ser desempenhadas pelas bibliotecas, de acordo com a *International Association of School Librarianship* (1993).

Vários autores, como Fragoso (2002), Silva, Ferreira e Scorsi (2009), retomam esses sentidos, apontando diferentes ações a serem realizadas nas bibliotecas, como o atendimento às necessidades dos alunos, professores e outros membros da comunidade escolar, orientação nas consultas, leituras e utilização da biblioteca, incentivo ao pensamento crítico e reflexivo, disponibilização de diversos recursos e serviços, promoção da interação entre professores, bibliotecários e os alunos, etc.

Pois de acordo com Ottonicar, Castro Filho e Sala (2019, p. 19)

> [...] o bibliotecário escolar deve conhecer os documentos e os recursos disponíveis,

> disseminando as informações junto aos usuários, atentando ao plágio e valorizando as propriedades intelectuais. Portanto, é importante que a biblioteca escolar disponibilize um acervo que atenda aos interesses e às necessidades de docentes e discentes e, para isso, é necessário que os serviços da biblioteca escolar estejam integrados a um Projeto Político Pedagógico.

Dentre essas diversas funções, destacamos a mediação da informação (do acervo), para que a biblioteca não seja mais um lugar de imposição de leituras, fechado para sua circulação, que impede diferentes experiências com as obras e afeta o despertar do gosto pela leitura. Segundo Antonio e Moraes (2008, p. 323),

> o papel do profissional da informação, no contexto da sociedade do conhecimento, é o da mediação que favorece a interação sujeito e objeto no desenvolvimento de competências, mas também como facilitador da apreensão do indivíduo.

E que de acordo com Silva (2018, p. 155) "deve fortalecer identidades e a cultura local, como legado de chegada, deve ser instrumento de formação de cidadãos críticos".

Assim sendo, consideramos que, lançando mão de uma diversidade de obras, suportes informacionais e atividades amparadas por uma nova concepção de leitura, escrita e apreensão dos sentidos, o profissional da informação, juntamente com os educadores, poderão fazer da biblioteca um lugar privilegiado para um processo de ensino/aprendizagem mais profícuo (FERRAREZI, 2010).

Nesse sentido, em relação às bibliotecas escolares, algumas atitudes e funções deverão ser implementadas, como:

a) contribuir para fomentar a leitura e o acesso do

aluno à informação e à outros recursos para o aprendizado das demais áreas e a formação no uso crítico dos mesmos;

b) capacidade para organizar e representar o conhecimento expressado e difundido mediante diferentes tipos de documentos educativos;

c) capacidade para organizar, administrar e fazer possível o acesso aos recursos de informação;

d) amplitude para orientar, formar e informar a comunidade educativa através de especialistas;

e) possibilidade de sustentar um novo modo de conhecer através da alfabetização em informação;

f) capacidade para promover a leitura em suas distintas dimensões.

Dentro dessa perspectiva, a biblioteca escolar é essencial no sistema educacional, pois, como parte integrante deste sistema, pode e deve colaborar de maneira expressiva para que seus usuários possam potencializar seus conhecimentos, ou seja, adquirir habilidades, obter, utilizar e gerar esses saberes. Isso mostra a importância da biblioteca no ambiente educativo. Quais atitudes e funções seriam suficientes para demonstrar o valor da biblioteca escolar nesse cenário delineado no século XXI, com suas novas demandas e configurações sociais e tecnológicas?

Assim, é preciso que haja a presença de uma estrutura adequada e com recursos humanos qualificados para que se faça a mediação da busca da informação para todos os leitores da biblioteca escolar. O fato é que a biblioteca escolar pode e deve ser uma base notavelmente importante para a escola, tanto auxiliando nas atividades culturais, de leitura, de pesquisa, como nos serviços básicos de organização, disseminação e acesso à informação pelos usuários. Portanto,

a biblioteca escolar deve ser encarada como um centro de recursos vivo, dinâmico e indispensável na escola e na comunidade onde está inserida.

Para que isso se concretize, faz-se necessário compreender a sua importância no panorama da educação e do ensino; certamente veremos que a biblioteca escolar não é apenas o acessório do ensino, mas sim o pilar de sustentação daqueles que buscam potencializar seus conhecimentos na busca pelo efetivo uso correto da informação. Que medidas podem ser tomadas para que se reconheça, se compreenda e se expanda com maior clareza a função de sustentação da biblioteca escolar no sistema de ensino?

A biblioteca escolar é também um centro de produção de textos, originais ou coletados pela rede, escritos pelos alunos ou impressos pelos navegadores, para disseminação pelos corredores e pelas salas de aula. Em vez de a sala de aula invadir a biblioteca, a biblioteca escolar invade as salas de aula. E, para isso acontecer, como a biblioteca escolar deve proceder, que estratégias deve mobilizar?

Outro aspecto importante com que a biblioteca escolar deve se preocupar é o desafio de separar o joio do trigo. Em que sentido? A dimensão e a circulação da informação estão cada vez mais rápidas, é um mundo acelerado de informação. Como a biblioteca escolar deve se preparar para essa seleção? Não estamos falando de censura, mas de informação necessária para o sucesso do ensino e da aprendizagem. E o acervo das bibliotecas escolares? Como organizá-lo e deixá-lo acessível em um mundo cada vez mais exigente com conteúdo e cada vez mais saturado de teor?

Podemos destacar também que os projetos de biblioteca escolar a definir terão de estar atravessados em cada caso

pelas características sociais, hábitos culturais, tradições que fazem parte da vida da comunidade escolar e do entorno mais imediato, rumo à atividade pedagógica e cultural que a escola irradia. Neste cenário de projetos, devemos ter diversos atores envolvidos, em diferentes posições e em construções de projetos com modelos flexíveis. Quem são esses atores? E como trabalhar esse direcionamento de projetos na biblioteca escolar, de forma que possamos envolver todos esses atores?

Por último, mas não menos importante, e o desempenho do professor bibliotecário, ou do bibliotecário, diante de todas essas questões? Pois, ao nosso ver, esse sujeito é um dos que exerce o papel decisivo na amplitude de formação das crianças e jovens estudantes. Como devemos tratar a formação desse profissional? Aprimorar com novas técnicas e metodologias? Ou simplesmente deixar essas iniciativas por conta do próprio profissional? Indo mais longe, em que a universidade tem contribuído nessa formação?

Os novos profissionais da biblioteconomia e da ciência da informação são (e serão cada vez mais) fortemente influenciados pelas tecnologias digitais e sociais. A tecnologia fará parte do dia a dia desses profissionais. A tecnologia será sua mais forte aliada. Desde que saibamos utilizá-la com os propósitos educacionais adequados e não deixemos que ela seja um empecilho ou um inimigo do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, D. M.; MORAES, J. E. de. O profissional da informação na sociedade do conhecimento: aspectos e proposta para a sua atuação na mediação da informação. **Ibersid**: Revista de sistemas de información y documentación, Zaragoza, v. 2, p. 319-323, 2008.

Disponível em: https://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/2257. Acesso em: 5 set. 2019.

ARENA, D. B. Leitura no espaço da biblioteca escolar. *In*: SOUZA, Renata Junqueira de. **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 157-185.

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Projeto de Lei 9484/2918**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_tegra;jsessionid=8249A22E6292EA891BA7524EF690D72D.WebExterno2?codteor=1639337&filename=PL+9484/2018. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

CAMPELLO, B. S., CARVALHO, M. da C.; ANDRADE, M. E. A.; VIANNA, M. M.; CALDEIRA, P. da T.; ABREU, V. L. F. G. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CASTRO FILHO, C. M. de. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, *[s. l.]*, v. 16, n. 3, p. 355-372, jun. 2018.

CUEVAS CERVERÓ, A. La biblioteca escolar como centro de recursos para el aprendizaje (CRA). *In*: CERVERÓ, A. C. **Lectura, alfabetización en información y biblioteca escolar**. Gijón: Trea, 2007. p. 163-188.

ELY, N. Dimensões da biblioteca escolar no ensino fundamental. **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 46-53, 2003. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/405/510. Acesso em: 1 set. 2019.

FERRAREZI, L. **A biblioteca escolar nas teias do discurso eletrônico**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

FRAGOSO, G. M. Biblioteca escolar: profissão e cidadania. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 240-250, 2002. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/381/463. Acesso em: 15 out. 2019.

FUENTES ROMERO, J. J. **La biblioteca escolar**. Madrid: Arco: Libros, 2006.

IFLA. Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares. Tradução de Maria José Vitorino. Portugal: IFLA, 2006. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf. Acesso em: 1 set. 2019.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Portugal: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2018**: notas estatísticas. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANSHIP. **Declaração política da IASL sobre bibliotecas escolares.** 1993. Disponível em: http://www.oei.es/pdfs/rbe5.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

LEMOS, A. A. B. de. Bibliotecas. *In*: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; MACEDO, V. A. A. (org.). **Formas e Expressão do Conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 347-366.

MANGUEL, A. **A biblioteca** à noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

MAROTO, L. H. **Biblioteca escolar, eis a questão**!: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OTTONICAR, S. L. C.; CASTRO FILHO, C. M. de; SALA, F. A competência em informação aliada as tarefas do bibliotecário escolar. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 17, p. 1-23, nov. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8653232/pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

PAIVA, J.; BERENBLUM, A. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 p. 173-188, 2009. Disponível em: http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/58-artigos-paivaj_etal.pdf. Acesso em: 19 de set. 2019.

PERROTTI, E. Biblioteca não é depósito de livros. [Entrevista concedida a Márcio Ferrari]. **Nova escola**, São Paulo, ed. 193, jun. 2006. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/biblioteca-nao-deposito-livros-423601.shtml. Acesso em: 5 out. 2019.

PIMENTA, J. S. Bibliotecas escolar: presente! *In*: PIMENTA, J. S.; HUBNER, M. L. F.; HENRIQUES, H.; SILVA, M. F. da. **Biblioteca Escolar**: memória, práticas e desafios. Curitiba: CRV, 2018. p. 13-22.

SILVA, L. L. M. da; FERREIRA, N. S. de A.; SCORSI, R. de Â. Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar. *In*: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca**

escolar e práticas educativas. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 49-67.

SILVA, M. F. de. Desafios contemporâneos à biblioteca escolar: as representações à edificação das identidades. *In:* PIMENTA, J. S.; HUBNER, M. L. F.; HENRIQUES, H.; SILVA, M. F. da. **Biblioteca Escolar**: memória, práticas e desafios. Curitiba: CRV, 2018. p.156-167.

CAPÍTULO 4

Soraya Maria Romano Pacífico

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA, GIBITECA E ARQUIVO: SENTIDOS DE PODER E INTERDIÇÃO[1]

> Não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso "ousar se revoltar". (Michel Pêcheux. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.*)

Michel Pêcheux, no texto *Ler o Arquivo hoje*, discute

> questões que envolvem a análise dos discursos, textos e arquivos, interrogando sobre as relações entre o aspecto histórico e psicológico ("linguageiro" no sentido amplo) ligado à leitura de arquivo [...]. (PÊCHEUX, 1997, p. 55).

Nesse texto, o autor problematiza o poder conferido a alguns e negado a outros de realizar leituras e produzir sentidos, criticando o modo como certos "grupos, escolas e até igrejinhas" (idem, p. 56) tomam para si os gestos de leitura, práticas que têm origem desde a Idade Média, as quais marcam uma divisão nos processos de leitura dos arquivos e, consequentemente, nos modos da escritura, ou seja:

> [...] a divisão começou no meio dos clérigos, entre alguns deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (logo, portadores de uma leitura e de uma obra própria) e o conjunto de todos os outros, cujos gestos incansavelmente repetidos (de

1 Agradeço a interlocução e as contribuições de Ludmila Ferrarezi para a construção deste capítulo.

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p115-136

> cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc) constituem também uma leitura, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento através da instituição que o emprega:[...] sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÊCHEUX, 1997, p. 57).

A citação nos interessa, neste capítulo, para refletirmos sobre o funcionamento das bibliotecas especializadas e as gibitecas. As perguntas que nos movem, são: O que é uma biblioteca especializada? Quem tem direito a produzir discursos sobre o que pode (quais livros, quais autores) ou não circular nesse lugar? Os gibis podem constituir uma biblioteca especializada e ganharem lugar de prestígio nesse espaço documental? Para responder, ou ao menos levantar a poeira que paira sobre essas questões, temos como fundamentação teórica a Análise do Discurso fundada por Pêcheux, em 1969, autor que abre nosso texto e que concebe o discurso como efeito de sentido produzido pelos interlocutores, conceito que norteará nosso escrito.

Antes de prosseguirmos, faz-se pertinente anteciparmos um ponto fundamental. É esperado que, pelo fato de estarmos tratando de biblioteca, a nomeação arquivo seja muito usada; contudo, precisamos destacar que, "arquivo", aqui, não se refere ao modo como os documentos são armazenados e catalogados nas bibliotecas. Estamos nos referindo ao arquivo, sob o ponto de vista da Análise do Discurso, tal qual entendido por Pêcheux (1997, p. 57), "no sentido amplo como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão".

1 DISCURSOS SOBRE BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

De acordo com Salasário (2000), no início do século XXI ainda era difícil encontrar na literatura nacional algo novo sobre conceituação de bibliotecas especializadas. Após quase vinte anos, o cenário não mudou muito. A autora (idem), ao escrever sobre os objetivos, funções e os conceitos de informação das Bibliotecas Especializadas associados ao trabalho desenvolvido na Biblioteca do Laboratório de Mecânica de Precisão - LMP da Universidade Federal de Santa Catarina, constatou que durante a década de noventa, do século XX, houve pequena produção de estudos sobre bibliotecas especializadas, com exceção dos estudos voltados às bibliotecas eletrônicas. Segundo essa pesquisadora, podemos encontrar três princípios teóricos relacionados ao conceito de biblioteca especializada: "os que tratam do acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; os que falam do tipo de usuário que a frequenta; os que colocam o tipo de acervo associado ao tipo de usuário" (SALASÁRIO, 2000, p. 105).

No tocante ao acervo como fator principal da diferença entre as bibliotecas especializadas e as demais, Salasário (2000) cita Ashworth (1967, p. 632) que diz:

> A biblioteca especializada é uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular. Inclui também coleções de uma espécie particular de documentos.

Para Cezarino (1978, p. 238 apud SALASÁRIO, 2000, p. 106):

> As bibliotecas especializadas são unidades pertencentes a instituições governamentais,

> particulares ou associações formalmente organizadas com o objetivo de fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita, em um campo específico de assunto.

Pêcheux e Gadet (2011), em *La Langue introuvable,* criticam a ilusão de que os sentidos de um enunciado podem ser controlados por meio do processo de enunciação, e escrevem: "Contra o narcisismo da comunicação bem-sucedida, tentamos afirmar o valor político e histórico da falha" (PÊCHEUX; GADET, 2011, p. 105). Os autores defendem que a língua é sujeita à falha, ao equívoco; logo, os sentidos das palavras sempre podem ser outros, a depender da posição discursiva ocupada pelos interlocutores. Com base na equivocidade constitutiva da linguagem, portanto, na sua não transparência, sustentamos nossa interpretação em relação ao uso do adjetivo "relevante" na citação de Cezarino, em que se lê "fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita". O que significa relevante? Em uma rápida consulta ao dicionário *online* da Língua Portuguesa[2] encontramos: *adjetivo de dois gêneros. 1. Que tem relevo, que tem importância; 2. Que se salienta, que sobressai; 3. De grande valor ou interesse; 4. Substantivo masculino: o essencial, o indispensável.*

Se considerássemos a língua em sua transparência, não sujeita a falhas, tampouco sujeita à posição que o falante ocupa ao colocá-la em funcionamento, poderíamos dizer que o acervo para as bibliotecas especializadas é constituído, "logicamente", por um campo de documentos muito importantes para o usuário. No entanto, com base na Análise do Discurso, teoria que não se dobra às evidências do sentido, posto que ela considera que a história, a luta

2 Disponível em: https://www.dicio.com.br/relevante/.

de classes e o funcionamento da ideologia afetam a língua, não podemos deixar de trabalhar por entre a opacidade das palavras e dos sentidos e, assim, duvidamos da lógica ilusória da formulação de Cezarino e questionamos: Quem tem o poder de dizer que as informações que circulam no acervo da biblioteca especializada são relevantes? Quem tem o poder de decidir quais sentidos eleger como sendo de "grande valor ou interesse" para o usuário? Quem tem o poder de projetar a imagem do que seria um usuário de uma biblioteca especializada e, a partir dessa projeção imaginária, selecionar o que interessa a um usuário X?

Para Pêcheux (1993, p. 82),

> O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Esse jogo de formações imaginárias (PÊCHEUX, idem) e de poder sustenta a construção das bibliotecas especializadas e nos remete àquilo que Pêcheux já anunciava em seu texto, escrito no início da década de 1980, sobre o direito de uns (poucos) a produzir sentidos. Segundo o fundador da Análise do Discurso:

> Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são "literatos" (historiadores, filósofos, pessoas das letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos. (PÊCHEUX, 1997, p. 56).

Suscitar essas indagações faz-se pertinente porque, o empreendimento da Análise do Discurso, segundo Pêcheux

(2011, p. 151, grifo nosso) é "Levar a sério a noção de *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica". A nosso ver, "levar a sério" a construção de sentidos, materializada em dada formação discursiva (que determina o que pode e deve ser dito, em determinado contexto sócio-histórico, conforme Pêcheux (1993) é responsabilidade dos sujeitos que ocupam a posição de analistas do discurso, de professores, de pesquisadores, de bibliotecários e de tantos profissionais que têm o campo da língua(gem), do discurso, da leitura e da escrita como objeto de estudo e pesquisa.

Esse percurso que estamos traçando não tem a pretensão de dar respostas; ao contrário, pretende expor o leitor à opacidade dos sentidos e provocar-lhe gestos de interpretação, pois, se há uma divisão social da constituição e da leitura do arquivo é porque alguém determina o que outrem deve e pode ler. Isso implica, também, que alguém determina quais áreas de estudo e pesquisa merecem uma biblioteca especializada, cujo acesso não precisa ser para todos. Oliveira (2013), ao pesquisar sobre bibliotecas especializadas jurídicas assevera que a biblioteca especializada tem o acervo como ponto nodal, pois,

> [...] necessita estar sempre seletivo, atualizado, personalizado, especializado e não aberto ao público em geral, ao contrário das bibliotecas públicas, escolares e universitárias nas quais os acervos encontram-se diversificados porque atendem diferentes áreas do conhecimento. (OLIVEIRA, 2013, p. 16).

A pesquisa de Oliveira já nos antecipa que o campo jurídico merece ter uma biblioteca especializada, considerando-se o lugar de poder e de prestígio construído, socialmente, para a área jurídica. Certamente, a área da Medicina

também deve ter sua biblioteca especializada. E na área da Educação, qual literatura pode ser considerada "essencial" para constituir uma biblioteca especializada? Quais autores? Quais títulos? Qual o acervo? Quem é o usuário imaginado para frequentar uma biblioteca especializada em Letras, Letramento, Alfabetização, por exemplo? Podem, poderão, ou poderiam, as gibitecas serem consideradas bibliotecas que funcionam como agências de letramento para os sujeitos-alunos da Escola Básica?

Sabemos que as escolhas lexicais não são neutras, tampouco a direção argumentativa do discurso. Desse modo, a história dos sentidos pode nos ajudar a interpretar as questões que levantamos, muito mais, talvez, que nos ajudar a encontrar respostas.

2 DISCURSOS SOBRE A GIBITECA

Em entrevistas com sujeitos-alunos que frequentam o Ensino Fundamental, na região de Ribeirão Preto - SP, tivemos acesso a sentidos que eles produziram sobre leitura. Ao perguntarmos se eles preferem ler textos ou palavras isoladas, eles responderam textos. Ao perguntarmos de qual tipo de texto eles mais gostam, eles responderam gibi. Nosso foco, no momento da pesquisa, não era refletir sobre o papel das bibliotecas; refletíamos, na época, sobre a constituição do sujeito-leitor nos anos iniciais de escolarização. Analisamos sentidos sobre leitura construídos por sujeitos-alunos do segundo ano do Ensino Fundamental (EF), a fim de observar se a formação discursiva dominante sobre leitura, qual seja, a de que as crianças não gostam de ou não sabem ler e escrever, nos anos iniciais de alfabetização, sustenta-se, ou não, na voz

desses sujeitos (ARAÚJO; PACÍFICO; ROMÃO, 2011).

Hoje, ao trazermos esses dados para este texto que versa sobre biblioteca, objetivamos colocar em discurso uma questão um tanto quanto polêmica, qual seja: poderiam as gibitecas funcionar como bibliotecas tão valorizadas quanto as especializadas, destinadas, especialmente, ao público infantil que está aprendendo a ler e a escrever? Seriam esses usuários, ou melhor, como preferimos nomeá-los, sujeitos-leitores considerados importantes para as instituições, para as empresas, para as políticas públicas, a ponto de haver um reconhecimento desse público e, também, do gibi, ou se preferirem, das Histórias em Quadrinhos (HQ) em comparação ao que se entende por biblioteca especializada?

Segundo Vergueiro (2005), as histórias em quadrinhos enfrentaram muitas dificuldades para serem incluídas nos acervos das bibliotecas devido à falta de reconhecimento como leitura de qualidade e ao discurso que deixava esse gênero discursivo à margem dos estudos científicos. Essa interdição deu-se no tocante às bibliotecas universitárias, bem como às bibliotecas públicas e escolares.

Conforme estamos argumentando, sempre há vozes autorizadas a dizer qual leitura e qual texto podem compor o acervo de uma biblioteca. Nesse sentido, Vergueiro aponta que:

> Algumas vezes de maneira consciente, outras por simples inércia, os bibliotecários se recusaram a selecionar os quadrinhos para suas bibliotecas por entenderem que eles não se adequavam aos critérios de qualidade que haviam definido para seus acervos. No entanto, isto não aconteceu porque esses profissionais eram mal intencionados: a prática bibliotecária desenvolve-se no

> emaranhado das relações sociais que caracterizam um determinado agrupamento humano e aqueles que atuam em serviços de informação são tão influenciados pelas idéias dominantes na sociedade quanto as pessoas a que servem. (VERGUEIRO, 2005, s/p.).

Entretanto, esse cenário começou a ser reconfigurado, segundo o autor, no início da década de 1980, quando uma instituição pública de Curitiba decidiu fundar a primeira gibiteca, um neologismo que mescla a forma como as revistas de histórias em quadrinhos são tradicional e carinhosamente referidas no país – gibis -, com as unidades de informação - bibliotecas (VERGUEIRO, 1994).

> Com o surgimento da Gibiteca de Curitiba, cunhava-se o termo genérico para denominar qualquer biblioteca que colocasse as histórias em quadrinhos como o centro de sua prática de serviço de informação e que seria então utilizado em todo o país. (VERGUEIRO, 2005, s/p.).

Essa iniciativa teve sucesso e, devido à grande frequência dos usuários, outras bibliotecas públicas, no Brasil, também começaram a criar espaços específicos para as gibitecas. Vergueiro (idem) destaca a Gibiteca Henfil, órgão do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria de Cultura do município de São Paulo, inaugurada em 1991 e possuía, naquela época, o maior acervo do país, com mais de 100 mil exemplares.

Retomando Pêcheux (1997), é importante ressaltar que *Ler o arquivo hoje* foi escrito em uma época cujo prenúncio da informática lançava seus lampejos pelo mundo, lampejos aos quais Pêcheux não foi indiferente. Naquele momento, o teórico que se inquietava com as questões da leitura e da interpretação,

dedicou atenção especial ao "fosso da incompreensão" criado pelos cientistas em relação à reorganização do trabalho da leitura com a chegada da linguagem artificial, que se dá pelo funcionamento das máquinas. Ao tratarmos, neste texto, de biblioteca especializada e gibiteca, não nos propomos a refletir sobre a divisão social do trabalho da leitura acentuada com o aparecimento do computador, mas apoiamo-nos em Pêcheux (idem) para observar a divisão social do trabalho da leitura que separa os textos literários e científicos ditos consagrados das histórias em quadrinhos, consideradas, ainda hoje, como uma leitura "menor".

Apesar de ainda ser assim, as HQ estão ganhando cada vez mais espaço na sociedade contemporânea, inclusive os mangás têm atravessado o mundo e conquistado leitores para além do oriente. Essa mudança de cenário também foi constatada por Araújo; Costa; Costa (2008) que, ao pesquisarem sobre as Histórias em Quadrinhos como recursos didático-pedagógicos usados em sala de aula, observaram que, apesar dos obstáculos ainda existentes em relação à essa temática, muitos docentes, discentes e pesquisadores da área de Comunicação e de Educação estão desenvolvendo pesquisas em torno deste tema, contribuindo para a produção de conhecimento.

Outro trabalho que merece ser destacado é o de Suguimoto, Castilho e Asato (2015) que pesquisaram o trabalho social da Gibiteca Espaço de Cultura como condutor de desenvolvimento local para a comunidade do Jardim Seminário, em Campo Grande – MS. Com essa pesquisa, os autores constataram que a Gibiteca funciona como "espaço multicultural, de inclusão social e geradora de capital social" e asseveram que:

> Igualmente nota-se a inclusão de diversos tipos de pessoas na Gibiteca, como adultos, crianças e idosos que frequentam o lugar, o qual oferece diversas atividades socioculturais. Pessoas de outras regiões da cidade se deslocam de carro, ônibus ou moto para poder usufruir do acervo cultural disponível à comunidade em geral. A convivência de diferentes pessoas no mesmo espaço faz com que as mesmas sejam mais solidárias, criem ferramentas eficientes para resoluções de conflitos, o que pode ser empregado em outros ambientes de convivência e grupos diferentes. Inclusão, segundo Oliveira (2004), compreende um conceito de convidar a que se aproximem aqueles que estiverem historicamente excluídos ou deixados de lado. (SUGUIMOTO; CASTILHO; ASATO, 2015, s/p.).

Deparamo-nos com um ponto que consideramos primordial: as gibitecas como espaço de aprendizagem frequentado, muitas vezes, por sujeitos que têm baixo grau de escolaridade e/ou de letramento e buscam, nesses espaços, eventos de letramento que lhes proporcionem desenvolvimento em suas práticas de leitura e escrita.

A nosso ver, o contato, o manuseio e a leitura das HQ feitos pelas crianças constroem eventos de letramento em que valem as práticas sociais de leitura e escrita decorrentes dessa relação leitor/texto. Todavia, não é novidade afirmar que a voz das crianças nem sempre é considerada pelos adultos, especialmente no interior de instituições conservadoras como a escola, a biblioteca, a igreja, a família, dentre outras.

Com o objetivo de escutar o sujeito-criança, porque defendemos a importância dessa escuta, apresentamos, a seguir, um texto produzido por alunos do Ensino Fundamental,

de uma escola pública de Ribeirão Preto. A produção escrita ocorreu após a leitura de vários contos de fada, em sala de aula, em que pesquisadora e alunos leram, interpretaram e argumentaram sobre os efeitos de sentido construídos pelos gestos de leitura (ORLANDI, 1997).

Figura 1 - Produção textual de crianças do Ensino Fundamental

A magali e os livros
Era uma vez uma menina que se chama Magali.
Ela gostava muito de livros.
Mas não podia ler porque não tinha livros e também não sabia onde fica a biblioteca.
Um dia o pai dela levou a biblioteca e a Magali ficou muito feliz.
E ela ficou o dia inteiro na biblioteca.
E levou Tês livros para casa
— Cinderela, Os três porquinhos e Monica.
E ela foi a biblioteca devolve-los e todos os dias ela pega os livros e o leva para casa.
E nunca esquesseu o caminho da biblioteca.
Autores: Daniela e Alex

Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos observar, neste texto, os sujeitos-autores marcam a importância do livro para a Magali. Queremos destacar que, após a leitura de muitos livros de literatura infantil, os autores trazem a personagem "Magali", muito conhecida por fazer parte da *Turma da Mônica*, e a própria "Mônica", para defenderem a paixão pela biblioteca. Para nós, essa escolha, dentre tantos contos de fada lidos, indicia-nos uma identificação dos sujeitos-alunos, autores do

texto, com as HQ, identificação que não pode ser colocada à margem pelos profissionais da Educação, professores e bibliotecários. Isso, como estamos argumentando, tem implicações para o reconhecimento das leituras que podem ou não fazer parte de um acervo, da relevância, ou não, de bibliotecas ou gibitecas. O que estamos problematizando, desde o início deste texto é: quem tem o direito de legitimar, ou não, determinadas leituras e autores?

Defendemos que, se os sujeitos-alunos se identificam com as HQ, elas devem receber uma atenção das bibliotecas escolares, das bibliotecas públicas e quiçá, serem as gibitecas reconhecidas tal qual merecem reconhecimento as bibliotecas especializadas. Os dados apresentados por Suguimoto, Castilho e Asato (2015) mostram que a faixa etária dos frequentadores da gibiteca que eles pesquisaram é de nove a dez anos (26% e 22% respectivamente), seguidos da faixa de seis e onze anos (13%), doze anos (9%) e, por último, quase que se equivalem ao público das crianças de cinco anos (5%), treze, catorze e dezenove anos (4%).

Esses dados comprovam nossa defesa de que as bibliotecas devem investir em leituras apreciadas por crianças a fim de que esses espaços funcionem para o público infantil como agências de letramento (KLEIMAN, 1995), do mesmo modo que entendemos que as bibliotecas especializadas funcionam como agências de letramento para aqueles que buscam ampliar seus graus de letramento em relação à Medicina, ao Direito, à História da Grécia, por exemplo, dentre todos os campos de estudo possíveis. Isso porque, segundo Kleiman (1995, p. 20), "outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes". A autora

contrapõe essas outras agências de letramento à instituição escolar, que para ela é a principal agência de letramento e preocupa-se apenas com a alfabetização e não com as práticas sociais de letramento. Consideramos a função social das bibliotecas, por isso argumentamos que elas devem funcionar como agências de letramento que ampliem a atuação dos sujeitos-leitores nas práticas sociais, que se dão, na sociedade contemporânea, essencialmente, por meio da leitura e da escrita.

Ferrarezi e Romão (2008) dão eco a sentidos que, não raro, tendem a ser silenciados quando o tema é biblioteca, pois elas tencionam a formação discursiva dominante que sustenta a necessidade de investimentos para as bibliotecas, a manutenção e atualização do acervo, a necessidade de leituras prazerosas, no caso das bibliotecas escolares. Isso já está posto, já é sabido e é indiscutível; no entanto, não são esses critérios que garantirão a formação de leitores. Segundo as autoras:

> Inferimos que a biblioteca pode atuar tanto estimulando a escola e os alunos a adotarem uma prática diferente de leitura, quanto se configurar como um espaço repressor que agrava a situação de coerção praticada na sala de aula, influenciando, assim, na relação que os alunos tem e terão com as bibliotecas em geral, e nos sentidos produzidos sobre ela ao longo de sua vida. (FERRAREZI; ROMÃO, 2008, p. 141-142).

O ponto que deve ser tocado diz respeito ao modo como a leitura e os leitores podem se constituir ou se há uma injunção que determina essa constituição. Voltamos ao ponto de partida, isto é, a biblioteca, seja ela pública, escolar, especializada, gibiteca, enfim, só poderá funcionar como

espaço discursivo – não nos restringimos ao espaço físico- para a formação de leitores se o jogo de projeção imaginária sobre os sujeitos-leitores, autores e obras destinadas às bibliotecas não se sustentar nessa relação desigual de poder, como ocorre até hoje, que inclui e exclui leitores, autores e obras de acordo com aqueles que ocupam os lugares de poder dizer e silenciar.

Na pesquisa de Suguimoto, Castilho e Asato (2015), a Gibiteca de Campo Grande foi construída e administrada pelo gestor Ronilço Cruz de Oliveira, morador do bairro, e gerenciada pela pedagoga Roseli Rodrigues de Almeida.

> O grande objetivo do espaço, segundo seu criador Ronilço Cruz de Oliveira, é o de garantir a inclusão social para as crianças por meios da leitura e resgatar sua imaginação criativa. O lúdico faz parte da educação infantil e o gibi passa a ser uma fonte de incentivo para a aprendizagem e inclusão social. (SUGUIMOTO, CASTILHO E ASATO, 2015, s/p.).

Esse, provavelmente, seja o principal diferenciador que promove a frequência dos leitores a essa gibiteca, isto é, ser um espaço discursivo de inclusão social, no qual as práticas de leitura e escrita, diretamente ligadas à inclusão social, ocorrem sem as coerções citadas por Ferrarezi e Romão (2008), proporcionando, portanto, aos sujeitos-leitores uma relação prazerosa e significativa com a leitura. Não há uma voz determinando o que pode e deve ser lido, mas sim, um imaginário de sujeito-leitor que pode escolher, criar, brincar, ler, escrever e participar das práticas sociais perpassadas pela leitura e escrita. Importante destacar que segundo Suguimoto, Castilho e Asato (2015), na época da pesquisa a gibiteca contava com vinte mil gibis, livros e computadores à disposição

dos frequentadores desse espaço.

3 BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS E GIBITECAS: ESPAÇO DISCURSIVO DE SUJEITOS E SENTIDOS

Ao pensarmos o espaço constitutivo das bibliotecas, concordamos com Branco (2019, p. 17) em que "a *forma histórica espaço* é determinante da língua e dos sujeitos e, ao mesmo tempo, determinada pela língua e pelos sujeitos de cada espaço específico", o que nos permite argumentar que os espaços das bibliotecas, sejam elas quais forem, incluindo-se, aqui, as gibitecas, são regulados por questões ideológicas e de poder, o que afeta a constituição dos sujeitos que nelas circulam. Isso significa que as bibliotecas podem provocar nos sujeitos-leitores o sentimento de pertença ou de exclusão à língua, à leitura, à escrita.

Considerando o viés da exclusão, trazemos uma interpretação muito interessante que Chartier (1999) faz ao escrever sobre a "Aventura do livro", refletindo sobre os livros, a leitura e as bibliotecas em tempos da era digital. O autor aponta, criticamente, que:

> Um bom leitor é alguém que evita um certo número de livros, um bom bibliotecário é um jardineiro que poda sua biblioteca, um bom arquivista seleciona aquilo que se deve refugar ao invés de armazenar. Eis aí temas inéditos de nossa época. (CHARTIER, 1999, p. 127).

Podemos interpretar que essa leitura de Chartier encontra eco na formação ideológica dominante na contemporaneidade, isto é, o descarte da informação, da leitura, dos livros é naturalizado pelo efeito da ideologia, pois

vivemos na era da superprodução, do excesso de tudo e da necessidade premente de seleção daquilo que pode e deve, ou não, ser armazenado, posto que o novo está sempre à espera para ocupar o espaço do que, de um dia para o outro, passa a ser considerado velho, ultrapassado, obsoleto. Ao "podar" a biblioteca, o bibliotecário está selecionando aquilo que, a partir de uma formação imaginária julga ser o que pode e deve ser lido, naquele espaço institucional. Como fazer esse recorte se não pela relação de forças que dá a alguns o poder de selecionar e produzir sentidos e a outros a tarefa de repeti-los?

Esse cenário pode contribuir para a criação de bibliotecas especializadas, já que Fonseca (2007, p. 53) argumenta que elas surgiram com o extraordinário desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A partir do autor, podemos entender que com a maior produção de conhecimento científico e tecnológico, houve mais rápida forma de divulgação científica; logo, um acúmulo de livros, revistas, folhetos e toda espécie de material a ser catalogado, armazenado, distribuído ou descartado, surgindo ou ampliando-se, assim, as bibliotecas especializadas.

A respeito das Histórias em Quadrinhos, entendemos que, se está havendo um aumento das gibitecas, ou de acervos de gibis nas bibliotecas, isso deve-se, em parte, ao fato de que, como assevera Vergueiro (2005, s/p.):

> Muitos bibliotecários brasileiros estão, aos poucos, descobrindo que, para proporcionar melhor serviço aos amantes dos quadrinhos nas gibitecas é necessário conhecer a fundo tanto as características do meio de comunicação de massa como do próprio leitor de quadrinhos, de modo a poder realizar de maneira adequada todas

> aquelas atividades que envolvem a seleção, coleta, aquisição, tratamento, disseminação e preservação desses materiais.

Queremos destacar, em consonância ao autor, a necessidade que se impõe ao bibliotecário de conhecer o leitor de quadrinhos, que permaneceu à margem dos espaços de leitura por muito tempo. De modo similar ao que ocorre com o bibliotecário responsável pelas bibliotecas especializadas, que busca conhecer seu público-leitor, essa condição impõe-se para todo bibliotecário, incluindo-se, com o mesmo grau de relevância, os leitores de gibis. O ponto que voltamos a insistir é: qual a imagem construída para e sobre esse ou aquele leitor para que haja maior ou menor grau de importância em relação às obras e autores que podem ou não compor uma biblioteca?

Desde o início deste capítulo, marcamos nossa filiação teórica à Análise do Discurso, por isso, os sentidos sobre biblioteca especializada, gibiteca e arquivo seguiram o curso aqui construído. Segundo Pêcheux:

> A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando "o" sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do outro). (PÊCHEUX, 1999, p. 14).

Por ser assim, defendemos que os sujeitos-leitores têm o direito de sempre estarem expostos à opacidade dos sentidos, ao discurso outro e ao discurso de um outro,

seja na escola, na biblioteca ou em qualquer agência de letramento ou instância social. Defendemos, também, que todas as leituras são possíveis e que os leitores tenham acesso a uma multiplicidade de textos e sentidos, o que significa problematizarmos a relação de forças que determina quem pode dizer o que deve ou não ser lido, em determinada época histórica, e em determinado espaço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coracini (2007), ao refletir sobre o modo como o ensino de língua pode provocar o sentimento de estranhamento no sujeito-aluno, fazendo com que o ensino da chamada língua materna se transforme em língua madrasta, escreve:

> [...] Apre(e)nder uma língua (estrangeira-materna, materna-estrangeira), incluindo-se aí a "língua da escola"...não significa aprender formas, estruturas, repetir palavras..., mas penetrar em discursividades, ...constituir-se do, pelo e no outro... E dessa experiência "nasce" o sujeito, em constante movimento, em constante mutação... (CORACINI, 2007, p. 146).

Nosso objetivo, neste capítulo, não foi discursivizar sobre ensino de língua, mas valemo-nos da citação de Coracini para defender que o sujeito-leitor que frequenta todo tipo de biblioteca deve "penetrar em discursividades" para poder constituir-se como leitor. Se as bibliotecas têm uma função social, a formação de leitores deve ser a principal, pois, a nosso ver, é muito reducionista aceitar que as bibliotecas funcionem somente como espaços geográficos que armazenam livros selecionados por alguns e para alguns.

Defendemos que as bibliotecas devem funcionar como

espaços discursivos em que sujeitos e sentidos possam se constituir, se (trans)formar e, assim, questionar, por exemplo, por que ler ou não ler Paulo Freire e Marx, no Brasil do século XXI. Esses autores, que circulam em bibliotecas do mundo todo, podem constituir o arquivo de bibliotecas públicas, universitárias, ou bibliotecas especializadas em Educação e Ciências Sociais, ou não? Os gibis podem, ou não contribuir para a alfabetização e as práticas de letramento de milhares de crianças, jovens e adultos, funcionando como porta de entrada para que esses sujeitos passem a frequentar outras bibliotecas, futuramente? Quem pode dizer o que pode e deve ser lido? Eis as questões que nos propusemos a lançar em discurso, neste capítulo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. V.; PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S. Sentidos interditados de leitura na escola e deslocamentos do sujeito: um dizer nas margens. **Revista Pesquisas em Discurso Pedagógico**, Rio de Janeiro, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18845/18845.PDFXXvmi=. Acesso em: 13 nov. 2016.

ARAÚJO, G. C. de; COSTA, M. A. da; COSTA, E. B. da. As Histórias em Quadrinhos na educação: possibilidades de um recurso didático-pedagógico. Revista **A MARgem:** Estudos, Uberlândia, MG, v. 1, n. 2, p. 26-36, jul./dez. 2008.

BRANCO, L. K. C. Relações discursivas entre espaço, sujeito e língua. *In:* SCHERER, A. *et al*. (org.). **Efeitos da língua em discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, p. 117-134.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução: Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERRAREZI, L.; ROMÃO, L. M. S. Leitura, escola e biblioteca na perspectiva discursiva. *In:* ROMÃO, L. M. S. (org.). **Sentidos da biblioteca escolar.** São Carlos: Compacta, 2008. p. 127-146.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. 152 p.

KLEIMAN, A. B. Introdução: O que é letramento: *In:* KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 15-64.

OLIVEIRA, A. C. C. **Biblioteca especializada Jurídica: campo de atuação para o profissional bibliotecário**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Centro Universitário de Formiga, Formiga, 2013.

ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da História no Discurso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. Contextos epistemológicos da Análise do Discurso. *In:* Laboratório de estudos urbanos (LABEURB). **Escritos 4.** Campinas: UNICAMP, 1999.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In:* ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de leitura: da História no Discurso**. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux.** *In:* GADET, F.; HAK, T. (org.). Campinas: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Orlandi *et al.* Campinas: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. A língua inatingível. *In:* PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**: textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

SALASÁRIO, M. G. da C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de Mecânica Precisão – LMP/UFSC. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 104-119, 2000. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/683/. Acesso em: 15 out. 2018.

SUGUIMOTO, D. Y. de. CASTILHO, M. A. de; ASATO, T. A. Gibiteca comunitária: espaço cultural como vetor de desenvolvimento local. **Revista CCCSS:** Contribuciones a las Ciencias Sociales, *[s. l.]*, dic. 2015. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/04/. Acesso em: 20 ago. 2018.

VERGUEIRO, W. Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da biblioteconomia. **Palavra-chave**, São Paulo, v. 8, p. 8-11, 1994.

VERGUEIRO, W. Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição. **DataGramaZero:** Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 2, abr. 2005. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11604. Acesso em: 5 fev. 2016.

CAPÍTULO 5

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

BIBLIOTECA PÚBLICA E SOCIEDADE: ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a biblioteca é a instituição habilitada para registrar, organizar, analisar, representar e disseminar a informação de forma que permita a sua recuperação. Quando se pensa no contexto da sociedade da informação, essas características são potencializadas com as competências tecnológicas condizentes com as demandas sociais.

A informação, nos últimos anos, em se tratando de sociedade da informação, incorporou aspectos de efemeridade e urgência permeados pelo paradigma da tecnologia da informação (CASTELLS, 2009), que assume algumas características fundamentais como: o entendimento da informação como sua matéria-prima; a informação como parte integrante de toda atividade humana; o predomínio das redes de compartilhamento; a flexibilidade e o desenvolvimento tecnológico. Pensar esses aspectos no contexto das bibliotecas públicas, mesmo com todas as dificuldades que essas enfrentam, que envolvem questões de gestão e manutenção de serviços, dentre outras, é pensar um ambiente informacional que precisa se reinventar perante as demandas modernas.

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p137-164

É importante ressaltar que, para a compreensão dessas questões, é fundamental o entendimento da imagem da biblioteca pública perante a sociedade. Essa imagem é resultado de estereótipos, falta de investimentos, de bibliotecários e de políticas públicas. Outro aspecto relevante é o lugar que ocupa o usuário da informação nestas bibliotecas. O usuário compõe a dimensão ambiental específica, sendo fundamental, o estudo de seu comportamento e percepções, principalmente, a percepção que ele tem sobre a biblioteca pública (BERNARDINO, 2013).

A discussão sobre a imagem organizacional da biblioteca pública é um aspecto importante para se entender questões voltadas para a atuação local desse equipamento, principalmente no que diz respeito aos aspectos de interação social e empoderamento da comunidade local e da biblioteca. Esta imagem é construída a partir da percepção das pessoas sobre a biblioteca pública e envolve todos os atores que atuam diretamente com a organização e suas dimensões de ambiente geral, como bibliotecários, auxiliares, funcionários de um modo geral, usuários e comunidade não usuária. Para se construir a imagem da organização da biblioteca, é necessário, primeiramente, estudar os ambientes dimensionais que a envolve e "[...] verificar seu estado corporativo no que se refere às três variáveis corporativas" (VILLAFAÑE, 1998, p. 43), são elas: a autoimagem, a imagem intencional e a imagem funcional. Este estudo é previsto no planejamento da unidade de informação que define a orientação estratégica da gestão da biblioteca pública.

> A gestão estratégica de uma organização como uma biblioteca pública começa obrigatoriamente pela definição da melhor estratégia para o cumprimento dos seus objetivos. Ela deve se comunicar de forma

> integrada com a política da instituição. (BERNARDINO; SUAIDEN; CUEVAS-CERVERÓ, 2015, p. 7).

A orientação estratégica deve focar na imagem corporativa da biblioteca, que vai, por sua vez, envolver questões voltadas à comunicação e o relacionamento da instituição com a sua comunidade, que criará a reputação corporativa da organização. Argenti e Forman (2002) afirmam que a reputação corporativa é definida a partir dos conceitos de identidade corporativa e de imagem corporativa. Para os autores, a reputação de uma organização depende da identidade dessa organização, da coerência estabelecida entre as imagens percebidas pelos diferentes grupos que se relacionam com a empresa nas diferentes dimensões ambientais e pelo alinhamento entre a identidade e a imagem percebida.

Para constituir a biblioteca como espaços de interação social e empoderamento local é preciso, primeiramente, realizar a auditoria da imagem corporativa da biblioteca. Para Villafañe (1998, p. 48) a auditoria de imagem é "Um procedimento para a identificação, análise e avaliação de recursos de imagem de uma entidade, [...] melhorar os seus resultados e fortalecer o valor de sua imagem pública".

A auditoria auxilia no conhecimento e reconhecimento dos fatores internos e externos da biblioteca, da comunidade e de suas potencialidades para, por fim, traçar estratégias de atuação centrada no usuário. Sobre a auditoria, Bernardino, Suaiden e Cuevas-Cerveró (2015, p. 8) afirmam que será uma "[...] espécie de radiografia e facilitará o posicionamento da organização no mercado. [...] determinará o seu posicionamento perante a sociedade da informação".

Assim, de posse do relatório da auditoria, a gestão construirá um documento norteador para os produtos e serviços oferecidos, sem esquecer de incorporá-los ao dia-a-dia da sua comunidade, ou seja, conhecer suas potencialidades e trazê-los para junto da biblioteca não somente como consumidores, mas como produtores de serviços e informação. Dessa forma, estabelece-se conexões entre a comunidade usuária a biblioteca e institui-se um relacionamento mais íntimo e forte, produzindo, nesta comunidade, o sentimento de pertença. E será o estado de pertencimento local da comunidade usuária com a biblioteca pública que construirá as diretrizes do empoderamento, tanto da comunidade, como da própria biblioteca.

O entendimento de território dá-se a partir da valorização do espaço, no caso a biblioteca pública, e do reconhecimento deste ambiente como pertença da própria comunidade. Como resultado, tem-se um equipamento público empoderado, por estar legitimado pela sua comunidade, e, por sua vez, essa mesma comunidade sente-se empoderada por estar incorporada ao espaço.

Para lograr êxito é necessária a compreensão da biblioteca como um espaço democrático de construção de saberes, formado pelos diferentes atores sociais, uma gestão participativa e em diálogo constante com a comunidade.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA, PERTENCIMENTO E EMPODERAMENTO LOCAL

Entende-se as bibliotecas públicas como espaços democráticos voltados para o desenvolvimento de atividades culturais, informacionais, educacionais e de interação com a

comunidade usuária. Como um espaço democrático, necessita estar em contínuo diálogo com a comunidade.

É preciso também entendê-las como espaços híbridos. Sobre espaços híbridos, Santos (2008, p. 192) afirma que esses se constroem a partir

> [...] do entrelaçamento das instâncias comunicacionais presenciais, estabelecidas a partir da existência física, concreta, face-a-face, e virtuais, instituídas em determinados ambientes em redes de comunicação digitais.

No caso das bibliotecas, o conceito está atrelado à disponibilização de diferentes documentos em formatos variados e a interface entre eles. Em se tratando das bibliotecas públicas, além do acervo, essa diversidade também se observa na comunidade usuária e nas relações entre a biblioteca e os usuários. Silva (2017, p. 24) conclui que sob esse viés

> [...] a hibridez, enquanto perspectiva de inclusão sociocultural, participa de tal transição na medida em que volta o trabalho das bibliotecas públicas para a gestão da informação baseada no desenvolvimento de comunidades.

A autora afirma que em ambientes assim possibilita-se o exercício da democracia.

O empoderamento é um viés previsto dentro das relações estabelecidas a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Gaved e Anderson (2006 apud SANTOS, 2008, p. 117),

> [...] definem três estruturas chave independentes para o estabelecimento e sustentabilidade de iniciativas envolvendo TIC: (1) recursos financeiros, (2) empoderamento comunitário e impacto

> socioeconômico, e (3) operações eficientes e sistemas de suporte.

Sobre o empoderamento comunitário, aspecto que se aborda de maneira mais amiúde neste trabalho, envolve tanto questões individuais quanto coletivas. Empoderar é reconhecer as habilidades e conhecimentos da comunidade, e é instrumentalizado pelas estratégias de interação e atuação local. Costa (2000, p. 42) afirma que o

> Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

Tomar controle, reconhecer-se como parte dessas engrenagens, tomando consciência de suas potencialidades, habilidades e conhecimentos. E como isso se dá no universo das bibliotecas públicas? Tanto do ponto de vista individual como coletivo, em que se incorporam movimentos sociais ou instituições, os parâmetros para o empoderamento a partir da construção, primeiramente, de uma autoimagem positiva, que conduzirá a uma imagem corporativa, no caso das organizações; no desenvolvimento de habilidades de autorreflexão crítica; parâmetros que levem à consciência e coesão de grupo; e condições que fortaleçam a tomada de decisões coletivas e uma ação estratégica.

Para as bibliotecas públicas, é o olhar para dentro e para fora. Olhar suas condições, estrutura, autoconhecimento e para o seu entorno. O empoderamento se dará alicerçado aos aspectos de transformação social. Sobre como o empoderamento pode se manifestar nas comunidades, Oakley e Clayton (2003, p. 12, grifo meu) afirmam que,

> De forma concreta, o empoderamento pode se manifestar em três grandes áreas: o poder como **maior confiança na capacidade pessoal** para levar adiante algumas formas de ação; o poder como **aumento das relações efetivas** que as pessoas desprovidas de poder podem estabelecer com outras organizações; o poder como resultado da **ampliação do acesso** aos recursos econômicos, tais como crédito e insumos.

Tomando emprestado o pensamento de Oakley e Clayton (2003), afirma-se que, ao conhecer a comunidade e suas potencialidades, gera-se maior confiança na capacidade individual e coletiva do grupo; que, com o aumento das relações afetivas do grupo, estabelece-se relações da biblioteca com a sua comunidade; e que isso leva à ampliação do acesso aos recursos, incluindo os informacionais, que levam a muitos outros. É a partir da construção de uma política de territorialidade que se constrói os parâmetros de empoderamento da biblioteca pública como organização e da sua comunidade.

> E isto será possível a partir do reconhecimento das potencialidades e realidades locais que contribua para a promoção humana, integrando culturas e claro, promovendo o empoderamento dos grupos que compõem a comunidade usuária. Esta ação incentivará o desenvolvimento econômico e social da comunidade usuária. (BERNARDINO, 2017, p. 120).

De posse das informações, constrói-se a política de atuação local com o objetivo de empoderar o equipamento público e a sua comunidade. Essa política não pode deixar de lado os parâmetros de territorialidade social e, sobretudo,

a incorporação de um novo conceito de biblioteca pública no contexto da sociedade da informação.

Jaramillo e Montoya Ríos (2005) já chamavam a atenção para a revisão conceitual da biblioteca pública, mais voltada para as demandas modernas da sociedade. Para as autoras, este novo conceito deve englobar de forma articulada a missão social e cultural da biblioteca pública. Jaramillo e Montoya Ríos (2005) propõem que a biblioteca pública seja espaço de formação da identidade individual, com suas funções alicerçadas na criação de estratégias que possibilitem aos usuários o exercício da cidadania, através do acesso à informação, construção do conhecimento, participação social, acesso à cultura e à educação, e participação colegiada.

Assim, pensa-se na biblioteca como um espaço amplo e democrático, com um forte potencial para a realização de intervenções sociais que possam contribuir de forma direta ou indireta para a melhoria da qualidade de vida da sua comunidade. Essa é uma concepção que coaduna fortemente com os aspectos relativos ao estado de pertencimento da comunidade usuária e de empoderamento.

Alicerçada na sociedade da informação, a biblioteca pública está pautada no paradigma tecnológico e social. Neste aspecto, Bernardino (2018, p. 2553) conclui que,

> [...] é crucial que a sociedade, em seus mais diversos segmentos de atuação, possa consolidar uma política que garanta ao cidadão o acesso à informação e ao conhecimento. Neste sentido, a biblioteca pública como uma instituição que produz, processa, armazena e dissemina a informação e que atua no contexto social, político, econômico, comunicacional e profissional, pode e deve construir uma política de atuação local, voltada para

> o estabelecimento de relações entre a comunidade e a biblioteca. Essa relação garantirá a interação entre o conhecimento armazenado e disposto no acervo físico ou não da biblioteca e a sua comunidade usuária.

Esta é uma decisão da gestão da biblioteca pública. Pensando nos aspectos de territorialidade e compreendendo o moderno conceito de bibliotecas híbridas que, além da relação direta com o suporte e tipo de acervo disponibilizado, também seja alicerçado nas relações sociais com a sua comunidade, que garanta que essa participe das decisões da biblioteca como organização, já que esta irá incidir sobre a própria comunidade.

3 PARADIGMA TECNOLÓGICO E SOCIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Suaiden (2000) observou que o processo de globalização exige das bibliotecas públicas a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, pautado nos paradigmas tecnológico e social. Dentre as estratégias, é preciso "[...] criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação" (SUAIDEN, 2000, p. 57).

A integração das práticas, serviços, relacionamento, políticas e ações culturais alinhada às TIC e ao paradigma social. Aliás, é importante ressaltar que, conforme pontua Meneses-Tello (2013), a base teórica do paradigma social é a relação existente entre biblioteca e sociedade.

> Diferenciar uma biblioteca pública como instituição ou agência com perspectiva

> sociológica tem importância porque ambos os conceitos denotam um nível no marco da estrutura social. (MENESES-TELLO, 2013, p. 157).

O paradigma tecnológico em que se abriga a sociedade da informação é elemento essencial para a sobrevivência das bibliotecas públicas. Entretanto, é importante ressaltar que não se pode ser ingênuo e acreditar que a tecnologia resolverá todos os problemas das bibliotecas públicas brasileiras. Não quando ainda há uma distância muito grande, em se tratando do panorama das bibliotecas públicas, entre essas instituições e as condições ideais de atuação na sociedade.

Castells (2009) questionava a falta de controle técnico ou político do uso da internet, e que a rede não substitui as relações sociais da sociedade real. Outro aspecto que se pontua aqui é o fato de que não há uma universalização da tecnologia nas bibliotecas públicas. Pelo contrário, há uma grande lacuna que, infelizmente, coloca as bibliotecas no que se pode chamar de ostracismo.

Este ponto precisa ser levado em consideração. Há uma necessidade veemente da biblioteca posicionar-se politicamente, exigindo de seu mantenedor, recursos imprescindíveis para a sua sobrevivência na sociedade da informação. Machado, Elias Júnior e Achilles (2014, p. 119) afirmam que,

> [...] o termo qualificador 'público', aplicado às bibliotecas é utilizado também na sua concepção ampliada que desloca o 'público' de um espaço institucional e delimitado ao Estado, para outro bem mais fluido, construído a partir de ações coletivas e cotidianas.

Nesse sentido, os autores afirmam que esse termo

agrega valor de compartilhamento do espaço informacional. O que significa que a biblioteca pode e deve congregar ações integradas que envolvam educação, cultura, lazer, política etc., com atividades feitas e voltadas para a sua comunidade.

> [...] nesse caso a biblioteca pública não se restringe a instituição estatal, propriedade que faz parte integrante do Estado. Estas bibliotecas se reconhecem como espaços públicos de cultura e educação e são criadas e mantidas por pessoas, coletivos ou instituições privadas, sem fins lucrativos, comprometidas com suas comunidades. (MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p. 119).

Isto significa pensar a biblioteca em sua amplitude, articulando sua missão, função, objetivo estratégico, imagem organizacional, política de empoderamento local com os elementos constituintes da configuração social moderna, presentes nas suas funções social, educativa, cultural e política, e a sociedade da informação e as TIC.

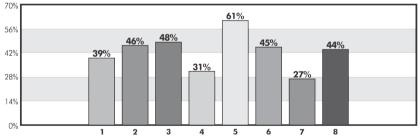
Para adaptar-se à realidade brasileira, as bibliotecas públicas ou usam a criatividade, uma gestão próxima da comunidade, construindo interrelações e pautadas nos paradigmas social e tecnológico, ou estão fadadas ao esquecimento. A facilidade com que a internet abre espaço para a informação no ambiente doméstico e particular pode ser um elemento preocupante para a sobrevivência das bibliotecas públicas. Porém, estudos sobre o acesso à internet apontam ainda para uma exclusão digital.

> A expansão e a inevitabilidade da internet tornam mais dramáticas as evidências, recorrentemente destacadas em diversos estudos, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, indicando que

> as desigualdades do acesso e dos diversos tipos de usos da internet e das outras TICS acompanham de perto as desigualdades sociais. Exclusão social ou exclusão digital passam a ser termos intercambiáveis, pois estão altamente correlacionados, constituindo aspectos de um mesmo problema. (OLINTO, 2010, p. 79).

Segundo dados da Pesquisa TIC Domicílios de 2018[1], realizada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br), 27% dos brasileiros ainda não tem acesso à internet e esse percentual é ainda maior entre as classes D e E, que chega a 50%. A biblioteca pode ser o local de acesso para esses usuários, desde que tenha um planejamento voltado para políticas de territorialidade e empoderamento da comunidade usuária.

Figura 1 - Pesquisa TIC Domicílios 2018

A10 - DOMICÍLIOS SEM ACESSO À INTERNET, POR MOTIVOS PARA A FALTA DE INTERNET
Total de domicílios sem acesso à Internet[1]

1 - Por falta de computador no domicílio.
2 - Por falta de necessidade dos moradores.
3 - Por falta de interesse dos moradores.
4 - Porque os moradores têm acesso à Internet em outro lugar.
5 - Porque os moradores acham muito caro.
6 - Porque os moradores não sabem usar Internet.
7 - Por falta de disponibilidade de Internet na região do domicílio.
8 - Porque os moradores têm preocupações com segurança ou privacidade.

[1] Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018.
Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Fonte: CETIC.BR, 2018.

---

1 Disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM Acesso em: 28 ago. 2019.

Apesar dos números, a gestão não deve centrar esforços apenas nas questões relacionadas ao acesso à internet. É preciso pensar estratégias que respondam às funções educacional, cultural, política e social da biblioteca. Essas estratégias devem estar descritas na política de atuação local voltada para o pertencimento e empoderamento.

A biblioteca pública tem um compromisso social com a sua comunidade. Compromisso esse que está em consonância com a missão e função social da biblioteca pública, na oferta de serviços e produtos informacionais de qualidade, na interação com a sua comunidade usuária. Um espaço compartilhado para a construção de saberes, um local de apropriação de conhecimento.

> Neste sentido, entender a biblioteca pública como um *espaço* que é público, é mais do que nunca, considerar que a mesma é o resultado de um conjunto de relações que convergem para a conformação desse espaço. As bibliotecas públicas, não são espaços vazios nos quais indivíduos e coisas (registros gráficos do conhecimento, em particular) são alocados para atender a determinadas funções que a elas são atribuídas, mas o resultado de um conjunto de relações entre elementos (sujeitos e objetos) que conformam uma espécie de configuração, repleta de conflitos e tensões, em que os papéis atribuídos a biblioteca pública, enquanto uma instituição social, e as apropriações que os diversos sujeitos fazem desses espaços estão em constante diálogo. (MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p. 119, grifo meu).

Diálogo com a comunidade é a palavra de ordem. E, como todo espaço democrático, deve ter suas atividades pautadas nas demandas sociais da sua comunidade,

atendendo às funções que desempenha na sociedade. Ofertar atividades voltadas à cultura, ao lazer, ao aprendizado contínuo, ser um espaço político e de reflexão, é o que se espera da biblioteca pública do Século XXI. Ela atua como uma extensão da própria sociedade.

4 O DESAFIO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO SÉCULO XXI

Valentim (2016, p. 19) chama a atenção que o atual contexto econômico, social e tecnológico "[...] impõe mudanças significativas no modo de atuação das bibliotecas, por essa razão" e que por isso "[...] é necessário ampliar os papéis e as responsabilidades, inovando constantemente e promovendo mudanças incrementais e/ou radicais". Luís Milanesi (2013) também reporta a necessidade de se 'incrementar' a função básica da biblioteca pública, que é prestar informações à comunidade, com novos recursos.

A preocupação da biblioteca pública brasileira no Século XXI vai além do seu acervo. É a apropriação dos espaços, é a democratização do saber, é a interação com a sua comunidade. O acervo é apenas um veículo que auxiliará em todo esse processo. Porém, um coadjuvante neste cenário que tem a própria biblioteca e a sua comunidade como atores principais.

Existem três documentos que a biblioteca pode ter como base para uma atuação efetiva na sociedade, o primeiro é o 'Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas' (1994); o segundo são as 'Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas' (2012); e o terceiro a 'Agenda 2030' (2015) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Manifesto traz, além da descrição da biblioteca

pública e seu papel na sociedade, a defesa do direito ao acesso à informação para qualquer pessoa, sem qualquer discriminação. Orienta quanto a missão, elencando 12 missões-chave, relacionadas diretamente com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura; quanto ao financiamento, legislação e redes de bibliotecas; e quanto ao funcionamento e gestão. O documento reconhece a biblioteca pública como

> [...] porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994, online).

É importante ressaltar que, a primeira versão do Manifesto foi publicada em 1949 e que destacou a função da biblioteca pública em relação ao ensino, caracterizando como centro de educação popular. Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publica a segunda versão do Manifesto sintetizando como suas funções educação, cultura, lazer e informação. A terceira versão foi publicada em 1994 a partir das discussões sobre a sociedade da informação e suas implicações para o universo das bibliotecas públicas. Assim, o texto enfatiza o compromisso da biblioteca pública para com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

O segundo documento citado é uma revisão da edição de 2001 do '*The public library service: IFLA/UNECO guidelines*

for development' da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA). Traz a informação como um direito e

> A biblioteca pública é o ponto e acesso, principal e dinâmico, da comunidade, estruturada para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação que estão sempre em mudança. (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. ix).

Com relação ao terceiro documento citado - vale ressaltar que a IFLA juntamente com diversas organizações da sociedade civil auxiliou na criação e revisão do texto base do documento -, e publicou, em 2015, um programa de ação da IFLA para o desenvolvimento através das bibliotecas intitulado 'As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU'. Trata-se de um conjunto de estratégias que atualiza e substitui o '*Toolkit: Libraries and the UN post-2015 development agenda*' também de 2015 (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS, 2015).

A Agenda 2030 da ONU conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para transformar o mundo, e a biblioteca, como organização alicerçada nos paradigmas social e tecnológico, está comprometida com essa pauta. No quadro a seguir, elenca-se as recomendações da IFLA e da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) para as bibliotecas trabalharem a Agenda 2030.

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Bibliotecas

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO DA ODS	AS BIBLIOTECAS APOIAM ESSE OBJETIVO MEDIANTE A PROVISÃO DE
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	Acabar com a pobreza em todas as formas, em todos os lugares.	Acesso público à informação e recursos que geram oportunidades para melhorar a vida das pessoas; capacitação para adquirir novas habilidades necessárias para a educação e o emprego; informação para apoiar o processo de tomada de decisões para combater a pobreza por parte dos governos, sociedade civil e do setor empresarial.
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	Pesquisas e dados agrícolas para que os cultivos sejam mais produtivos e sustentáveis; Acesso público para produtores agrícolas a recursos em rede, como, por exemplo, preços de mercado local, informes meteorológicos e novos equipamentos.
3 SAÚDE E BEM-ESTAR	Assegurar a vida saldável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.	Pesquisas disponíveis em bibliotecas médicas e hospitalares que apoiem a educação e melhorem a prática médica dos provedores de cuidados médicos; Acesso público a informação sobre saúde e bem-estar nas bibliotecas públicas para contribuir com que todas as pessoas e famílias sejam saudáveis.
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	Equipes dedicadas que apoiem a educação na primeira infância (educação continuada); Acesso à informação e a pesquisa para estudantes em todo o mundo; Espaços inclusivos onde os custos não sejam uma barreira para adquirir novos conhecimentos e habilidades.
5 IGUALDADE DE GÊNERO	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	Espaços de encontro seguros e agradáveis; Programas e serviços pensados para satisfazer as necessidades de mulheres e meninas como direito e saúde; Acesso à informação e tecnologias que permitam as mulheres desenvolver habilidades no mundo dos negócios.

(Continua...)

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	Acesso à informação de qualidade sobre boas práticas que permitam desenvolver projetos locais de gestão da água e saneamento.
7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.	Acesso livre e seguro a eletricidade e iluminação para ler, estudar e trabalhar.
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.	Acesso à informação e capacitação para desenvolver habilidades que as pessoas necessitem para encontrar melhores postos de trabalhos, candidatar-se a eles e ter sucesso em melhores empregos.
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	Uma ampla estrutura de bibliotecas públicas, especializadas e universitárias e com profissionais qualificados; Espaços agradáveis e inclusivos; Acesso a TI C, como por exemplo, com internet de alta velocidade que não se encontra disponível em todo lugar.
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Espaços neutros e agradáveis que permitam a aprendizagem para todos, incluindo os grupos marginalizados, como os imigrantes, os refugiados, as minorias, os povos indígenas e pessoas com deficiência; Acesso equitativo à informação que promova a inclusão social, política e económica.
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Instituições confiáveis dedicadas a promover a inclusão e o intercâmbio cultural; Documentação e conservação do património cultural para as futuras gerações.
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	Um sistema sustentável de intercâmbio e circulação de materiais que reduza a geração de resíduos.

(Continua...)

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	Registros históricos sobre mudanças costeiras e utilização da terra; Pesquisa e produção de dados necessários para elaboração de políticas de mudanças climáticas.
14 VIDA NA ÁGUA	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	Acesso difundido para informações necessárias para orientar os tomadores de decisão por parte dos governos locais ou nacionais sobre temas como: caça, pesca, uso da terra e gestão da água.
15 VIDA TERRESTRE	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	Acesso público à informação sobre governo, a sociedade civil e outras instituições; Capacitação nas habilidades necessárias para compreender e utilizar esta informação; Espaços inclusivos e politicamente neutros para que as pessoas possam reunir-se e organizar-se.
17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	Uma rede de instituições baseadas nas comunidades que formam os planos de desenvolvimento locais.

Fonte: IFLA/FEBAB, 2015[2].

---

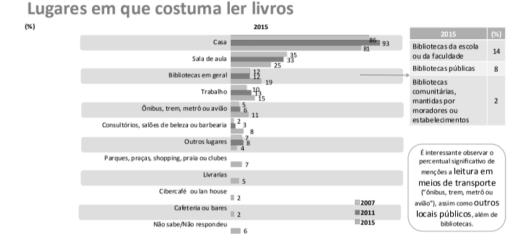
[2] Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/sdgs-insert-pt.pdf Acesso em: 29 ago. 2019.

Cada uma dessas recomendações coaduna com o entendimento da biblioteca pública no Século XXI sobre as suas responsabilidades perante as transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas dos últimos tempos.

> A biblioteca pública é essencial para fomentar a cidadania e, assim, consolidar a democracia de um país. Ela se constitui em um espaço democrático, cujas diferenças sociais, econômicas e culturais são amenizadas. Por essa razão, é um importante aparelho cultural que deve ser fomentado, apoiado e subsidiado por políticas públicas fortes que a fortaleça. (VALENTIM, 2016, p. 23).

Entretanto, o desafio é maior para as bibliotecas públicas quando se pensa nas condições destas na sociedade. Ainda há muito o que avançar. Melhorar em infraestrutura, em contratação de bibliotecários e, sobretudo, na implementação de políticas públicas que favoreçam a manutenção das bibliotecas públicas e a sua democratização.

A quarta edição da pesquisa Retratos da Leitura apresenta, entre outros aspectos, a motivação para se ler e apresenta gráfico em que aponta que apenas 8% dos leitores encontram nas bibliotecas públicas o lugar ideal.

Figura 2 - Pesquisa Retratos da Leitura - Lugares para ler

Fonte: Failla (2016, p. 198).

Além da infraestrutura tecnológica com equipamentos diversos para o acesso à informação a todas as pessoas, é preciso que uma política de atuação que englobe todas as funções da biblioteca, orientada pelos paradigmas social e tecnológico. Essa política deve prever a participação efetiva da comunidade usuária através de estratégias que aproximem os ODS dos objetivos, missão e funções da biblioteca.

O perfil das bibliotecas contemporâneas é apresentado por Valentim (2016) como local de acesso à informação local e remoto através de catálogos e bases de dados; espaço de armazenamento de conteúdos eletrônicos e digitais; como um ambiente híbrido composto por mídias, suportes e conteúdos impressos, eletrônicos e digitais; local de preservação de conteúdos através da digitalização; ambiente de desenvolvimento de competência em informação com enfoque

na aprendizagem; espaço que valorize a interatividade e ao uso da biblioteca; local de interação entre o usuário e a informação e de produção de informação dentre outros.

A integração das atividades às necessidades da comunidade usuária se dará a partir do conhecimento por parte da gestão da biblioteca pública, da sua comunidade. É traçar diretrizes que auxiliem no atendimento aos objetivos e perfil da biblioteca do século XXI, totalmente integrada às TIC, aos paradigmas social e tecnológico e às funções da biblioteca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal, em se tratando das bibliotecas públicas contemporâneas, é pensar em um modelo que atenda às necessidades de sua comunidade usuária. Um espaço que acolha seus mais diferentes usuários. Pensar um espaço democrático de compartilhamento de saberes, de exercício da cidadania plena de seus usuários. É pensar na biblioteca pública como ambiente agradável que contemple expectativas e que reafirme diariamente que o acesso à informação é um direito. Um espaço de cultura, de arte, de lazer, acessível a todos, e que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A biblioteca na sociedade da informação pressupõe um conjunto de atividades que imbricadas às TIC e com ações integradas e dinâmicas, a transforme em um espaço agradável, de socialização e reconfigurado a partir de ações coletivas.

Aliás, a palavra de ordem é coletividade. A biblioteca pública carrega em seu nome uma configuração que lembra a

quem atende: todos. A todos, sem discriminação de qualquer espécie. O mais interessante é que a biblioteca pública pode ser um local representativo das potencialidades e habilidades da sua comunidade.

A escolha da implementação da política de território local de atuação é uma decisão estratégica, que com o devido monitoramento se constitui em possibilidades de pertencimento da comunidade usuária para com a biblioteca e de empoderamento. A pergunta a se fazer é: como empoderar uma biblioteca pública que, mesmo em pleno Século XXI, ainda está aquém do que espera de uma biblioteca na era da sociedade de informação? Sim, está longe de estar preparada para o que a sociedade espera, pois, politicamente, ainda depende da vontade de governantes e do entendimento acerca de sua importância na sociedade.

Através do engajamento político, é possível a implantação e a implementação de políticas públicas, além da promoção do diálogo com a comunidade, sobretudo, integrando a biblioteca ao seu público. A informação, principal matéria-prima da biblioteca, é a base da ação da coletividade, sendo, portanto, imprescindível que haja relacionamento entre a biblioteca e a sua comunidade usuária, de forma que contribua, efetivamente, para a apropriação, construção e transmissão de conhecimentos.

É importante que a sociedade possa participar, cobrar ações e interferir diretamente na gestão dos serviços da biblioteca pública. A biblioteca pública tem em sua concepção conceitual um entendimento de espaço de guarda da memória e do patrimônio da humanidade, mas também traz herança história de desigualdades sociais que favorece ao seu esvaziamento e obsolescência. Com ínfimas políticas

públicas voltadas para a democratização da biblioteca e do conhecimento, as bibliotecas públicas ficam, muitas vezes, com viés elitista e conservador, que mais afasta os leitores que os congrega.

Porém, pode-se afirmar que é um espaço em constante reflexão, tanto do seu fazer como de sua existência na sociedade. Esta reflexão leva à adoção de políticas que envolvam a sua comunidade usuária, os serviços, o espaço e os produtos. Que possa contribuir, sobremaneira, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade a qual está inserida. Que contribua de forma efetiva para o empoderamento, não apenas da biblioteca como organização imprescindível à sociedade, mas o empoderamento da própria comunidade. Que cada um possa ser parte da biblioteca e que a biblioteca possa ser parte de cada um. Que possam estabelecer um estado de pertencimento e dizer: agora eu vou à **minha** biblioteca.

REFERÊNCIAS

ARGENTI, P. A.; FORMAN, J. **The Power of corporate communication**: crafting the voice and image of your business. New York: McGraw-Hill, 2002.

BERNARDINO, M. C. R. **Gestão da imagem organizacional da biblioteca pública na sociedade da informação**: as bibliotecas polos do Estado do Ceará. 2013. 314f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/ handle/10482/14419. Acesso em: 7 ago. 2019.

BERNARDINO, M. C. R. Gestão do conhecimento e empoderamento: construção de uma política de atuação local da biblioteca pública cearense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Marília, SP. **Anais Eletrônicos** [...]. Londrina,

PR: ANCIB; UEL, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1176/1573. Acesso em: 18 ago. 2019.

BERNARDINO, M. C. R. Territorialidade e empoderamento da biblioteca pública. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez., 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/14011/9747. Acesso em: 12 ago. 2019.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J.; CUEVAS-CERVERÓ, A. Auditoria e gestão da imagem para a biblioteca pública: aplicação da Teoria da Géstalt em bibliotecas públicas de Madrid. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa, PB. **Anais Eletrônicos** [...]. João Pessoa, PB: ANCIB; UFPB, 2015. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3116/1111. Acesso em: 8 ago. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: sociedade, economia e cultura. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 1.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *In*: **SEMINÁRIO de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião**: textos de apoio I. Vitória da Conquista, BA: Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião, 2000. p. 35-45. Disponível em: http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF. Acesso em: 20 ago. 2019.

FAILLA, Z. (org.). **Retratos da leitura no Brasil**: 4. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. IFLA, 2015. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/

libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

JARAMILLO, O.; MONTOYA RÍOS, M. Revisión del concepto de biblioteca pública. *In*: JARAMILLO, O.; MONTOYA RÍOS, M.; ÁLVAREZ ZAPATA, D. (org.). **Biblioteca pública y lectura pública**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2005. p. 17-40.

KOONTZ; C.; GUBBIN, B. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

MACHADO, E. C.; ELIAS JÚNIOR, A. C.; ACHILLES, D. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. especial, p. 115-127, out./dez., 2014. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2263/1521. Acesso em: 23 ago. 2019.

MENESES-TELLO, F. Bibliotecas y sociedade: el paradigma social de la biblioteca pública. **Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información**, v. 27, n. 61, p. 157-173, set./dez., 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0187358X13725589. Acesso em: 20 ago. 2019.

MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI.

Revista da USP, São Paulo, n. 97, p. 97-70, mar./maio, 2013. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574. Acesso em: 29 ago. 2019.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. 2. ed. São Paulo: Instituo Polis, 2003. Disponível em: http://www.polis.org.br/uploads/928/928.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

OLINTO, G. Bibliotecas públicas e o uso das tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 77-93, 2010. Disponível em: http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/75/1/OLINTOInCid2010.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

SANTOS, D. M. dos. **Espaços híbridos na cidade**: interfaces computacionais para comunidades locais. 2008. 453f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-17102008-112755/pt-br.php Acesso em: 8 ago. 2019.

SILVA, R. C. da. **Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido**: um estudo comparativo de bibliotecas híbridas no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades. 2017. 290f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', Marília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150798/silva_rc_me_mar_sub.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 27 jun. 2019.

SUAIDEN, E. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do**

século XXI: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2016. p. 19-42. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7426/1/Biblioteca%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_desafios%20e%20perspectivas.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

VILLAFAÑE, J. **Imagem positiva:** gestão estratégica da imagem das empresas. Lisboa: Sílabo, 1998.

CAPÍTULO 6

Elaine da Silva

PARTICIPAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento se constitui em elemento fundamental para a geração de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) (NELSON, 1993; JOHNSON 1992; EDQUIST, 1997; LUNDVALL et al., 2002; FREEMANN; SOETE, 2008; TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008). Esse pressuposto evidencia a necessidade de que a gestão organizacional passe a enfocar a aprendizagem como processo estratégico capaz de propiciar a adaptabilidade em tempos de transformações constantes. Ocorre que a aprendizagem organizacional só é possível a partir da ação dos sujeitos cognoscentes, capazes de gerar um novo conhecimento que será amplificado em âmbito organizacional. Assim, se faz necessário conhecer os caminhos da geração de conhecimento.

O conhecimento é um fenômeno complexo e multidimensional que se origina a partir da razão (pensamento) e da experiência do sujeito cognoscente. Devido à sua imaterialidade, é impossível mensurar e traduzir o conhecimento em unidades simples de trabalho, como quantidade de itens produzidos, horas homem trabalhadas ou quantidade de atendimentos realizados, por exemplo.

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p165-193

Questões relacionadas à produção, ao compartilhamento e à gestão do conhecimento, esse elemento complexo e fundamental para o desenvolvimento da CT&I passa a integrar os enfoques de toda organização que deseja se manter e prosperar; a chamada 'organização do conhecimento', que é capaz de agir com inteligência e criatividade à medida que "[...] renova seu estoque de conhecimentos e pratica um vigilante processamento da informação com vistas à tomada de decisões" (CHOO, 2006, p. 18).

Nessa conjuntura, a abordagem sistêmica da inovação que "[...] enfatiza a importância da transferência e da difusão de ideias, experiências, conhecimentos, informações e sinais de vários tipos" (MANUAL..., 2005, p. 41) passa a ser enfocada em âmbitos organizacionais e acadêmicos. Contexto em que muitos países, inclusive o Brasil, estruturaram a partir da segunda metade do Século XX os chamados 'Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação' ou simplesmente 'Sistemas Nacionais de Inovação' (SNI), que preconizam a atuação integrada de diferentes agentes públicos e privados, tais como: órgãos governamentais, agências de fomento, universidades, institutos de pesquisa e empresas (SILVA, 2018). Os agentes de um SNI mantém objetivos comuns e dedicam-se à geração de ciência, tecnologia e inovação com vistas à promoção do desenvolvimento organizacional, social, econômico, científico e político.

No contexto de SNI, a universidade, em especial a universidade pública, se constitui em um agente fundamental no que tange à produção de conhecimento. A produção do conhecimento científico é apresentada a partir de dois paradigmas: i) tradicional: o conhecimento científico é

produzido no contexto das universidades e depois aplicado em contextos diversos; e ii) aplicado: a produção do conhecimento científico envolve diferentes atores e enfoca a aplicabilidade.

O presente capítulo discorre sobre aspectos fundamentais de cada um dos paradigmas e alerta para a necessidade de promover a interdisciplinaridade característica do paradigma aplicado, e manter a autonomia científica da universidade, própria do paradigma tradicional. A partir dessa perspectiva, objetiva suscitar reflexões acerca da importância da universidade para o desenvolvimento da CT&I e, por conseguinte, sobre o papel da biblioteca universitária em relação aos processos de produção, compartilhamento e gestão do conhecimento científico no contexto de SNI.

O presente texto não tem o propósito de fornecer respostas, modelos ou exemplos de casos bem-sucedidos; na realidade a intenção é provocar inquietações que levem a refletir acerca da atuação e do protagonismo de universidades e bibliotecas universitárias no que tange a proporcionar a produção, compartilhamento e gestão do conhecimento científico, contribuindo para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

2 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CT&I

Segundo Morin (1999, p. 26)

> [...] o ato de conhecimento, ao mesmo tempo biológico, linguístico, cultural, social, histórico, faz com que o conhecimento não possa ser dissociado da vida humana e da relação social.

Nessa perspectiva, Corsatto e Hofmann (2016)

alertam para o fato de que nesse paradigma se alteram os direcionamentos das questões da produção do conhecimento, da aprendizagem e também da gestão organizacional; segundo essas autoras, o *locus* da inovação é transmutado para o conhecimento e para as pessoas detentoras de conhecimento. Nesse contexto, a organização é percebida como

> um composto de especialistas que trabalham em conjunto, com o propósito de tornar produtivos os conhecimentos, uma vez que são eles os geradores de inovação (CORSATTO; HOFMANN, 2016, p.16).

As mesmas autoras consideram ainda que existem lacunas no que tange à compreensão da maneira como a produção de conhecimento e sua importância para a geração de inovações são abordadas nas teorias organizacionais.

Acredita-se que as lacunas extrapolam o contexto de produção de conhecimento no bojo das teorias organizacionais. Muito se tem utilizado o termo conhecimento nas mais diferentes abordagens e contextos sem, no entanto, uma reflexão acerca do que é o conhecimento. Considera-se que, para propor estratégias, meios e ferramentas para gerar e gerir este que é considerado o elemento fundamental à inovação e ao desenvolvimento, é preciso antes de tudo compreender minimamente o quão complexo é o conhecimento.

A esse respeito Morin (1999) afirma que

> [...] todo conhecimento comporta necessariamente: a) uma competência (aptidão para produzir conhecimentos); b) uma atividade cognitiva (cognição), realizando-se em função da competência; c) um saber (resultante dessas atividades). (MORIN, 1999, p. 19).

Sendo as competências e atividades cognitivas próprias do sujeito cognoscente e desenvolvidas por meio da atividade cerebral deste. Ao mesmo tempo, as competências "[...] só podem desenvolver-se no seio de uma cultura que produziu, conservou, transmitiu uma linguagem, uma lógica, um capital de saberes, [e] critérios de verdade" (MORIN, 1999, p. 19).

> Assim, todo acontecimento cognitivo necessita da conjunção de processos energéticos, elétricos, químicos, fisiológicos, cerebrais, existenciais, psicológicos, culturais, linguísticos, lógicos, ideais, individuais, coletivos, pessoais, transpessoais e impessoais, que encaixam uns nos outros. O conhecimento é, portanto, um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural, social. (MORIN, 1999, p. 18).

De acordo com Burke (2016), o conhecimento se constitui em objeto e objetivo de diferentes disciplinas tais como História, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, Economia, Geografia, Política, Direito, História da Ciência, Filosofia, Ciências Cognitivas e, ainda, estudos de comunidades que extrapolam disciplinas acadêmicas como arquivistas, bibliotecários e curadores de museus. Burke (2003, p. 11) afirma que "[...] filósofos concordam com os economistas e com os sociólogos em definir nosso próprio tempo em termos de sua relação com o conhecimento".

No que tange a perceber o impacto do fenômeno multidimensional conhecimento no contexto de SNI e, de modo mais genérico, de sistemas produtivos, Gorz (2005, p. 30) defende que

> O conhecimento, diferentemente do trabalho social geral, é impossível de traduzir e de

> mensurar em unidades abstratas simples. Ele não é redutível a uma quantidade de trabalho abstrato de que ele seria o equivalente, o resultado ou produto. Ele recobre e designa uma grande diversidade de capacidades heterogêneas, ou seja, sem medida comum, entre as quais o julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e informação, a faculdade de aprender e de se adaptar a situações imprevistas; capacidades elas mesmas operadas por atividades heterogêneas que vão do cálculo matemático à retórica e à arte de convencer o interlocutor; da pesquisa técnico-científica à invenção de normas estéticas.

Partindo dos pressupostos de que o compartilhamento do conhecimento, esse elemento complexo, multidimensional, fruto da razão e da experiência, entre os diferentes agentes de um SNI se constitui no cerne da abordagem sistêmica da inovação e, de que o conhecimento produzido na universidade ou conhecimento científico tem papel preponderante nesse contexto, a próxima seção se dedica a questões relacionadas aos paradigmas da produção do conhecimento científico.

3 CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A produção do conhecimento científico, ou simplesmente a produção da ciência, não pode ser dissociada do contexto histórico e social. Morin (2005) alerta que é preciso reconhecer a complexidade da ciência. De acordo com este autor,

> [...] mais do que nunca, se impõe a necessidade de autoconhecimento do conhecimento científico, que deve fazer parte de toda política da ciência, como da disciplina mental do cientista. (MORIN, 2005, p. 21).

De maneira geral, é possível reconhecer dois paradigmas no que tange à produção do conhecimento científico. O primeiro considera que o conhecimento científico é produzido no contexto das universidades e depois aplicado em contextos diversos, tal como o organizacional. Em contrapartida, o segundo paradigma defende que a produção do conhecimento científico envolve diferentes atores e tem desde o momento de produção, foco em sua aplicabilidade.

3.1 Paradigma 1: modo tradicional de produção de conhecimento

O modo tradicional de produção de conhecimento científico, chamado de 'Ciência Moderna', 'Ciência Acadêmica', 'Ciência Básica' ou 'Ciência Disciplinar', 'Ciência Autointeressada', 'Modo 1 de Produção de Conhecimento' ou 'Modelo Linear', considera que a produção do conhecimento científico ocorre pela ação da universidade. Nesse paradigma, como salientam Perucchi e Mueller (2016), às instituições de ensino cabe criar, às empresas aplicar o que foi criado nas instituições de ensino, e ao governo estimular a criação nas instituições de ensino e a aplicação nas empresas por meio de políticas, legislações e financiamentos.

Para Merton (1974) o modo tradicional ou 'Ciência Acadêmica' é resultado do conhecimento produzido pelos cientistas no contexto das universidades que, depois é aplicado em outros contextos, como o empresarial. De acordo com este autor a meta institucional da ciência é o alargamento dos conhecimentos certificados, e o 'ethos' da ciência, é alicerçado em quatro passos imperativos, quais sejam: a) **Comunismo** – considera que "[...] as descobertas

substantivas da ciência são produtos da colaboração social e estão destinados à comunidade" (MERTON, 1974, p. 45), esse imperativo é ligado à comunicação dos resultados de pesquisas e incompatível com definição de tecnologia como uma propriedade privada; b) **Universalismo** – relativo ao caráter internacional, impessoal e virtualmente anônimo da ciência; c) **Desinteresse** – ao considerar que a atividade do cientista orienta-se pela curiosidade e paixão pelo saber em benefício da humanidade; e d) **Ceticismo Organizado** – consiste na suspensão do julgamento até que a análise seja finalizada por meio de critérios empíricos e lógicos.

Gibbons et al. (1994) identificam a abordagem acerca da produção do conhecimento científico centralizada na atuação das universidades como 'Modo 1 de Produção de Conhecimento'. Segundo esses autores, as questões de produção do conhecimento são definidas e resolvidas mormente no âmbito acadêmico, marcadamente disciplinar, "[...] caracterizado como o modo de produção característico da pesquisa disciplinar institucionalizada em grande parte das universidades" (GIBBONS et al., 1994, p. 11, tradução nossa). De acordo com esses autores, no 'Modo 1' os problemas são definidos e resolvidos em contexto acadêmico com disciplinas bem delimitadas. Em complemento, Santana (2009, p. 76) pondera que

> [...] os cientistas se mantinham independentes, controlando seu campo de trabalho, repartindo os recursos recebidos e estabelecendo entre eles suas prioridades, temas e metodologias.

3.2 Paradigma 2: modo aplicado de produção do conhecimento

A partir da segunda metade do Século XX surgem questionamentos acerca do modo tradicional de produção do conhecimento, e com eles se apresentam os termos de 'Ciência Aplicada', 'Ciência Estratégica', 'Tecnociência' buscando ressignificar as fronteiras entre a ciência e o mercado.

Nesse contexto, um novo paradigma se apresenta, no qual o modo tradicional de produzir conhecimento científico é considerado inadequado à dinâmica social que se estabelece a partir do que Ziman (2000) denomina 'Ciência Pós-Acadêmica' que é condicionada pelos interesses sociais e comerciais. Surge a concepção de que pesquisas científicas e tecnológicas resultam de "[...] uma complexa configuração das relações entre universidades, indústrias, governo e sociedade" (GIACOMAZZO, 2015, p. 335). Neste paradigma, a produção de conhecimento científico depende não apenas de fatores internos às organizações produtoras de conhecimento tais como as universidades, mas também de fatores externos a elas.

À essa perspectiva, alinha-se o conceito de Hélice Triple proposto por Etzkowitz (2009), que preconiza as interações entre universidade, empresa e governo como primordiais para a geração de inovação na sociedade baseada no conhecimento. De acordo com este autor, no que tange à produção de conhecimento científico

> A universidade é o princípio gerador das sociedades fundadas no conhecimento, assim como o governo e a indústria são as instituições primárias na sociedade industrial. A indústria permanece como o

> ator-chave e lócus de produção, sendo o governo a fonte de relações contratuais que garantem interações estáveis e intercâmbio. (ETZKOWITZ, 2009, p. 2).

Uma outra abordagem acerca da produção de conhecimento científico a partir da atuação de agentes externos à universidade foi a apresentada por Sabato (1975). O modelo, que ficou conhecido como 'Triângulo de Sabato', é considerado estratégico para países em desenvolvimento cujos setores industriais não são fortalecidos o suficiente para terem autonomia. Porquanto o modelo

> [...] preconizava um relacionamento harmônico, em que ao governo caberia adotar um papel de liderança na promoção dos projetos de alta tecnologia, contribuindo com os recursos. Às universidades e aos centros de pesquisa caberia apoiar, fornecendo profissionais para trabalharem nos projetos e nas empresas privadas e entidades públicas envolvidas. (GIACOMAZZO, 2015, p. 340).

Com uma proposta complementar ao 'Triângulo de Sabato', Dagnino (2008) defende a inclusão dos Movimentos Sociais como um quarto vértice necessário à produção do conhecimento que, segundo este autor, teria a função de promover a participação de segmentos não representados nos três vértices do 'Triângulo de Sabato' – governo, empresa e universidade – na produção do conhecimento científico.

Santos (2000) defende o conceito de ciência pós-moderna, que contempla o diálogo entre diferentes modos de conhecimento, incluindo o senso comum, que não se orienta por métodos ou disciplinas, mas integra o cotidiano.

Como contraponto ao 'Modo 1', Gibbons et al. (1994) definem o 'Modo 2', que se orienta para a produção

do conhecimento como foco na aplicação deste. No 'Modo 2', o conhecimento é gerado de acordo com sua utilidade, seja para a indústria, para o governo ou para a sociedade em geral, porquanto "[...] não será produzido a menos que e até os interesses dos vários agentes sejam incluídos, [...] este é o contexto da aplicação" (GIBBONS et al., 1994 p. 2). Estes autores entendem que, no 'Modo 2', a produção de conhecimento se difunde por toda a sociedade e é produzido num contexto de maior complexidade, moldado por um conjunto diverso de demandas intelectuais e sociais.

Assim, segundo Gibbons et al. (1994), ao 'Modo 2' se relacionam aspectos próprios da transdisciplinaridade, à medida que a produção do conhecimento ocorre, desde o princípio orientada para a resolução de problemas, a partir de componentes empíricos e teóricos (não necessariamente disciplinares). Além disso, os resultados são comunicados aos participantes durante todo o processo, diferente do 'Modo 1', em que os resultados são comunicados por canais institucionais (periódicos científicos, conferências etc.).

Uma outra característica do 'Modo 2' diz respeito a grupos de trabalho menos institucionalizados. As pessoas se unem para trabalhar em projetos específicos e a rede é dissolvida assim que o problema é resolvido (GIBBONS et al., 1994). As equipes de trabalho são formadas não apenas por universidades, mas também por institutos de pesquisa, agências governamentais, laboratórios industriais, *'think tanks'*[1] consultorias entre outros.

Gibbons et al. (1994) entendem que o 'Modo 2' é mais eficiente em promover a difusão do conhecimento entre os diferentes agentes de SNI, e isso amplifica as possibilidades

1 Termo em inglês que significa 'grupos de reflexão'.

de gerar inovações e por consequência o desenvolvimento. A ideia é corroborada por Giacomazzo (2015), que defende que o 'Modo 2' busca a ruptura da estrutura linear das instituições e associa-se ao conceito de sociedade em rede, na qual

> [...] a concepção de um novo modo de produção do conhecimento científico incorpora fortemente o livre fluxo de informações em que diferentes atores, instituições, comunidades e organizações colaboram entre si. (GIACOMAZZO, 2015, p. 350).

3.3 Entre o modo tradicional e o modo aplicado de produção do conhecimento

A distinção entre os modos tradicional e aplicado de produção de conhecimento é bastante clara, no entanto, a realidade revela aspectos que indicam a necessidade de convivência de ambos os modos de produção de conhecimento na atualidade.

As relações entre universidade e empresa são primordiais e, de acordo com Santiago e Carvalho (2011), essas já vêm sendo estabelecidas desde o início do Século XX. Porquanto a transferência de conhecimento e tecnologia da universidade para a indústria é uma realidade. Contudo, na produção de conhecimento científico deve prevalecer a orientação ao benefício público sobre a lógica do interesse privado.

A presente pesquisa alerta para o fato de que, embora seja necessário que a produção científica esteja alinhada com as demandas da sociedade, e, portanto, orientada à aplicação, a concepção de utilitarismo econômico e mercadológico pode deixar a ciência vulnerável a leis de oferta e procura e

em consequência "[...] afetar a autonomia profissional dos acadêmicos e o seu controle sobre a natureza e a forma como o conhecimento é produzido e difundido" (SANTIAGO; CARVALHO, 2011, p. 2).

Nessa perspectiva, o desafio que se apresenta é a necessidade de estimular as relações entre universidade e empresa, seja por meio da cooperação para o uso de infraestrutura, para a produção integrada de conhecimento e tecnologias, ou para o compartilhamento de conhecimento científico, sem contudo subjugar a produção científica a interesses econômicos e mercadológicos.

4 PAPEL DA UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA CT&I

Como citado anteriormente, os SNI contemplam diferentes agentes que, de acordo com a abordagem sistêmica devem atuar de maneira integrada, especialmente por meio do compartilhamento de informação e conhecimento. Dentre esses agentes, o presente capítulo tem como foco as universidades, que se constituem em importantes agentes produtores de conhecimento.

Cabe ressaltar que a finalidade da universidade vem se modificando ao longo da história. De acordo com Castro Martínez e Vega Jurado (2009), no Século XIX, se observa uma transformação chamada por Etzkowitz e Leydesdorff (2000) de 'primeira revolução acadêmica' em que a universidade – até então centrada em processos de ensino – assume o papel de instituição geradora de conhecimento, reunindo as funções de ensino e pesquisa, tendo como princípios fundamentais a autonomia da universidade e o financiamento público das

atividades científicas. Essa configuração resulta num 'contrato social' entre universidade e governo na maioria dos países desenvolvidos até o período pós-guerra.

> Este contrato social foi muito exitoso [...] constituindo a base para a formulação de políticas científicas com uma participação governamental muito ativa, e no caso de vários países, especialmente nos Estados Unidos, contribuiu para incrementar o financiamento público da ciência e aumentar tanto o número de cientistas, como a publicação dos resultados de pesquisas. (CASTRO MARTÍNEZ; VEGA JURADO, 2009, p. 72, tradução nossa).

Nesse contexto, a produção do conhecimento científico, tecnológico e para a inovação se caracterizava primordialmente como uma responsabilidade da universidade. Por conseguinte, o conhecimento produzido em âmbito acadêmico seria apropriado a *posteriori* pelos ambientes organizacionais e aplicado em seus processos, no que se convencionou chamar de modelo linear de inovação.

Com o passar do tempo, surgem questionamentos acerca do modelo linear de inovação, sugerindo a pertinência de a produção de conhecimento e geração de inovação integrarem diferentes agentes além da universidade. Esta abordagem vai ao encontro do 'Modo 2' de produção de conhecimento preconizado por Gibbons et al. (1994), em que a produção do conhecimento deve estar relacionada à sua aplicação, implicando "[...] para a universidade um conjunto de transformações organizacionais orientadas diretamente a facilitar a produção de conhecimento no contexto da aplicação" (CASTRO MARTÍNEZ; VEGA JURADO, 2009, p. 73, tradução nossa).

Essas transformações são consideradas por Etzkowitz

e Leydesdorff (2000) a 'segunda revolução acadêmica', que introduz uma terceira finalidade para a universidade: em complemento às atividades tradicionais de ensino e pesquisa, a universidade passa a agregar a função de atender às demandas de conhecimento do contexto em que está inserida.

> Esta mudança no contexto das universidades se manifestou em quase todos os países, especialmente em países desenvolvidos, ainda que com diferentes velocidades. Não obstante, convém advertir que o referido processo não foi automático nem isento de críticas e barreira por parte da comunidade universitária. Com efeito, a participação da universidade no desenvolvimento econômico regional, por meio da valorização de suas capacidades e comercialização de resultados de pesquisas, foi interpretada como uma ameaça para a autonomia universitária e para o desenvolvimento das atividades tradicionais de docência e pesquisa. Nessa linha, alguns pesquisadores assinalaram que o desenvolvimento da 'terceira missão' pode restringir a agenda de pesquisa do acadêmico em direção a atividades com potencial uso econômico em detrimento do desenvolvimento aberto da ciência, ao passo que o ensino pode ser afetado pela ênfase excessiva no desenvolvimento de habilidades específicas a curto prazo e orientadas às necessidades pontuais de algum agente econômico. (CASTRO MARTÍNEZ; VEGA JURADO, 2009, p. 57, tradução nossa).

É importante ressaltar que a terceira finalidade atribuída à universidade assume diferentes enfoques de acordo com a região em que está inserida a universidade. De acordo com Castro Martínez e Vega Jurado (2009), enquanto em países desenvolvidos como, por exemplo países da América do Norte e Europa, essa missão implica na vinculação com o

setor produtivo e na participação direta no desenvolvimento econômico da região; em países em desenvolvimento como na América Latina, a terceira missão levou a universidade a participar mais ativamente do desenvolvimento social das comunidades, e é chamada de 'extensão', completando o chamado tripé da missão da universidade, que consiste em 'ensino, pesquisa e extensão'. Certamente o direcionamento à função social que a universidade assume na América Latina resulta da necessidade de suprir vazios deixados por um Estado ineficiente.

Independente do contexto considerado, seja o presente em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, a terceira missão requer da universidade o estabelecimento de fortes vínculos com os diferentes agentes de seu entorno, levando-as a se converterem em um ator decisivo nos processos de desenvolvimento social e econômico.

Essa centralidade da universidade no contexto dos SNI se deve ao fato de serem as universidades as maiores produtoras de conhecimento científico dos países (AROCENA; SUTZ, 2001; CHIARINI; VIEIRA, 2012). Isso porque, como relata Leite (2006, p. 22)

> [...] na maioria dos países a produção do conhecimento científico ocorre principalmente nas universidades. São elas que detêm uma grande concentração de pesquisadores de alto nível, responsáveis pela realização de pesquisas científicas e avanço do conhecimento [...] É importante notar que o conceito das universidades como protagonistas dentro do cenário de produção do conhecimento parece constituir uma questão global.

A assertiva se confirma no âmbito de Brasil, pois

> [...] É nas universidades que se realiza a maior parte da pesquisa do País, especialmente nas públicas, o que significa que os docentes são responsáveis por uma parcela significativa da produção científica nacional. Em 2014 o País contava com quase 84 mil docentes lecionando em universidades públicas e privadas. Cerca de 60% destes estão vinculados a instituições federais, 27% a estaduais e 13% a particulares. (MINISTÉRIO..., 2012, p. 31).

No contexto de países desenvolvidos é possível observar uma maior participação de empresas privadas, instituições governamentais, civis e militares no que tange ao desenvolvimento de tecnologia e pesquisa. Entretanto, como salienta Schwartzman (2008, p. 2),

> […] as universidades de pesquisa são únicas em sua habilidade para atrair e educar pesquisadores qualificados e trabalhar na fronteira da pesquisa científica, e há uma tendência crescente das corporações privadas desenvolverem parcerias estratégicas com universidades.

Ocorre que o investimento em conhecimento de fronteira e por consequência seu financiamento é realizado basicamente por instituições públicas, muitas vezes em parceria com agências de fomento. Assim, um ponto importante é reconhecer as diferenças entre a universidade pública e a universidade privada.

> [...] No Brasil, por exemplo, as universidades não formam um grupo homogêneo de criação de conhecimento, havendo universidades mais intensivas na geração e produção de conhecimento científico e tecnológico que outras. No entanto, categoricamente, pode-se afirmar que, no Brasil, instituições privadas de ensino superior que se dedicam

> à pesquisa científica são raras exceções, ficando a produção de conhecimento científico a cargo principalmente das universidades públicas. (CHIARINI; VIEIRA, 2012, p. 118).

Diante do exposto, observa-se que não restam dúvidas com relação à importância da universidade pública como produtora de conhecimento no âmbito dos SNI, nem tampouco quanto às suas finalidades e / ou missões para o desenvolvimento das nações em que se inserem. Entretanto, autores como Castro Martínez e Vega Jurado (2009) consideram que ainda são comumente encontradas dificuldades no que tange à promoção das relações da universidade com seu entorno socioeconômico, em especial na América Latina.

A intensificação das relações entre universidade e empresa ou, assumindo um escopo mais amplo, entre universidade e o entorno socioeconômico vem sendo com frequência abordada em políticas públicas de CT&I (SILVA, 2018) com o intuito de promover essa aproximação.

Nessa perspectiva, considera-se pertinente lançar luz sobre a atuação das bibliotecas universitárias, por caracterizarem-se como instituições dedicadas ao compartilhamento de conhecimento tanto junto aos clientes internos (comunidade acadêmica), quanto a clientes externos (demais agentes do SNI). Assim, refletir acerca da atuação das bibliotecas universitárias para a produção, compartilhamento e gestão do conhecimento científico é o foco da próxima seção.

5 ATUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS JUNTO À PRODUÇÃO, COMPARTILHAMENTO E GESTÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Como observado, o conhecimento é objeto e objetivo de diferentes áreas tais como Filosofia, Antropologia, Economia, Política, Psicologia, Ciências Cognitivas, entre outras. A gestão do conhecimento, por sua vez, assume um papel central no âmbito das organizações dos mais diferentes segmentos, pois se reconhece que o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento organizacional e, por consequência, sua gestão se faz necessária. Certamente, a organização conceituada por Choo (2006) como 'Organização do Conhecimento' e caracterizada por ser capaz de criar significado, construir conhecimento e tomar decisões terá mais condições de compartilhar informações e conhecimentos com os demais agentes do SNI, que constituem outras empresas, clientes, fornecedores, universidades, centros de pesquisas, órgãos regulamentadores e outros.

Gerir conhecimento e informação é pertinente e apropriado a qualquer tipo de organização, entretanto, no contexto do SNI, é possível identificar instituições cujo enfoque de atuação está na gestão da informação e do conhecimento (GIC), tais como as bibliotecas universitárias, que constituem foco neste capítulo.

> A Gestão do Conhecimento (GC) está cada vez mais presente nas organizações, como uma necessidade da sociedade atual, e as bibliotecas estão incluídas neste espectro, por serem espaços propícios à construção do conhecimento o que acaba por gerar novas nomenclaturas e funções da biblioteca moderna. (BEM; AMBONI, 2013, p. 736).

Ratificando o potencial da biblioteca universitária, Belluzzo e Silva declaram que esta

> [...] implanta-se como gestora do conhecimento e disseminadora da informação que visa realizar atendimentos específicos apoiando às atividades de ensino, pesquisa e extensão, dando ênfase ao desenvolvimento da ciência, educação e cultura. (BELLUZZO; SILVA, 2017, p. 8).

Na abordagem contemporânea da biblioteconomia são destacadas três vertentes, sendo a primeira relacionada à mediação enquanto interferência intencional do profissional no sentido de propiciar a apropriação da informação.

> [...] as bibliotecas, assim, deixam de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais para se constituírem em verdadeiros dispositivos produtores de sentidos, tendo os usuários ou leitores como sujeitos ativos do processo. (ARAÚJO, 2014, p. 89).

A segunda vertente trata da competência em informação, inicialmente relacionada ao ambiente empresarial como competência no uso da ampla variedade de recursos informacionais para a resolução de problemas, em seguida vinculada à cidadania, correlacionada à prática de tomar decisões relativas à responsabilidade social, e no campo da educação representando uma importante mudança na atuação do bibliotecário que passa a agir como um agente educacional, assim, "[...] a biblioteca se altera, de repositório de informações e prestadora de serviços para uma organização aprendente, provocadora de mudanças nas instituições em que se situa" (ARAÚJO, 2014, p. 90).

A terceira vertente é a das bibliotecas eletrônicas ou digitais, em que o "[...] papel da biblioteca deixa de ser o

de apenas disponibilizar as informações de seu acervo, permitindo que todos participem na construção dos conteúdos que todos vão usar" (ARAÚJO, 2014, p. 91).

Ao considerar a abordagem sistêmica da inovação e, por conseguinte, a centralidade do conhecimento, o papel da universidade no contexto do SNI e os possíveis enlaces com a abordagem contemporânea da biblioteconomia, parece apropriado refletir acerca da possibilidade e pertinência de bibliotecas universitárias dedicarem-se a explorar as três vertentes supracitadas tanto junto à comunidade acadêmica quanto junto aos demais agentes do SNI.

Nessa perspectiva, o escopo de atuação das bibliotecas universitárias deve favorecer a formação de redes de comunicação e desenvolvimento das comunidades a partir do uso de metadados, interoperabilidade, web semântica e ontologias, promovendo um espaço dinâmico que se vale de repositórios institucionais e temáticos para a promoção da socialização do conhecimento, elementos que presentes em bibliotecas híbridas (SARACEVIC, 1996; SILVA; CALDAS, 2017).

> Faz-se necessário que as bibliotecas se apropriem das ferramentas atuais disponibilizadas na Web e não se limitem apenas a tratar, armazenar e disseminar a informação na forma tradicional. Ao disseminar a informação, elas devem fornecer suporte informacional aos usuários, exercer um papel na geração do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico. (MARCELINO, 2009, p. 88).

Ainda acerca da atuação das bibliotecas universitárias, Belluzzo e Silva (2017) declaram que essas se constituem em unidades de gestão do conhecimento e disseminação da

informação, que visam "[...] realizar atendimentos específicos apoiando às atividades de ensino, pesquisa e extensão, dando ênfase ao desenvolvimento da ciência, educação e cultura" (BELLUZZO; SILVA, 2017, p. 8). As mesmas autoras prosseguem destacando a responsabilidade de bibliotecas universitárias em garantir o acesso à informação, sendo essas, assim como as universidades

> [...] pontos de convergência de ideias e distribuição dos saberes, onde todas as formas de conhecimento podem dialogar, desenvolvendo as peculiaridades de cada região onde estiverem estabelecidas. (BELLUZZO; SILVA, 2017, p. 8).

As bibliotecas universitárias, que sempre se dedicaram a captar, armazenar e disponibilizar conhecimento registrado, com os avanços de TIC ocorridos a partir das últimas décadas do Século XX, vêm se configurando também como espaços sem paredes – bibliotecas virtuais, eletrônicas e digitais -, agregando ainda mais valor aos seus serviços, e, por consequência, às universidades em que estão inseridas (VIANA; MESQUITA; MOURA, 2011).

A hibridez de coleções e tecnologias em bibliotecas universitárias é uma realidade, assim como repositórios de conhecimento; melhorias no acesso à informação; incremento e valorização em ambientes de conhecimento e a gestão do conhecimento como um ativo. Os elementos supracitados foram os princípios considerados desejáveis às bibliotecas universitárias do fim do Século XX (DAVENPORT; LONG; BEERS, 1998) e são, na atual segunda década do Século XXI, elementos presentes em bibliotecas universitárias tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

No que tange à hibridez em bibliotecas universitárias, é

preciso refletir se além de enfocar a interação de tecnologias tradicionais e tecnologias de informação e comunicação (TIC), é possível e viável também uma atuação 'híbrida' que tenha como foco atender à comunidade acadêmica em suas funções tradicionais junto às atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade, e também assumir maior protagonismo em processos de interação e cooperação entre a universidade e os demais agentes de SNI no que tange à geração, compartilhamento e gestão de conhecimento científico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem e o conhecimento sempre foram responsáveis pelas transformações e desenvolvimentos econômico, tecnológico, cultural e social. A sociedade, e, respectivamente, a atual situação das nações é resultado dos esforços e descobertas, da aprendizagem e do conhecimento gerado pelas gerações que viveram em tempos passados (LIST apud FREEMAN; SOETE, 2008).

O conhecimento é um fenômeno complexo e multidimensional que se origina a partir da razão (pensamento) e da experiência do sujeito cognoscente. E a universidade, em especial a universidade pública, se constitui em um agente fundamental no que tange à produção de conhecimento. A produção do conhecimento científico é apresentada a partir de dois paradigmas: i) tradicional: o conhecimento científico é produzido no contexto das universidades e depois aplicado em contextos diversos; e ii) aplicado: a produção do conhecimento científico envolve diferentes atores e enfoca a aplicabilidade.

Considerando as finalidades da universidade, a saber: ensino, pesquisa e extensão, e que esta se constitui

no principal agente produtor de conhecimento no âmbito dos SNI, ressalta-se a importância de promover fluxos formais e informais de conhecimento tanto em âmbito acadêmico, quanto em interação e cooperação com os demais agentes de SNI, seja o conhecimento científico produzido por meio da abordagem tradicional ou da abordagem aplicada.

Nesse contexto e, considerando o pressuposto de que houve uma importante transformação nas bibliotecas universitárias nas últimas décadas, é pertinente avaliar se e como as bibliotecas universitárias podem ampliar seu escopo de atuação, passando a ocupar maior protagonismo em processos de produção, compartilhamento e gestão do conhecimento científico enfocando todos os agentes de SNI.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

AROCENA, R.; SUTZ, J. Changing knowledge production and Latin American universities. **Research Policy**, *[s. l.]*, v. 30, n. 8, p. 1221-1234, 2001.

BELLUZZO, R. C. B.; SILVA, D. S. Gestão do conhecimento e saber nas bibliotecas universitárias: reflexões de importância na contemporaneidade. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 5-27, 2017.

BEM, R.; AMBONI, N. F. Práticas de gestão do conhecimento: o caso da biblioteca universitária da UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 736-751, 2013. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/874. Acesso em: 10 ago. 2019.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** São Paulo: Unesp, 2016.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO MARTÍNEZ, E.; VEGA JURADO, J. Las relaciones universidad-entorno socioeconómico en el espacio iberamericano del conocimiento. **Revista CTS**, Buenos Aires, v. 4, n. 12, p. 71-81, abr. 2009.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 117-132, jan./mar. 2012.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimentos e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

CORSATTO, C. A.; HOFFMANN, W. A. M. A evolução das mudanças técnicas, tecnológicas e da inovação e seus impactos na produção do conhecimento organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 204-217, 2016. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc. Acesso em: 17 mar. 2017.

DAGNINO, R. As Trajetórias dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e da Política Científica e Tecnológica na Ibero-América. **Alexandria:** Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 3-36, jul. 2008.

DAVENPORT, T. H.; LONG, D. W.; BEERS, M. Success knowledge management projects. **Sloan Management Review**, Massachusetts, v. 39, n. 2, p. 43-57, 1998.

EDQUIST, C. Systems of innovation approaches: Their emergence and characteristics. *In:* EDQUIST, C. (ed.). **Systems of innovation:** Technologies, institutions and organizations. London; Washington: Pinter, 1997.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: Universidade-Industria-Governo inovação em movimento.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and ''Mode 2'' to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, *[s. l.]*, v. 29, n. 2, p. 109-123, fev. 2000.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: UNICAMP, 2008.

GIACOMAZZO, G. F. Ciência(s) no contexto"Pós": aspectos transicionais na produção do conhecimento científico. **Roteiro**, Joaçaba/SC, v. 40, n. 2, p. 333-356, jul./dez. 2015.

GIBBONS, M.; LIMOGES, C.; NOWOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; SCOTT, P.; MARTIN, T. **The new production of knowledge**: the dynamics of Science and research in contemporary societies. London: SAGE, 1994.

GORZ, A. **O imaterial:** conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

JOHNSON, B. Institutional Learning. *In:* LUNDVALL, B. A. (ed.). **National systems of innovation**: Towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter Publishers, 1992.

LEITE, F. C. L. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico:** proposta de um modelo conceitual. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LUNDVALL, B. A. *et al*. National systems of production, innovation and competence building. **Research Policy,** *[s. l.]*, v. 31, n. 2, p. 213-231, fev. 2002.

MANUAL de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. *[s. l.]*: OECD; FINEP, 2005. 184 p.

MARCELINO, S. C. A contribuição da biblioteca para a construção e difusão do conhecimento no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 80-95, 2009.

MERTON, R. K. Os imperativos institucionais da ciência. *In:* DIAS DE DEUS, J. (org.). **A crítica da ciência sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1974.

NELSON, R. **National innovation systems**. Oxford: Oxford UP, 1993.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (Brasil). **Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2012-2015. Balanço das atividades estruturantes 2011**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 8. ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2005.

MORIN, E. **O método 3:** o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

PERUCCHI, V.; MUELLER, S. P. M. Produção de conhecimento científico e tecnológico nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma investigação sobre a sua natureza e aplicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 134-151, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362016000100134&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 nov. 2017.

SABATO, J. **El pensamiento latinoamericano en la problemática ciencia tecnología desarrollo dependencia**. Buenos Aires: Paidós. 1975.

SANTANA, M. G. H. **Produção do conhecimento científico em transição: novas perspectivas para a avaliação das ações induzidas na área de saúde pelo CNPq**. 2009. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência

da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTIAGO, R.; CARVALHO, T. Mudança no conhecimento e na profissão acadêmica em Portugal. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 402-426, 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000200005. Acesso em: 19 nov. 2017.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

SCHWARTZMAN, S. **Pesquisa universitária e inovação no Brasil**: Avaliação das políticas de ciência e tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

SILVA, E. da. **O conhecimento científico no contexto de sistemas nacionais de inovação:** análise de políticas públicas e indicadores de inovação. 281f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

SILVA, R. C.; CALDAS, R. F. . Las bibliotecas públicas híbridas en el contexto brasileño. **Palabra Clave,** La Plata, v. 6, p. 1-17, 2017.

VIANA, F. C.; MESQUITA, D. L.; MOURA, F. M. A gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias: discutindo um processo. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Trabalhos técnico-científicos** [...]. Maceió, 2011.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da Inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ZIMAN, J. **Real science:** what it is and what it means. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Charles Oppenheim

Professor visitante na Universidade de Robert Gordon, Aberdeen, Escócia e consultor independente. Envolvido em pesquisas sobre bibliotecas e profissionais da informação, bibliotecas híbridas, políticas nacionais de informação, informação industrial, Direitos de Propriedade Intelectual relacionados a assuntos legais, proteção de dados, bibliometria, avaliação da qualidade da pesquisa e tendências de publicação acadêmica. Possui cerca de 650 publicações nesses temas, dentre elas, artigos científicos, artigos de conferência, relatórios científicos, livros e capítulos de livros. É membro honorário do *Chartered Institute of Library and Information Professionals*.
E-mail: c.oppenheim@rgu.ac.uk.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8195-3572.

Cláudio Marcondes de Castro Filho

Professor Livre-Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, e do Programa de Ciência da Informação na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Marília. Possui Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado em Redes e Biblioteca Escolar pela Universidade Aberta de Lisboa. Pesquisador na área da Ciência da Informação e nas temáticas: Políticas Públicas do Livro, Leitura e Biblioteca, Geração e Uso da Informação e Biblioteca Escolar. Presidente da Comissão Brasileira de

Bibliotecas Escolares da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições.
E-mail: claudiomarcondes54@gmail.com.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0889-4291.

Elaine da Silva

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) com realização de Doutorado Sanduíche na Universidad de Salamanca (USAL), Espanha. Graduada em Biblioteconomia (Unesp). Autora de artigos e capítulos de livros contemplando temas como Gestão da informação; Gestão do conhecimento; Geração e gestão de inovação; Políticas públicas em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); e Sistemas nacionais de inovação. Atuou profissionalmente como bibliotecária e consultora por mais de dezesseis anos. Atualmente é professora no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: elaine.silva1@unesp.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1449-354X.

João Arlindo dos Santos Neto

Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (PPGCI/UNESP/Marília), na Linha de pesquisa Gestão, Mediação e Uso da Informação; Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina - UEL; Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Pesquisador nos Grupos de Pesquisa Interfaces: Informação e Conhecimento da UEL e Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional

da UNESP/Marília, ambos credenciados ao CNPq.
E-mail: santosneto@uel.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1833-911X.

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UnB); Mestrado em Linguística, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Especialização em Gerenciamento de Bibliotecas Públicas e Escolares pela Universidade de Brasília (UnB) Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA); e Graduação em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UFCA; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB. Atua, principalmente, nos seguintes temas: bibliotecas públicas, escolares, leitura e formação de leitores.
E-mail: cleide.rodrigues@ufca.edu.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3812-3167.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação, pela ECA/ USP. Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação do CECA/Universidade Estadual de Londrina. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília. Professor colaborador no Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UFCA. Autor de livros, capítulos de livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais. É mantenedor do site "Infohome" (www.ofaj.com.br). Presidente da ANCIB, gestão

2018-2020. Contato: ofaj@ofaj.com.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3629-7435.

Rafaela Carolina da Silva

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp, na linha de Pesquisa Gestão, Mediação e Uso da Informação. Bolsista FAPESP. Membro do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional. Fez estágio de pesquisa na Universidade de Robert Gordon, Escócia, Reino Unido. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela FUNDEPE. Graduada em Biblioteconomia pela Unesp. Autora de livros, capítulos de livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais. Dedica-se à pesquisa científica, trabalhando na interdisciplinaridade dos temas: Bibliotecas híbridas; Conceito de hibridez em bibliotecas; Desenvolvimento social; Gestão da informação; e Desenvolvimento de comunidades.
E-mail: rafaela.c.silva@unesp.br.
ORCID: http://orcid.org/0000-0001-9684-0327.

Rosângela Formentini Caldas

Docente da UNESP - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Departamento de Ciência da Informação. É membro do Conselho departamental, da Comissão de Ações Culturais (CAC) e do grupo de pesquisa "Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional". Participou da proposta, estruturação e reestruturação de cursos da UNESP. Com o apoio da Capes e da Fundação Gulbenkian, realizou pesquisas na Escola de Engenharia da Universidade do Minho/ PT e em reconhecidas instituições culturais da França, Escócia,

Inglaterra e Portugal. Foi presidente de Conselho Municipal de Cultura e representante titular do SISEM. Tem interesse em temas como: Cidades Inteligentes, Estruturas Culturais Públicas e Desenvolvimento de Comunidades.
E-mail: r.caldas@unesp.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6020-9197.

Soraya Maria Romano Pacífico

Professora associada do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Formada em Letras, Mestre em Linguística e Língua Portuguesa - UNESP; Doutora em Ciências -FFCLRP/USP; Pós-Doutorado pela UNESP-Araraquara, em 2013. Docente no curso de graduação em Pedagogia da FFCLRP/USP e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e de Pós-Graduação em Educação, da FFCLRP/USP. Desenvolve pesquisas sobre Leitura, Escrita, Argumentação e Autoria. Atualmente, dedica-se ao projeto Argumentação e Subjetivação na Escola Básica: as práticas discursivo-argumentativas no contexto escolar. Autora de livros e capítulos de livro sobre essas temáticas.
E-mail: smrpacifico@ffclrp.usp.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2973-3254.

Sueli Bortolin

Doutorado e Mestrado em Ciência da Informação pela Unesp/Marília. Especialização em Gestão de Unidades de Informação e graduação em Biblioteconomia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). É professora *Senior* na UEL colaborando na Pós-graduação em Ciência da Informação, coordena o *Grupo de Pesquisa Interface Informação* e Conhecimento que

atualmente acolhe o Projeto *Mediação Oral da Informação e da Literatura em ambiente digital*. Organizou o livro: *Fazeres Cotidianos na Biblioteca escolar* (2006 edição impressa/Polis Editora; 2018 edição digital/Abecin).
E-mail: bortolin@uel.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7411-2716.

SOBRE O LIVRO

Catalogação
Lucineia da Silva Batista
CRB SP 010373/O

Normalização
Stephanie Cerqueira Silva

Capa e Diagramação
Maria José Vicentini Jorente
Stephanie Cerqueira Silva

Imagem Capa
Rosângela Formentini Caldas

Produção Gráfica
Stephanie Cerqueira Silva

Assessoria Técnica
Renato Giraldi

Oficina Universitária
Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato
16x23 cm

Tipologia
Futura Bk BT
Futura Md BT

Papel
Pólen Soft 80g (miolo)
Cartão 250g (capa)

Tiragem
100

Impressão e Acabamento
Type Digital

Editoração
Laboratório de
Design e
Recuperação da
Informação

O termo hibridez em bibliotecas tornou-se popular entre os anos de 1980 e 2000. Destacava-se, na ocasião, por tratar a tecnologia como um meio de auxílio às atividades realizadas no âmbito interno institucional. Com o passar do tempo, o tema foi sendo cada vez menos explorado no contexto de tais unidades. Entretanto, o conceito de hibridez em si continuou a sua trajetória nas organizações, e a sua implementação ultrapassou as estruturas internas, alcançando os mais variados ambientes da sociedade. Assim, é notável a lacuna existente de novos estudos que projetem as oportunidades e as possibilidades de interlocução das bibliotecas e da hibridez.

Com a contribuição de especialistas nas tipologias das bibliotecas comunitária, escolar, especializada, universitária e pública, Rosângela Formentini Caldas e Rafaela Carolina da Silva retomam o tema de hibridez e tecem aspectos conceituais, relacionados aos ambientes de bibliotecas, conferindo um diálogo que se destaca enquanto cerne de múltiplas possibilidades de atuação.

Uma obra de leitura indispensável para os profissionais que entendem a biblioteca para além de sua estrutura física. O texto é provocativo e apresenta a influência das bibliotecas híbridas como fator de representatividade para o desenvolvimento de comunidades, conferindo novos modos de se utilizar a tecnologia a favor da constituição de um coletivo inteligente, demonstrando que o conceito de hibridez abrange uma rede complexa de saberes que podem se unir e promover um novo olhar sobre o tema.